

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Denise Lenise Machado

**O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
PARAÍSO DO SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS
TRABALHADORAS RURAIS**

Santa Maria, RS
2021

Denise Lenise Machado

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAÍSO DO
SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**.

Orientadora: Prof. Dra. Carmen Rejane Flores

Santa Maria, RS
2021

Machado, Denise Lenise

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
PARAÍSO DO SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS
TRABALHADORAS RURAIS / Denise Lenise Machado.- 2021.
159 p.; 30 cm

Orientador: Carmen Rejane Flores

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2021

1. Agricultura Familiar 2. Empoderamento 3. Mulher 4.
Trabalho I. Flores , Carmen Rejane II. Título.

Denise Lenise Machado

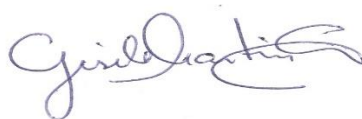
**O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAÍSO DO
SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**.

Aprovado em: 09 de abril de 2021.



Carmen Rejane Flores, Dra. (UFSM) - Videoconferência
(Presidente/Orientadora)



Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM) – Videoconferência



Maria Regina Caetano Costa, Dra. (UFPEl) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

Deixo meu lar
para enfrentar o chão
Na terra vou buscar
o cotidiano pão.
Eu piso firme,
minhas marcas vou deixar,
com coragem e esperança
vou pra roça trabalhar.
Sou trabalhadora rural!
Sou feliz... e me orgulho de ser.
Tenho o meu grupo, temos nossa associação
que valoriza, nos orienta e faz crescer.
Com família,
as mãos a calejar.
Sou forte, não me falta
força para lutar.
No fim do dia
elevo ao céu uma oração,
agradeço a Deus e peço
sua eterna proteção.

Hino da trabalhadora rural
Associação das Trabalhadoras Rurais
Paraíso do Sul/RS

(Estér Lori Katzer)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família, a meu pai e minha mãe, Nelsi e Odete, que sempre estiveram presentes, me dando o suporte necessário para seguir nesta caminhada. Sem o apoio e amor de vocês ela não seria a mesma. A meu irmão e minha irmã, Estevan e Hevelyn, que tanto quero bem, sempre a meu lado, me incentivando a seguir em frente, nas discussões (um tanto quanto fervorosas) e trocas de ideias a cada momento passado juntos. O amor, carinho e admiração que tenho por vocês são imensuráveis, meu muito obrigada por tudo que fizeram e fazem por mim;

Às minhas queridas amigas e meus queridos amigos, sem vocês a pós-graduação não seria a mesma. O que seria da vida sem amizade, sem ter com quem compartilhar os medos, os choros, os segredos, os sorrisos. Obrigada pelas trocas de saberes, pela parceria, confiança construída durante este período. Que possamos compartilhar muitos momentos ainda, de luta, de conhecimento, de carinho e respeito, pois a vida sem vocês não tem sentido;

À Associação das Trabalhadoras Rurais e aos Grupos de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul pela oportunidade de poder realizar o trabalho junto a vocês, sendo sempre acolhedoras e receptivas. As agricultoras, que se disponibilizaram e dedicaram um pouco de seu tempo para compartilhar suas histórias, seus saberes, suas vidas. Em especial a extensionista da EMATER/Ascar-RS do município Adriana Pereira e a presidente da Associação Geralda Zimmer pelo engajamento em contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa, vocês são incríveis!

Aos professores e as professoras que veementemente contribuíram para minha formação. Os ensinamentos, conselhos e as trocas de saberes proporcionaram não somente a minha construção acadêmica, mas também, minha construção como cidadã. E que em tempos sombrios, como o atual momento, precisamos resistir, lutar por aquilo que acreditamos, pois somente a partir da luta transformaremos o mundo em um lugar mais justo e melhor para todos e todas.

À minha orientadora Prof.^a Carmen Rejane Flores, pelos ensinamentos e orientação em meu trabalho, colaborando para construção de meu conhecimento e para conclusão da pesquisa;

Às professoras Cassiane da Costa, Gisele Martins Guimarães, Maria Regina Caetano Costa e Suelen De Leal Rodrigues por terem aceito o convite em compor a banca avaliadora, pelo tempo dedicado a leitura deste trabalho e pelas contribuições;

À Universidade Federal de Santa Maria, pelo ensino público, gratuito e de qualidade proporcionado durante minha formação;

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, durante o primeiro ano de mestrado, através da concessão de bolsas de pesquisa.

RESUMO

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAÍSO DO SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS

AUTORA: Denise Lenise Machado

ORIENTADORA: Carmen Rejane Flores

Culturalmente, construído e difundido, o papel desempenhado pelas mulheres sempre foi visto de forma subalterno ao da figura masculina. Ainda são eles que ocupam a maioria dos cargos tidos como superiores e de prestígio. Sendo as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres percebidas em todos os espaços, reafirmando os privilégios masculinos e o pensamento hegemônico predominante. No meio rural brasileiro, esse enaltecer da figura masculina, ainda é percebido nos mais diversos meios: da agricultura camponesa ao agronegócio. As mulheres, muitas vezes, desvalorizadas como trabalhadoras, ocupam o posto de ajudantes do trabalho desenvolvido na unidade de produção familiar com a justificativa de que seu trabalho não gera valor econômico, pois se concentra no âmbito familiar, privado, não se estabelecendo como valor produtivo. Na busca da valorização da mulher, em uma sociedade patriarcal que muito tem a evoluir, o presente trabalho buscou junto à Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS conhecer e reconhecer o trabalho exercido pelas mulheres rurais e seus significados no território. Também, buscou-se entender como os grupos se articulam e se organizam e sua contribuição para a construção do empoderamento das trabalhadoras rurais. Neste contexto, a pesquisa tem o intuito de responder a seguinte questão: como o trabalho das agricultoras familiares, integrantes da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS, tem contribuído para a construção do empoderamento dessas mulheres, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar no território? Ao estudar o trabalho da mulher do campo, na agricultura familiar, e como este se caracteriza, proporcionou compreender de que forma ocorrem as relações existentes dentro da unidade de produção, referentes a divisão estabelecida entre os sexos, que acaba por refletir nas relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas na sociedade. Além disso, trouxe resultados relativos aos grupos, a associação, ao território, enfim, outros espaços sociais. Para alcançar os objetivos propostos, foi selecionado o uso das abordagens qualitativa e quantitativa. Quanto ao método utilizado, buscou-se no método dialético a compressão da temática, pois este se aproxima da realidade dos sujeitos da pesquisa. A coleta de dados para fins de realização deste trabalho foi efetuada em três etapas principais: a primeira preocupação teve-se ao levantamento de informações por meio da pesquisa bibliográfica; A segunda etapa destinou-se aos trabalhos a campo, para diagnosticar no território os objetivos propostos nesta pesquisa, onde foram realizadas entrevistas com as agricultoras e observações quanto as atividades desenvolvidas por elas. Na terceira e última etapa foi realizada a análise e discussão dos resultados para redação final da dissertação. A qual cabe destacar que a Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul é uma entidade de representatividade das trabalhadoras rurais do município. Tornando-se uma ferramenta essencial de resistência e reconhecimento ao trabalho desempenhado por essas mulheres, dando visibilidade e voz a elas. Pois ao se articularem de forma coletiva, permite as agricultoras ir muito além do âmbito familiar e discutir pautas que sejam do interesse comum a elas, que viabilizem a autonomia e o entendimento de sua importância para do desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Empoderamento; Mulher; Trabalho.

ABSTRACT

THE WORK OF WOMEN IN FAMILY FARMING OF PARAÍSO DO SUL / RS: THE CASE OF THE ASSOCIATION OF RURAL WORKERS

AUTHOR: Denise Lenise Machado

ADVISOR: Carmen Rejane Flores

Culturally, constructed and disseminated, the role played by women has always been viewed in a subordinate way to that of the male figure. They are still the ones who occupy most of the positions considered to be superior and prestigious. The differences established between men and women are perceived in all spaces, reaffirming male privileges and the predominant hegemonic thinking. In the Brazilian rural environment, this uplifting of the male figure is still perceived in the most diverse media: from peasant agriculture to agribusiness. Women, often undervalued as workers, occupy the position of assistants in the work carried out in the family production unit, with the justification that their work does not generate economic value, since it is concentrated in the family, private sphere, not establishing itself as a productive value. In the search for the valorization of women, in a patriarchal society that has a lot to evolve, the present work sought together with the Association of Rural Workers of Paraíso do Sul/RS to know and recognize the work performed by rural women and their meanings in the territory. It also sought to understand how groups are articulated and organized and their contribution to building the empowerment of rural workers. In this context, the research aims to answer the following question: how the work of family farmers, members of the Association of Rural Workers of Paraíso do Sul/RS, has contributed to building the empowerment of these women, as well as strengthening the family farming in the territory? By studying the work of rural women, in family farming, and how it is characterized, it provided an understanding of how the relations existing within the production unit occur, referring to the division established between the sexes, which ends up reflecting on economic relations, social and cultural factors established in society. In addition, it brought results related to groups, the association, the territory, in short, other social spaces. To achieve the proposed objectives, the use of qualitative and quantitative approaches was selected. As for the method used, the compression of the theme was sought in the dialectical method, as it approximates the reality of the research subjects. The collection of data for the purpose of carrying out this work was carried out in three main stages: the first concern was to collect information through bibliographic research; The second stage was devoted to field work, to diagnose the objectives proposed in this research in the territory, where interviews were carried out with the farmers and observations about the activities developed by them. In the third and last stage, the results were analyzed and discussed for the final writing of the dissertation. It should be noted that the Association of Rural Workers of Paraíso do Sul is an entity representing rural workers in the municipality. Becoming an essential tool of resistance and recognition to the work performed by these women, giving them visibility and a voice. Because by articulating collectively, it allows women farmers to go far beyond the family sphere and discuss agendas that are of common interest to them, that enable autonomy and the understanding of their importance for the development of family farming.

Keywords: Family Agriculture; Empowerment; Woman; Job.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Base econômica de Paraíso do Sul/RS – 2010.....	41
Gráfico 2 - Distribuição percentual nos cargos de direção, das pessoas com idade de 25 anos ou mais, por gênero e cor no Brasil no ano de 2017.....	78
Gráfico 3 - Média de horas semanais dedicadas ao trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo situação do domicílio – Brasil, 2017.....	80

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Organograma dos elementos da metodologia.....	28
Figura 2 - Mapa de localização do município de Paraíso do Sul/RS.....	35
Figura 3: Formas paisagísticas do relevo de Paraíso do Sul/RS.....	36
Figura 4- Mapa de localização da Microrregião de Cachoeira do Sul.....	37
Figura 5 - Mapa de localização do COREDE Jacuí Centro.....	38
Figura 6 - Lavoura de arroz irrigado.....	43
Figura 7- Alimentos de produção agroecológica.....	45
Figura 8 - Lavoura de fumo.....	46
Figura 9 - Lavoura de soja.....	49
Figura 10 - Etapas da produção do tabaco.....	68
Figura 11 - Trabalho realizado pelas agricultoras rurais na fumicultura.....	69
Figura 12 - Atividades produtivas desenvolvidas pelas agricultoras.....	91
Figura 13 - Reuniões da Associação de Trabalhadoras Rurais.....	102
Figura 14 - Atividades desenvolvidas pela Associação das Trabalhadoras Rurais...	104
Figura 15 - Atividades promovidas pelas Associação das Trabalhadoras Rurais....	105
Figura 16 - Atividades realizadas pela Associação das Trabalhadoras Rurais.....	106
Figura 17- Atividades desenvolvidas nos Grupos de Trabalhadoras Rurais.....	107
Figura 18 - Encontros municipais e intermunicipais das trabalhadoras rurais	108
Figura 19 - Soberanas da Associação das Trabalhadoras Rurais.....	109
Figura 20 - Soberanas da Associação das Trabalhadoras Rurais.....	110
Figura 21 - Mapa de Localização dos Grupos de Trabalhadoras Rurais.....	116
Figura 22- Ordem cronológica da fundação dos Grupos de Trabalhadoras Rurais..	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos de Trabalhadoras Rurais integrantes da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS.....	111
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Total, Rural/Úrbana de Paraíso do Sul/RS -1970 a 2010.....	39
Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Úrbana de Paraíso do Sul/RS.....	39
Tabela 3 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Paraíso do Sul/RS.....	40
Tabela 4 - Dados sobre a cadeia produtiva de arroz em Paraíso do Sul/RS.....	44
Tabela 5 - Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Paraíso do Sul/RS.....	47
Tabela 6 - Dados sobre a cadeia produtiva da soja em Paraíso do Sul/RS.....	50
Tabela 7 - Taxa de atividades das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade no Brasil no ano de 2015.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DEE	Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPG GEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SOCIPÊ	Sociedade Canarinhos do Ipê
SOREVE	Sociedade Recreativa de Veteranos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Questionário perfil socioeconômico das trabalhadoras rurais integrantes da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS.....	155
Apêndice B - Proposta de roteiro de entrevista com as trabalhadoras rurais integrantes da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS.....	157
Apêndice C - Termo de consentimento para as agricultoras.....	159

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 PROCEDIMENTOS DA METODOLOGIA	27
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL DE ESTUDO	35
2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL/RS	35
2.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PARAÍSO DO SUL/RS	41
3. A MULHER FRENTE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	52
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A INTERFERÊNCIA CAPITALISTA NO MODO DE PRODUÇÃO.....	52
3.2 AS DISTINTAS FACES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS.....	62
4. UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO	74
4.1 O TRABALHO COMO ELEMENTO DE FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA: A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	74
4.2 “TRABALHO DE HOMEM E TRABALHO DE MULHER”: REFLEXÕES E PERCEPÇÕES ACERCA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR	82
5. ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS DE PARAÍSO DO SUL/RS: ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO	95
5.1 ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS: REPRESENTATIVIDADE E VALORAÇÃO DO TRABALHO DAS AGRICULTORAS	95
5.2 OS GRUPOS DE TRABALHADORAS RURAIS.....	111
5.2.1 Grupo de Trabalhadoras Rurais Cultura e Lazer.....	117
5.2.2 Grupo de Trabalhadoras Rurais Em Busca de um Novo Ideal.....	117
5.2.3 Grupo de Trabalhadoras Rurais Em busca de um Novo Viver.....	118
5.2.4 Grupo de Trabalhadoras Rurais Freundschaft	118
5.2.5 Grupo de Trabalhadoras Rurais Lutar e Vencer.....	119
5.2.6 Grupo de Trabalhadoras Rurais Sempre em Frente	120
5.2.7 Grupo de Trabalhadoras Rurais União e Esperança.....	121
5.2.8 Grupo de Trabalhadoras Rurais União e Progresso	121
5.2.9 Grupo de Trabalhadoras Rurais Unidas Venceremos	122

6. EMPODERAR PARA TRANSFORMAR: O TRABALHO DAS MULHERES RURAIS E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	124
6.1 O TERRITÓRIO COMO FORMAÇÃO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA	124
6.2 TRABALHO E GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS	132
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	144

1. INTRODUÇÃO

As mulheres desde as sociedades antigas sempre foram invisibilizadas, sendo tratadas como seres inferiores, de domínio masculino, sem acesso à educação e ao conhecimento. Consideradas incapazes de raciocinar e participar de esferas sociais, políticas e intelectuais (privilégios concebidos a uma minoria de homens, brancos e livres) eram destinadas aos afazeres do lar e a procriação, servindo aos desejos dos homens. Apesar da evolução do pensamento social e intelectual ter contribuído para significativas mudanças, atreladas aos direitos das mulheres, as cicatrizes das sociedades patriarcais ainda se encontram nitidamente latentes na atualidade.

O termo sociedade patriarcal, segundo Therborn (2006, p. 29), “refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais, às relações sociais”. Historicamente construído e institucionalmente normatizado, o termo designa um tipo de organização social em que a autoridade pertence ao homem, chefe da família, dono do patrimônio. Para Engels (2010, p.87) é no patriarcalismo que se tem “a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

As sociedades patriarcais, também podem ser compreendidas, de acordo com Castells (2002) apud Conte; Weschenfelder (2012), como uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. As quais caracterizam-se pela autoridade dos homens sobre as mulheres, se estendendo aos(as) filhos(as) dentro do âmbito familiar, permeando toda a organização da sociedade: produção, consumo, política, legislação, cultura, etc. Conforme Morin (1984) é com o nascimento da família enquanto microestrutura social que a afirmação da superioridade masculina emerge, chegando aos demais ambientes sociais.

Nesta concepção de sociedade, o trabalho realizado pelas mulheres é considerado de caráter secundário ou improdutivo, vinculado a atividades reprodutivas da unidade familiar, ou seja, a reprodução e os cuidados da vida. Em contrapartida, o trabalho dos homens é considerado produtivo frente a propriedade, de valor social e econômico. Essas diferenças se estabelecem a partir da hierarquização dos trabalhos femininos e masculinos, que resultam em desigualdades políticas, econômicas e sociais, ocorridas de diversas formas e em diversos contextos (COLLING, 2004).

Conforme Da Matta; Arendt; Bourdieu, (1991;1997; 1998 apud Melo 2003, p.27-28) há um antagonismo valorativo entre lugares da reprodução e da produção. O trabalho produtivo é entendido como o lugar comum, o próprio mundo, a rua. Ou seja: o social, o que tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelos homens. Esse é o lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra. De modo diferente, a esfera privada estaria associada ao individual, a intimidade, a afetividade, as tarefas domésticas, os trabalhos privados, escondidos, e até mesmo invisíveis, logo direcionados as mulheres.

Esta realidade é recorrente nas sociedades capitalistas¹, onde há uma forte exploração sobre as mulheres, sobre seus corpos e sua força de trabalho. Considerado por muito tempo irrelevante e sem valor mercantil, o trabalho realizado por elas se concentrava no ambiente doméstico. Quando chegaram ao espaço público e ao trabalho assalariado (estendendo a exploração e dominação ao capital) estes já se concentravam no comando das tomadas de decisões e nos cargos de maior prestígio a figura masculina, favorecendo, a hegemonia do macho como dominador e provedor do grupo familiar.

Com o advento da ciência moderna os pensamentos dualistas se intensificaram, contribuindo ainda mais para a visão androcêntrica² de mundo. O que permite compreender, em linhas gerais, que a figura masculina tem papel principal como sujeito da sociedade, prevalecendo a superioridade do homem soberano e a inferioridade da mulher submissa. O que acaba por estabelecer convenções sociais e culturais percebidas até os dias atuais: cultura versus natureza, espírito versus corpo, razão versus emoção, homem versus mulher. Contribuindo conforme Burckhart (2017) para reafirmação do “discurso que impõe a dominação dos detentores do padrão de poder (homens) sobre mulheres e demais seres subjugados”.

¹A sociedade capitalista pode ser entendida como a base valorativa da produção e reprodução do capital a partir da exploração e expropriação do excedente da força de trabalho realizada por trabalhadoras e trabalhadores. Conforme Fontes (2017, p. 409-425) “Essa é a necessidade de suas classes dominantes e ela é imposta a todos. Isso significa que, do ponto de vista da produção da vida material, massas crescentes de seres sociais devem estar em concorrência e aptas para assegurar a atividade concreta que permite valorizar o valor, isto é, o trabalho do qual se extrai mais-valor”.

²Por androcentrismo devemos entender a estrutura preconceituosa que caracteriza as sociedades de organização patriarcal, pela qual – de maneira ingênua ou propositada – a condição humana é identificada com a condição de vida do homem adulto. Às afirmações sobre ‘o homem’, (= ser humano), derivadas dos contextos da vida e da experiência masculinas os pensadores androcêntricos atribuem uma validade universal: o homem (= ser humano) é a medida de todo o humano (PRAETORIUS apud GÖSMANN et al. 1996).

A respeito do termo androcêntrico, este é denominado e definido por Bourdieu (2015, p.16), a partir das percepções masculino e feminino, respectivamente, através das polaridades “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público) /dentro (privado) etc”. Nesta concepção fica evidente o enaltecimento dos elementos tidos como “positivos” direcionados aos homens, os quais passam a ser geradores e transmissores de conhecimento, de bravura, de eficácia e coragem. E é através dessa construção que se julgam superiores, escolhidos por natureza e pelas forças divinas para comandar as relações hierárquicas existentes entre os sexos.

Estes pensamentos dualistas são reflexos de uma sociedade capitalista com profunda crise de percepção. Conforme Capra (1996) a crise de percepção deriva do fato de que a maioria dos seres humanos, e em especial as grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidar com um mundo superpovoado e globalmente interligado.

É a partir daí que as mulheres são tidas como o contraponto da cultura, sendo regida pelas forças da natureza, muitas dessas ligadas à sexualidade e à maternidade. De acordo com Shiva (1996, p.324) “para Bacon, a natureza não era a Mãe Natureza, mas a natureza feminina, conquistada por uma mente masculina agressiva”. Ainda conforme a autora, essa transformação da natureza de uma mãe viva, criadora, em matéria inerte, morta e manipulável foi eminentemente adaptada a exploração imperialista do capital nascente.

Esse fato se deve a estudos fundamentados na prerrogativa de que a mulher tem seu papel na sociedade comparado com a “mãe natureza”, com seus ciclos e sua primordial função como provedora da vida, logo, podendo ser dominada e explorada pelo homem. Sendo que, no método experimental de Bacon, há uma separação entre masculino e feminino, entre mente e matéria, objetivo e subjetivo, racional e emocional. Seu método não era “neutro”, “objetivo”, “científico”. Era uma maneira peculiarmente masculina de agressão contra a natureza e dominação sobre as mulheres e culturas não ocidentais, sendo formulado em metáforas declaradamente sexistas (SHIVA, 1996).

Dessa forma, os homens passam a ser o reflexo da cultura, da razão que se sobrepõe ao sentimento. Portanto a eles são designadas as tarefas relacionadas à administração, à política e à ciência (LOVATTO et. al. 2010, p. 191 - 212). E as

mulheres as tarefas e profissões que requer mais o emocional que o racional, pois vincula-se o feminino às emoções. Assim, são eles os responsáveis pelas decisões e pelo comando dos espaços e das relações estabelecidas, contribuindo para uma sociedade culturalmente machista, patriarcalista e conservadora (LOVATTO et. Al. 2010).

Exemplo deste fato, é que ainda hoje, as mulheres continuam invisíveis em diversos espaços. Conforme Campos (2011) sua participação se restringe a um sistema capitalista patriarcal, com predominância da figura masculina. São ainda elas que se concentram nas ocupações mais precárias e recebem os piores salários. Sendo que, do ponto de vista de gênero, o processo de exclusão ou de inserção precária da força de trabalho nas atividades econômicas não é homogêneo, se tornando mais intenso para a população feminina.

Sobre o conceito de gênero, de acordo com Bruschini (1998), esse pode ser entendido como o princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Desta forma, compreende-se, em linhas gerais, que é o sexo biológico, como afirma Melo; Thomé (2018, p.32), que “destina as formas de comportamentos, características e papéis imputados socialmente”.

Culturalmente, construído e difundido, o trabalho desempenhado por homens e mulheres se encontra em níveis de valorização distintos, pois ainda são eles que ocupam a maioria dos cargos tidos como superiores e de prestígio. O que acarreta nas diferenças de remuneração salarial em postos equivalentes, tornando o trabalho realizado pelas mulheres precário e de menor valor social e econômico. Sendo as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres percebidas em todos os espaços: público e privado, rural e urbano, econômico e social, etc. reafirmando os privilégios masculinos e o pensamento hegemônico predominante.

No meio rural brasileiro, esse enaltecer da figura masculina ainda é fortemente percebido. Sendo um espaço marcado pelas diferenças de gênero, que advém de um processo de formação histórica, construída a partir da visão colonizadora, branca e masculina. Sua estrutura patriarcal estabelece funções distintas para homens e mulheres, sendo que, o primeiro contato com esta visão de sociedade ocorre dentro do ambiente familiar. O qual naturaliza os comportamentos e legitima os níveis de importância atrelados ao trabalho realizado pelos membros que compõe o grupo familiar.

De acordo com Hirata; Kergoat (2007, p. 595-609) isso se deve a “divisão sexual do trabalho³”. Esta divisão é percebida através da hierarquia existente entre os membros do grupo familiar, sobre a divisão das tarefas realizadas dentro da unidade de produção e do ambiente doméstico. Que conforme Paulilo (1987) é fortemente presente no meio rural, tendo como estrutura predominante de hierarquia o sexo e em seguida a geração, estando os homens mais velhos ao topo e as mulheres mais jovens à base.

Além disso, pode-se vincular a essa estrutura, a propriedade e posse da terra, que ainda “está muito mais ligada aos homens do que as mulheres” (PAULILO, 2003). Contribuindo de forma significativa para as desigualdades de gênero no meio rural e diretamente relacionada com a naturalização dos papéis desempenhados pelos membros pertencentes ao grupo familiar.

Ainda conforme a autora, esta hierarquização entre os membros da família ocorre pelo fato da valoração atrelada as tarefas. Visto que, o trabalho desenvolvido pelos homens apresenta maior importância, devido a associação da força masculina ao trabalho “pesado”. E desta forma, equivocadamente, colabora para o discurso que a produção de renda está atrelada aos homens, pertencendo as mulheres a reprodução e os cuidados familiares (PAULILO, 2003).

Desse modo, é necessário salientar que mulheres contribuem muito mais para a agricultura do que se supõe (estão presentes em todas as etapas da produção, trabalhando incessantemente para o desenvolvimento e bem-estar da unidade familiar e dos membros que a compõe) no entanto, a sociedade conferiu a elas uma condição inferior e que reflete em todas as dimensões de suas vidas, principalmente na divisão sexual dos papéis.

Assim, sustenta ideologias (aceitas muitas vezes pelas próprias mulheres) de complementaridade do seu trabalho, ou tornando-o invisível e sem importância para a geração de renda e para o desenvolvimento rural, principalmente a partir do domínio do capital, em que a produção das pequenas unidades de subsistência, assim como

³Segundo Hirata; Kergoat (2007) os estudos sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, embora tenham sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, tem na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Conforme as autoras “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, ou seja, fator que se deve a divisão biológica entre os sexos destinando a mulheres e homens funções sociais e sexuais diferenciadas.

o trabalho doméstico sem valor mercantil, passa a ser desinteressante (MAIA & LOPES, 2001).

Conforme Melo (2003) o não reconhecimento do trabalho das mulheres na unidade de produção familiar reflete as desigualdades de gênero. O ignorar e negar a condição da mulher como produtora agrícola é internalizado não só por ela, mas pela família como um todo, permeando ainda outros espaços públicos do campo, como sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras e as associações rurais, chegando a não ser reconhecida pelos programas e projetos de extensão e desenvolvimento rural.

É necessário salientar que o trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar⁴ vai muito além da “ajuda” na lida da roça. Exercendo várias tarefas ao longo do dia, acaba por estabelecer uma dupla jornada de trabalho. Sendo que quando todas as atividades são somadas, as mulheres, geralmente, trabalham mais horas do que os homens, com consequências para seu lazer e bem-estar. Na maioria dos países, incluindo o Brasil, independente da renda, as mulheres dedicam mais tempo à prestação de cuidados e à realização de tarefas domésticas do que seus parceiros (BANCO MUNDIAL, 2012).

Nesse contexto, é notória a relevância de investigar como se desenvolve o trabalho feminino no meio rural, na agricultura familiar, analisando a precariedade e divisão sexual do trabalho. O qual muito tem a contribuir para a busca da equidade de gênero, dentro da unidade de produção familiar, bem como para o reconhecimento e representatividade das mulheres trabalhadoras rurais para todos os membros familiares e para a sociedade como um todo.

Na busca da valorização e autonomia das mulheres, em uma sociedade patriarcal que muito tem a evoluir, o presente trabalho busca junto à Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS, conhecer e reconhecer o trabalho exercido por essas agricultoras familiares e sua importância para o território. Entender como os grupos de mulheres que integram a Associação se articulam e se organizam neste território, transformando-o a partir do trabalho realizado na agricultura familiar do município.

⁴ De acordo com a Lei nº 11.326/2006, para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (que varia conforme o município e a proximidade maior ou menor com as zonas urbana e rural), onde seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família, assim como a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento (EMBRAPA, 2014).

A Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS é uma entidade que nasce no desejo de uma maior representatividade por parte das trabalhadoras rurais do município. Fundada em trinta de julho de 1996, torna-se um instrumento de integração entre os Grupos de Trabalhadoras Rurais, que se formaram ao longo da década de 1990, visando o reconhecimento e valorização da mulher do campo como trabalhadora e ser social. É uma entidade educacional e filantrópica, sem fins lucrativos e tem como finalidade coordenar e apoiar os Grupos de Trabalhadoras Rurais do município.

Cabe aqui, a partir deste contexto, salientar a importância da luta dos movimentos sociais estabelecida pelas mulheres, visto que, no Brasil emergiram com maior expressão a partir da segunda metade do século XX, por influência principalmente das organizações feministas. Esses movimentos buscavam incessantemente a igualdade de direitos entre homens e mulheres, sendo suas lutas marcadas pela manifestação intelectual e política, visando combater estruturas patriarcais de opressão da sociedade, baseadas na diferenciação de gênero, almejando conquistar igualdade de oportunidades (PIRES, 2016).

No meio rural, a mobilização das mulheres se organizou sob a perspectiva dos movimentos de trabalhadoras rurais ou camponesas, os quais emergiram a partir da década de 1980. Sendo que anterior a esse período, sua invisibilidade era quase total (CONTE; WESCHENFELDER, 2012). De acordo com Conte, Martins e Daron (2009) uma das maiores conquistas dos vários segmentos de lutas das mulheres camponesas, foi o reconhecimento da profissão como trabalhadoras rurais, algo que só aconteceu com a pressão de vários Movimentos de Mulheres frente à Constituição Federal de 1988.

É neste contexto, conforme o Estatuto da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul (1996), que a Associação das Trabalhadoras Rurais surge com o objetivo de fornecer todos os subsídios necessários, de alcance da Associação, para as integrantes de cada grupo membro, contribuindo para a integração, valorização e representatividade da mulher agricultora rural.

O que possibilita dar visibilidade ao trabalho desempenhado pelas mulheres na unidade de produção familiar, buscando a autonomia feminina, bem como a percepção das próprias trabalhadoras da importância de seu papel na/para sociedade, contribuindo de forma significativa para beneficiar o desenvolvimento da agricultura familiar, tanto na esfera econômica como sociocultural.

Sobre a escolha da temática da presente pesquisa, esta justifica-se a partir de fatores, não somente de ordem acadêmica, mas também de ordens social, econômica e pessoal. A primeira baseia-se pela falta de estudos e de dados sobre as agricultoras familiares de Paraíso do Sul/RS, bem como sobre a articulação da Associação das Trabalhadoras Rurais e dos Grupos de Trabalhadoras Rurais, sendo necessário buscar mais subsídios para fomentar a relevância do trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar e seus significados, sociais e econômicos, no território.

Neste sentido, é extremamente necessário conhecer e valorizar a Associação das Trabalhadoras Rurais, que tem na sua história de formação a organização de mulheres agricultoras que visavam a busca de reconhecimento quanto ao trabalho desempenhado por elas na unidade de produção familiar. Tendo na integração dos grupos a busca da visibilidade e representatividade dessas mulheres em sociedade, dando voz a elas nos mais diversos espaços e lugares.

Portanto esta pesquisa torna-se relevante para outros estudos que venham contribuir para a valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres na unidade de produção familiar, dos Grupos de Trabalhadoras Rurais e da agricultura familiar deste município, visto que, possibilitará auxiliar na compreensão de quão fundamental é o trabalho exercido pelas agricultoras para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A segunda justificativa desta pesquisa está pautada pelo fato do município de Paraíso do Sul/RS ter sua base econômica voltada especialmente para agricultura, a qual se caracteriza pela mão de obra familiar. Atrelada a economia local, a agricultura familiar é praticada desde a ocupação e formação da área territorial. Sendo que as mulheres sempre se fizeram presentes como força fundamental para o desenvolvimento rural local e devem ser reconhecidas pela sua capacidade e eficácia como trabalhadoras.

Outro fator que também contribuiu para a escolha desta temática, é o fato de fazer parte de uma família que tem seu trabalho e sustento proveniente da agricultura familiar, bem como, por ser mulher e vivenciar a realidade da trabalhadora rural. É importante frisar que desde a infância, acompanhei a exaustiva jornada de trabalho desempenhada por essas mulheres, composta de diversas atividades, as quais por diversas vezes e ocasiões não são consideradas relevantes para o desenvolvimento

socioeconômico, mas sim como “tarefas de mulher”, atrelado a elas como destino natural.

E, infelizmente, é este tipo de visão que colabora para diferenciação hierárquica atrelada aos sexos, sendo notória a valorização dada ao trabalho realizado pelos membros do sexo masculino. Visto que, desta forma as agricultoras acabam por não receber seu devido valor, como mulher, trabalhadora, mãe, companheira e cidadã.

Também se acrescenta a esta justificativa, o fato em ter o privilégio de conhecer agricultoras que são integrantes dos Grupos de Trabalhadoras Rurais e de conhecer empiricamente a forma como se articulam no território, quanto organização coletiva. Compartilhando saberes, dando voz e visibilidade a essas mulheres, bem como a luta permanente para que ocorra a sucessão e manutenção dos grupos e da Associação. Trabalhando sempre em prol dos anseios do coletivo, envolvendo elementos sociais, culturais, econômicos e de lazer para elas e para toda comunidade.

Todos estes elementos permitiram e contribuíram para instigar a pesquisa. Para reconhecer, de fato, ultrapassando os muros acadêmicos, a importância dessas trabalhadoras para o desenvolvimento territorial. Levando este debate as mais interessadas: as trabalhadoras rurais.

E aqui neste espaço, cabe reiterar que esta dissertação é o resultado de minha vivência, pois nasci e cresci em uma família de agricultores e agricultoras rurais (como já mencionado anteriormente), e senti na prática o trabalho desempenhado por essas mulheres. Bem como, as atividades desenvolvidas e a participação de diversas mulheres da comunidade, nas mais variadas tarefas relacionadas a lida da roça e aos grupos de trabalhadoras rurais, buscando a valorização e o fortalecimento da mulher do campo.

Desse modo, ao estudar o trabalho das mulheres rurais, na agricultura familiar, e como este se caracteriza, proporcionará compreender de que forma ocorrem as relações existentes dentro da unidade de produção, referentes a divisão estabelecida entre os sexos, que acaba por refletir nas relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas na sociedade.

Como problema de pesquisa busca-se responder as seguintes questões: como o trabalho das agricultoras familiares, integrantes da Associação das Trabalhadoras

Rurais de Paraíso do Sul/RS, tem contribuído para a construção do empoderamento⁵ feminino, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar no território?

O conceito de empoderamento utilizado no trabalho refere-se a perspectiva de Berth (2018) que tem como base o feminismo negro. Sendo este compreendido, como um processo que envolve a tomada de consciência das mulheres, quanto indivíduo e construído coletivamente, e o seu comprometimento pela transformação da sua vida e da sociedade, em busca de equidade de gênero.

A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer o trabalho das agricultoras familiares integrantes da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS e seus significados no território. E por objetivos específicos: (a) refletir sobre o papel da mulher e seu trabalho na agricultura familiar a partir da inserção do capital na agricultura; (b) apreender como essas agricultoras familiares desenvolvem os trabalhos percebidos como “produtivos” e “reprodutivos”; (c) compreender como se dá o processo de organização das mulheres da Associação a partir da organização dos grupos que a compõem; (d) entender o processo de empoderamento dessas mulheres.

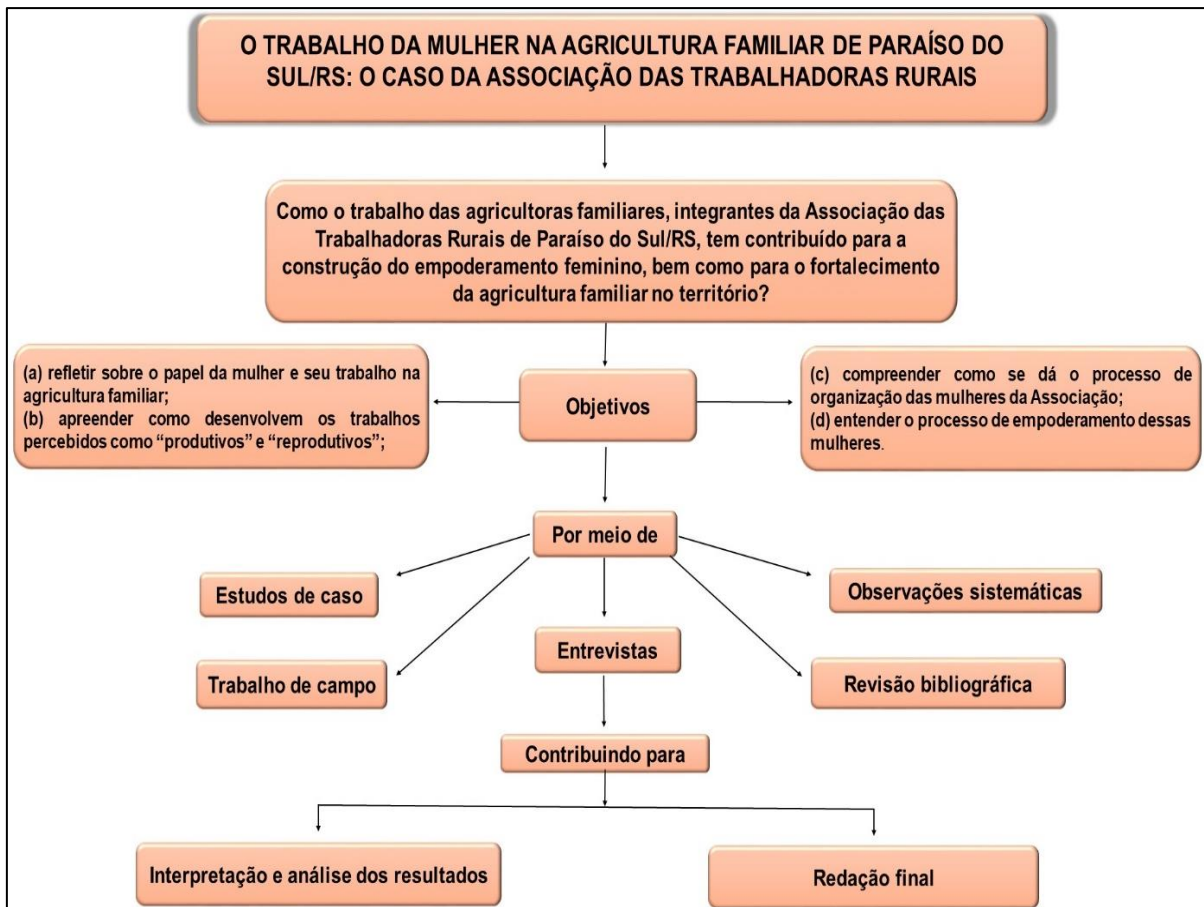
1.1 Procedimentos da Metodologia

Para resolver o problema da pesquisa e alcançar os objetivos propostos, a coleta de dados para fins de realização deste trabalho foi efetuada em três etapas. A primeira preocupação teve-se ao levantamento de informações por meio da revisão bibliográfica. A qual contribuiu de forma significativa para discussão dos principais conceitos norteadores desta temática. A segunda etapa foi destinada aos trabalhos a campo, para diagnosticar no território os objetivos indicados nesta pesquisa, sendo realizadas entrevistas⁶, conversas informais e observações. A terceira e última etapa destinou-se a análise e discussão dos resultados para redação final da dissertação.

⁵ Conforme Gohn (2004, p. 23) o empoderamento vem no sentido da busca do crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva da vida (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social). Neste sentido, o significado do empoderamento para as mulheres vem a ser a emancipação sobre suas escolhas, decisões e principalmente seus corpos e suas vidas. Pressupõe a autonomia, a liberdade, em todas as esferas: do econômico as relações sociais. Corroborando com o conceito e uso do termo, cabe salientar que este não se configura em tirar poder de um para dar a outro, invertendo os polos de opressão, mas sim “uma postura de enfrentamento a opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2018, p. 74).

⁶O roteiro das entrevistas, o qual foi aplicado as trabalhadoras rurais, integrantes dos Grupos de Trabalhadoras Rurais, segue como apêndice.

Figura 1: Organograma dos elementos da metodologia



Org.: MACHADO, 2020.

O método utilizado é o Dialético, pelo mesmo, possibilitar um dinamismo que mostra a constante transformação dos fatos, estudar os processos em sua totalidade, buscando entender sua origem, seu desenvolvimento, suas contradições e seus impactos. Sua utilização se justifica nessa pesquisa, uma vez que “a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p.67), demonstrando ser o mais adequado devido à complexidade do tema abordado na pesquisa.

A partir dos sujeitos e suas vivências, das relações estabelecidas em sociedade e com o meio, as quais se modificam e se configuram temporalmente e espacialmente, o método dialético possibilita a compreensão do fenômeno em sua totalidade, não sendo analisado de forma isolada.

Na dialética, as categorias, comparecendo ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento. Essas categorias são: matéria e

consciência; singular, particular e universal; particular, movimento e relação; qualidade e quantidade; causa e efeito; necessário e contingente; conteúdo e forma; essência e fenômeno; possibilidade e realidade (SPOSITO, 2004, p. 46).

Para que a pesquisa obtivesse êxito em sua realização, fornecendo elementos essenciais para análise dos resultados, foram estabelecidos os procedimentos metodológicos. Primeiramente a mesma se caracteriza como estudo de caso, sendo que este pode ser compreendido de acordo com Triviños (2008, p.133) como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Ao ser analisado um fenômeno particular da realidade, este deve ser percebido em sua forma mais ampla, não tomado como um caso isolado, mas que em sua unidade possa ser possível refletir sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos dentro da sociedade.

Desta forma ao ser abordado sobre o trabalho desempenhado pela mulher do campo, da agricultura familiar e como esse se estabelece em uma sociedade culturalmente patriarcal, o estudo de caso vem a ser conforme Yin (2001, p.32) “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Logo, falar nos papéis designados a homens e mulheres dentro das atividades desenvolvidas na agricultura familiar reflete o pensamento ainda difundido na sociedade, inferiorizando a capacidade e trabalho feminino.

Devido à necessidade de reunir informações sobre a área de estudo e aos conceitos que envolvem a pesquisa, a primeira fase se constituiu do levantamento de dados secundários, com intuito de um estudo preliminar, aprofundado e detalhado, buscando no levantamento bibliográfico a base para o embasamento teórico proposto.

Buscou-se em autores e autoras clássicos(as) e contemporâneos(as) do pensamento feminista e geográfico o material bibliográfico, que se entendeu como necessário, para compreender e analisar as problemáticas que envolvem a agricultura familiar, o trabalho das agricultoras familiares, as relações de trabalho e gênero na unidade de produção familiar e a construção do empoderamento das mulheres rurais.

Referente a caracterização da área de estudo, o levantamento de informações ocorreu a partir de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (DEE) e Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul. Também foram consultados trabalhos realizados anteriormente sobre

o município, contribuindo para descrever, de forma mais detalhada, sobre os aspectos da produção agrícola local.

A segunda fase se constituiu pela coleta de dados primários, onde foram realizados os trabalhos de campo, junto a Associação das Trabalhadoras Rurais e aos Grupos de Trabalhadoras Rurais. Este procedimento foi aplicado a esta pesquisa por ser uma técnica importante de análise, pois como exposto por Marafon (2009, p.388)

O trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Dessa forma, por meio da observação e realização das entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade (MARAFON, 2009, p. 388).

Sendo que dentre as várias técnicas utilizadas, tem-se o trabalho de campo como uma atividade de grande relevância para compreensão e leitura do espaço/território e das relações que neles ocorrem, possibilitando o estreitamento entre teoria e prática. Da mesma forma, deve ser uma ferramenta que vá além dos dados quantitativos, buscando na vivência dos sujeitos compreender a realidade (GOBBI; PESSÔA, 2009).

Conforme as autoras supracitadas

O trabalho de campo, numa pesquisa em geografia, não pode concentrar-se somente na coleta de dados que sejam expressos por meio de percentuais, tabelas e gráficos. É preciso ir além, é necessário extrair dos envolvidos, num determinado processo ocorrente, elementos relacionados as suas visões de mundo, seus hábitos, tabus, vivências e temores (GOBBI; PESSÔA, 2009, p.486).

Nesta fase, os trabalhos de campo ocorreram, em um primeiro momento, a partir do contato com a EMATER/Ascar-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) do município, o que permitiu a posterior realização de encontros com as representantes da Associação das Trabalhadoras Rurais e a efetivação das entrevistas com as agricultoras. Com intuito de descrever e conhecer os grupos existentes, membros da Associação, buscando as informações necessárias para identificar as atividades exercidas pelas mulheres pertencentes a estes grupos.

Desta forma, a coleta de dados sobre a Associação e os Grupos de Trabalhadoras Rurais ocorreu junto a entidade e às mulheres rurais de Paraíso do Sul/RS, a partir de entrevistas semiestruturadas e conversas informais. Quanto a

utilização das entrevistas Matos; Pessôa (2009) salientam que esta se constitui em uma das técnicas mais empregadas nas pesquisas das ciências sociais em virtude de ser uma técnica considerada fácil de ser utilizada e pelo fato de permitir o contato direto com o informante, possibilitando uma maior interação com a realidade dos sujeitos.

A proposta inicial para realizar as entrevistas era de participar juntamente aos grupos, quando os mesmos se encontravam a cada mês para suas reuniões. Nesta ocasião, seriam feitas além das entrevistas, observações para compreender como estes grupos se organizam. Todavia, devido ao momento de pandemia do novo Corona Vírus (Covid-19), que se instaurou no mundo, com seu primeiro caso confirmado no Brasil no mês de fevereiro do ano de 2020, as reuniões e atividades promovidas pela Associação e pelos grupos de mulheres rurais foram suspensas. Com o intuito de evitar aglomerações e conseqüentemente contaminação.

Neste sentido, as entrevistas aconteceram com um número reduzido de mulheres, evitando a exposição ao vírus e com todas as medidas e protocolos de segurança. As agricultoras foram escolhidas de forma intencional, a partir da indicação de informantes-chave. O critério desta escolha, baseou-se na representatividade dessas mulheres, por serem lideranças em seus grupos e pela experiência já vivenciada por muitos anos em fazer parte de movimentos voltados para a agricultura e para as mulheres rurais.

Durante o trabalho de campo, nas reuniões da Associação das Trabalhadoras Rurais (ressalta-se que as participações nas reuniões ocorreram durante o ano de 2019 e no retorno do recesso da Associação, no mês de fevereiro de 2020, antes do decreto nacional das medidas de prevenção e segurança contra a Covid-19) no primeiro momento, e posteriormente na propriedade das agricultoras, onde realizou-se além das entrevistas as observações sistemáticas. O uso desta prática se justifica pela relevante contribuição para a investigação acadêmica, pois segundo Marconi e Lakatos (2010, p.76), é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”. Ainda conforme os autores

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenham papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador

a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 76).

Necessário se faz salientar que observar não significa simplesmente olhar. Conforme Triviños (1991) é preciso que o/a pesquisador/pesquisadora consiga absorver o que está além da aparência, ou, buscar a essência. Corroborando com este pensamento Deslandes (2005, p. 158) afirma

Investigadores dos mais diferentes campos passam a reconhecer que, para produzir um conhecimento em profundidade sobre determinada cultura ou realidade social, é importante mergulhar no seu cotidiano, buscando uma relação de intersubjetividade, seja por meio da comunicação verbal, seja por meio da participação em suas atividades (DESLANDES, 2005, p. 158).

As entrevistas qualitativas e observações sistemáticas são instrumentos de coleta de dados que foram utilizados no desenvolver da pesquisa. A utilização das entrevistas serviu como um importante elemento de orientação no campo, uma vez que conduziram a conversa com as agricultoras, com finalidade de responder aos objetivos a que se propõe essa investigação. Desta forma, para realizar as entrevistas foi elaborado um termo de consentimento⁷, com as devidas explicações sobre a temática proposta, sendo assinado por todas as agricultoras, autorizando que suas falas fossem reproduzidas neste trabalho.

Ao total foram entrevistadas 13 agricultoras representando a Associação, os nove Grupos de Trabalhadoras Rurais e o Grupo de produção agroecológica do município. São mulheres entre 40 a 65 anos de idade, com renda proveniente da agricultura familiar ou de aposentadoria rural, casadas e viúvas, com filhos e filhas, netos e netas, com instrução educacional variando desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo. Mulheres que realizam todos os afazeres domésticos, cuidados com os membros do grupo familiar e trabalhos que envolvam a produção agrícola. Entende-se que traçar o perfil socioeconômico das agricultoras é um procedimento relevante para apreender como ocorrem as relações no meio rural e o trabalho desempenhado pelos sujeitos do campo.

Os encontros se distribuíram nos meses de outubro, novembro e dezembro e ocorreram de diferentes formas e em diferentes ambientes, conforme a disponibilidade

⁷O termo de consentimento elaborado para as agricultoras, integrantes dos Grupos de Trabalhadoras Rurais, segue como apêndice.

das agricultoras em conceder a entrevista. A maioria das entrevistas aconteceram de forma individual: Grupo Cultura e Lazer (uma entrevistada), Grupo União e Esperança (duas entrevistadas), Grupo Em busca de um Novo Viver (uma entrevistada), Grupo Agroecológico Flor e Ser (uma entrevistada), Grupo Em busca de um Novo Ideal (uma entrevistada), Grupo Sempre em Frente (uma entrevistada), Grupo União e Progresso (uma entrevistada) e Grupo Lutar e Vencer (uma entrevistada). Nos grupos Unidas Venceremos (duas entrevistadas) e Freundschaft (duas entrevistadas), foram realizadas entrevistas simultâneas com duas integrantes.

Algumas das visitas, realizadas na propriedade das agricultoras, tiveram o auxílio e companhia da extensionista da EMATER/Ascar-RS de Paraíso do Sul. O que permitiu tornar a entrevista menos formal e mais dinâmica, diminuindo as tensões e receios conforme o andamento do questionário. Sendo que, o papel da extensionista foi fundamental para o desenvolvimento do diálogo, proporcionando histórias, experiências e falas cheias de riqueza e sabedoria. Ao mesmo tempo, estas visitas permitiram observar *in loco* as atividades realizadas pelas mulheres rurais na unidade de produção familiar. Onde foi possível registrar em fotografias algumas dessas atividades.

Além das entrevistas realizadas na propriedade das agricultoras, outros espaços também foram utilizados para a realização das mesmas, por facilitar que este encontro viesse a ocorrer. A Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Afonso Pena, a Biblioteca Municipal Erna Lütke Rodhde e a Praça Florinaldo Rodhde, foram os locais sugeridos pelas agricultoras.

Para formulação do questionário, que serviu de embasamento para as entrevistas semiestruturadas, utilizou-se como referência Röhnelt (2011) e Pedroso (2017), as quais desenvolveram pesquisas sobre as mulheres rurais nos municípios de Canguçu e São Sepé, respectivamente. Optou-se por não gravar as falas das agricultoras, mas em transcreve-las no imediato encontro realizado. Pois o intuito foi de respeitar a liberdade de escolha das mulheres, que preferiram não gravar, tornando as entrevistas mais “leves”. Da mesma forma, as entrevistadas não serão nomeadas no decorrer do texto, a fim de preservar suas identidades.

Cabe salientar, que o trabalho de campo possibilitou o reconhecimento da área, a partir de um estudo dos elementos sociais, econômicos e culturais presentes no município. Esse reconhecimento foi realizado baseado em pesquisas empíricas e bibliográficas, consultas a trabalhos anteriores, observações e entrevistas com os

sujeitos envolvidos com o tema proposto, que como instrumento de coleta de dados é de grande importância para a realização da pesquisa.

A coleta de dados, o trabalho a campo, as entrevistas e as consultas aos órgãos competentes desta área são técnicas importantes que viabilizaram responder a problemática da pesquisa e aos objetivos propostos. O que possibilitou compreender o trabalho dessas mulheres e seus significados no território, bem como a Associação de Trabalhadoras Rurais se organiza de maneira a contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e territorial de Paraíso do Sul/RS.

Por fim, a terceira fase foi constituída pela análise dos resultados, onde foi possível verificar a contribuição da Associação das Trabalhadoras Rurais e dos Grupos de Trabalhadoras Rurais para a autonomia e valorização das mulheres. O cruzamento de dados e informações coletadas permitiu compreender e caracterizar a organização dos grupos de trabalhadoras, como a Associação se articula em relação aos grupos e o papel relevante dela para a transformação das agricultoras, dando visibilidade e voz às suas integrantes, bem como conhecer e refletir sobre o papel da mulher na agricultura familiar. Assim, a sistematização dos dados contribuiu para o texto da dissertação de mestrado.

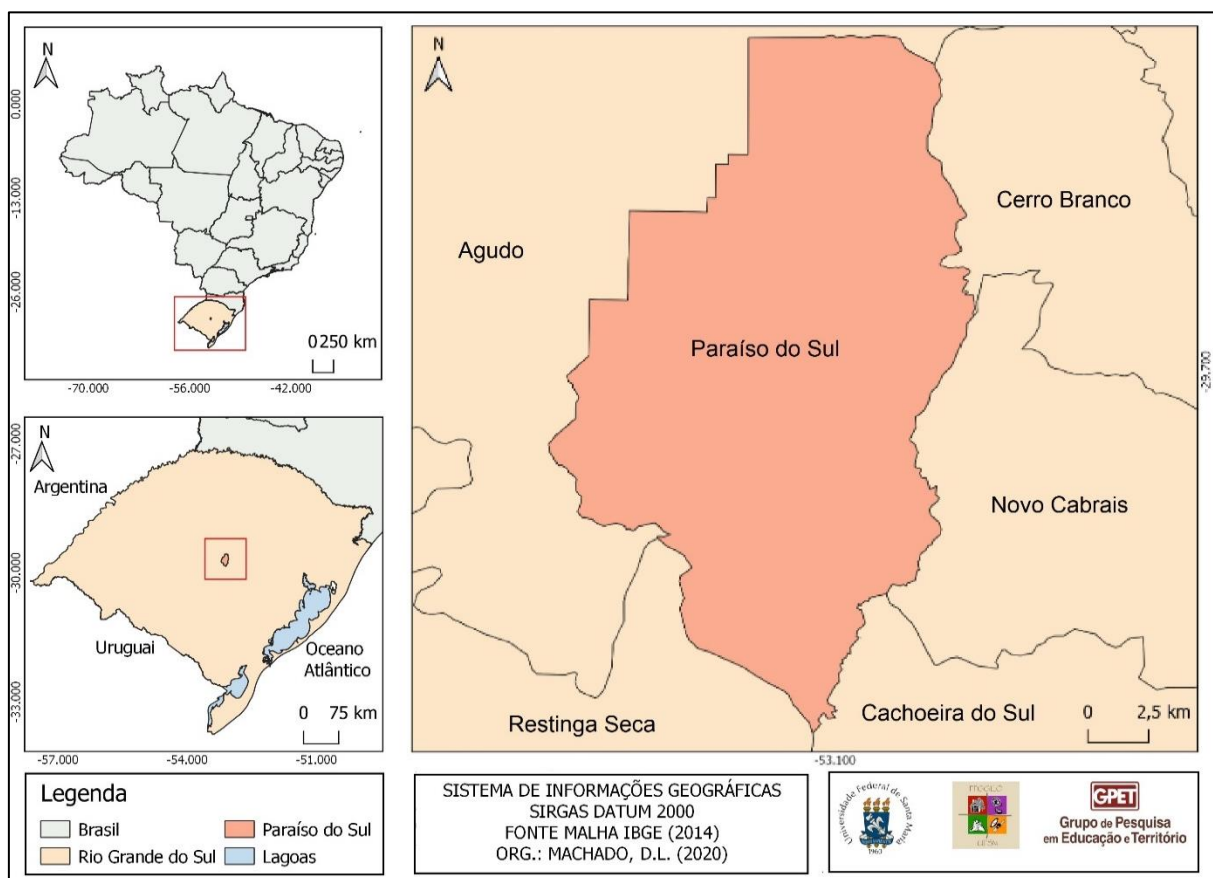
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL DE ESTUDO

Este capítulo tem por objetivo descrever sobre os aspectos socioeconômicos da unidade territorial foco de estudo desta pesquisa. Bem como, caracterizar a produção agrícola local. Tem-se no primeiro momento, um breve resgate histórico sobre a formação e ocupação do município, o qual teve significativa contribuição da migração para o desenvolvimento da agricultura familiar.

2.1 Localização e caracterização do município de Paraíso do Sul/RS

A respeito da área territorial foco de estudo desta pesquisa (Figura 2), pode ser caracterizado como um município jovem. Com a legitimidade de sua emancipação, em 12 de maio 1988, pela Lei Estadual n.º 8.622 (IBGE,2011) desmembra-se de Cachoeira do Sul, deixando de ser distrito para elevar-se a categoria de município.

Figura 2: Mapa de localização do município de Paraíso do Sul/RS



Fonte: IBGE (2014).

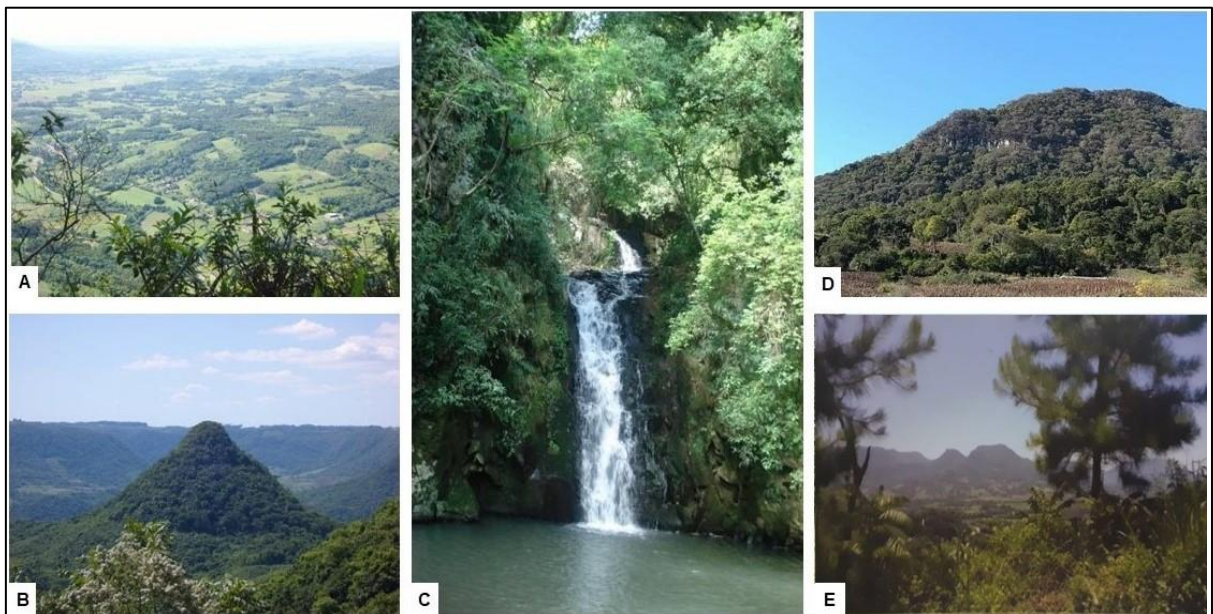
Org.: MACHADO (2020).

Limita-se ao norte e oeste com o município de Agudo; a leste com os municípios de Cerro Branco, Novo Cabrais e ao sul com os municípios de Cachoeira do Sul e Restinga Seca. Situado em uma zona de transição entre a depressão periférica Rio-grandense e o planalto meridional brasileiro, está distante a 221 km de Porto Alegre e tem como posição geográfica as seguintes coordenadas: latitude 53° 12' 00" sul e longitude 53° 12' 00" oeste (IBGE, 2010).

A sede de Paraíso do Sul é circundada pela Serra Geral (Figura 3), cujos vales e cerros formam paisagens de infinita beleza, merecendo salientar: a Cascata do Poço Verde, o Morro Solitário, os Morros na Linha Patrimônio, Linha Contenda e o Morro da Figueira. Conforme Strenzel (2009, p.41-42)

Inseridos em sua extensão territorial, encontram-se diversas formas de terrenos, relevos e planícies contendo recantos de singular beleza e formação. A planície é banhada em longa extensão pelo Rio Jacuí, que possui solo fértil e uma área cultivável apta a gerar uma significativa produção primária. O planalto meridional na região norte do município é formado por inúmeros cerros e vales, onde uma cadeia de montanhas dá início a serra geral, formando uma paisagem de rara e admirável beleza ainda coberta por matas virgens e, portanto, de grande valia ecológica (STRENZEL, 2009).

Figura 3: Formas paisagísticas do relevo de Paraíso do Sul/RS



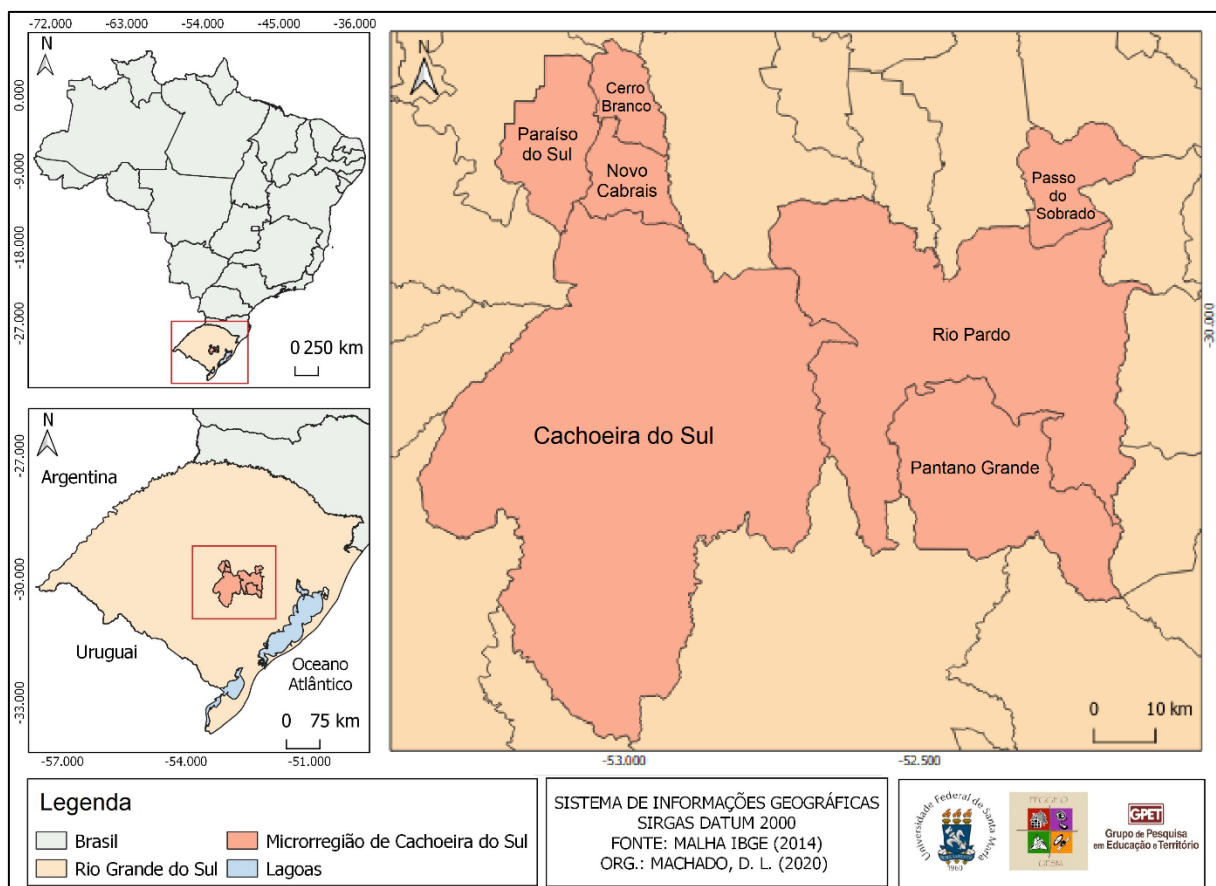
Fonte: Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul (2019); Trabalho de campo (2020).

Figura 3: as imagens retratadas representam algumas das paisagens encontradas em Paraíso do Sul: (A) vista do morro da Figueira, limite com o município de Agudo; (B) Morro solitário na localidade de Linha Patrimônio; (C) Cascata do Posso Verde, localizado no Rodeio do Herval; (D) vista da Linha Contenda e (E) vista do alto da Linha Travessão.

Era parte integrante da chamada Colônia Santo Ângelo⁸, atual município de Agudo, ao qual também faziam parte Dona Francisca e Cachoeira do Sul. É um município tipicamente rural de colonização formada quase que exclusivamente por descendentes germânicos e desde sua ocupação a agricultura familiar esteve presente.

Localizado na Microrregião de Cachoeira do Sul⁹ (Figura 4), sendo composta por sete municípios, a qual possui 152.969 habitantes distribuídos em 7.583,653 km², com densidade demográfica de 20,17 habitantes por km² (IBGE, 2010). Paraíso do Sul abrange uma área territorial de 333, 842 km² de extensão e é cortado pela BR 287 com via de fácil acesso, sendo uma das ligações entre Porto Alegre a Santa Maria, viabilizando o escoamento da produção agrícola, base da economia local.

Figura 4: Mapa de localização da Microrregião de Cachoeira do Sul



Fonte: IBGE (2014).

Org.: MACHADO (2020).

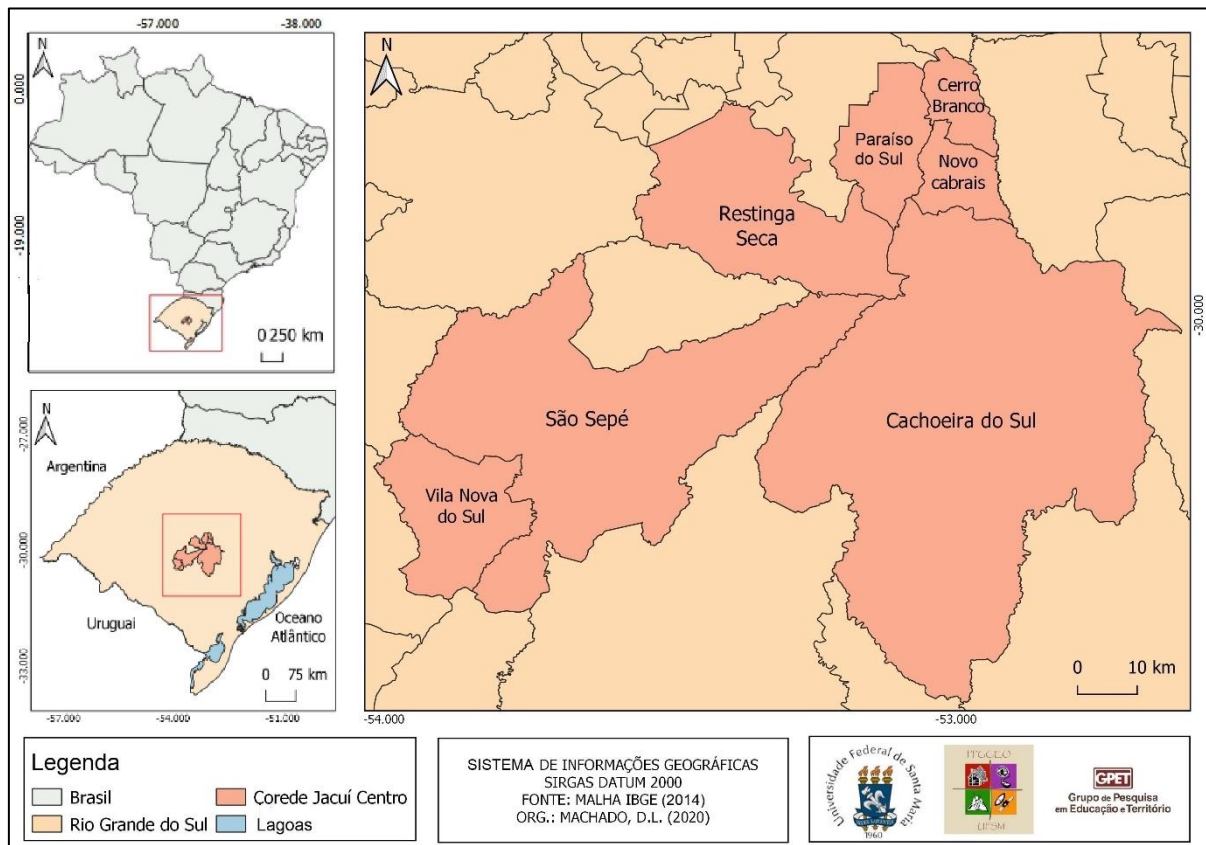
⁸Werlang, William. História da Colônia Santo Ângelo, 1995.

⁹As microrregiões do estado do Rio Grande do Sul são definidas por uma estrutura vinculada a produção e são consideradas em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (DEEDADOS, 2020).

Integra o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Jacuí Centro, criado no ano de 2004, juntamente com mais seis municípios da região: Novo Cabrais, Cerro Branco, Vila Nova do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Cachoeira do Sul¹⁰ (Figura 5). O COREDE possui uma população de 141.893 habitantes, ocupando 8.101,02 km² da área do Rio Grande do Sul (FEE, 2019), com uma densidade demográfica de 17,5 habitantes por km².

Criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, os COREDES têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (FEE, 2020).

Figura 5: Mapa de localização do COREDE Jacuí Centro



Fonte: IBGE (2014).
Org.: MACHADO (2020).

¹⁰ O COREDE Jacuí Centro integra a Região Funcional 8. As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Sobre as características demográficas do município, como pode ser observado na Tabela 1, apresentou acréscimo em sua população urbana ao longo das décadas. O que não alterou de forma significativa o número de residentes nesta área, pois, mesmo com a migração campo-cidade, a população paraense pode ser caracterizada como rural, visto que dos seus 7.336 habitantes, 4.484 são residentes na zona rural e 2.852 são residentes na zona urbana (IBGE, 2010).

Tabela 1: População Total Rural/Urbana de Paraíso do Sul/RS – 1970 a 2010

	Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
População em	1970	7.629	612	8,02	7.017	91,98
População em	1980	6.426	708	11,02	5.718	88,98
População em	1991	6.565	1.039	15,83	5.526	84,17
População em	2000	7.212	1.624	22,52	5.588	77,48
População em	2010	7.336	2.852	38,88	4.484	61,12

Fonte: PNUD, Ipea, FJP e Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul.
Org.: MACHADO (2021).

Além do mais, diferentemente do que a literatura brasileira vem apontando, um rural masculinizado, em Paraíso do Sul a presença e participação da mulher enquanto agricultora, trabalhadora rural, passa a ganhar forma e visibilidade, através da atuação destas mulheres nos grupos e na associação de trabalhadoras rurais. Sendo que, esse percentual, no número entre homens e mulheres, direcionados aos espaços rural e urbano do município, pode ser observado na tabela abaixo, onde é possível verificar um certo equilíbrio quantitativo entre os gêneros.

Tabela 2: População Total, por Gênero, Rural/Urbana de Paraíso do Sul/RS

População	População (1991)	População (2000)	População (2010)
População Total	6.565	7.212	7.336
População residente masculina	3.363	3.656	3.694
População residente feminina	3.202	3.556	3.642
População urbana	1.039	1.624	2.852
População rural	5.526	5.588	4.484

Fonte: PNUD, Ipea, FJP e Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul.
Org.: MACHADO (2020).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,676 (IBGE, 2010) e o PIB per capita é de 20.382,24 R\$ (IBGE, 2018), estando na 2346ª posição no ranking nacional e na 432ª posição no estado do Rio Grande do Sul. Também, é importante destacar que a renda per capita média do município cresceu 71,42% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 345,94, em 1991, para R\$ 382,55, em 2000, e para R\$ 593,01, em 2010 (Tabela 3). Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,88%. A taxa anual de crescimento foi de 1,12% entre 1991 e 2000, e 4,48%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas que vivem na linha da pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 35,79%, em 1991, para 20,28%, em 2000, e para 7,84%, em 2010 (IBGE,2010; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO SUL, 2019).

Tabela 3: Renda, Pobreza e Desigualdade – Paraíso do Sul/RS

	1991	2000	2010
Renda per capita	345,94	382,55	593,01
% de extremamente pobres	14,16	9,16	2,66
% de pobres	35,79	20,28	7,84
Índice de Gini	0,57	0,49	0,37

Fonte: PNUD, Ipea, FJP e Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul.

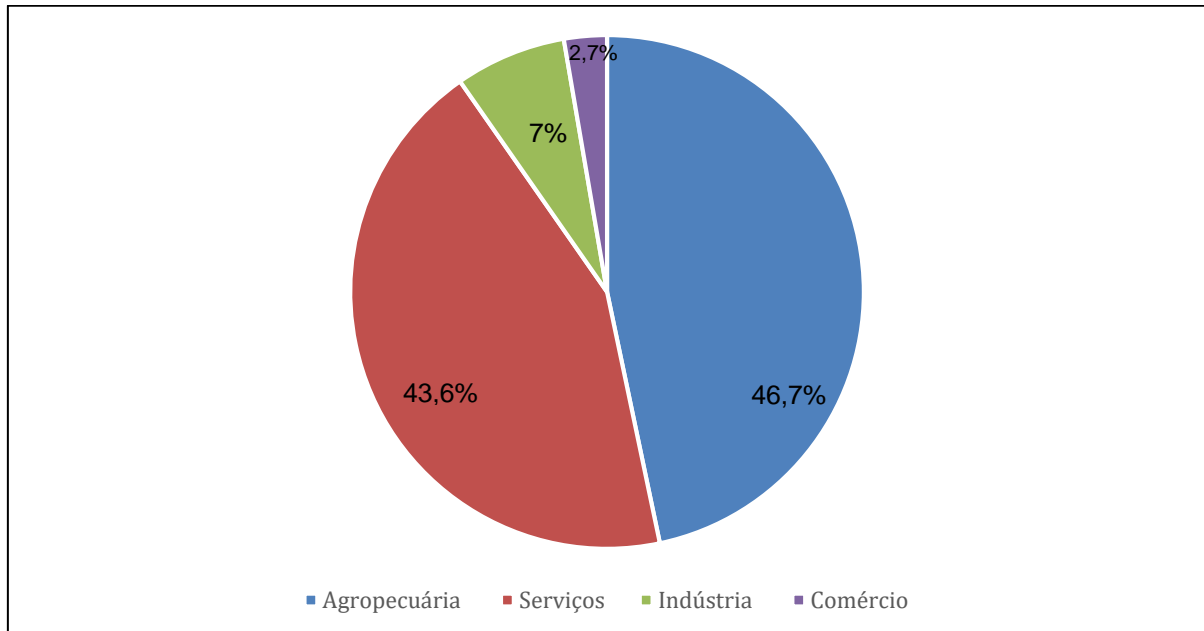
Org.: MACHADO (2021).

Em 2018, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10,3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 212ª de 497 e 448ª de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades de todo país, ficava na posição 1019ª de 5570 e 3370ª de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 28,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296ª de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4913ª de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2020).

No gráfico abaixo, pode ser visualizado os dados referentes a economia local, sendo, segundo dados do censo demográfico (IBGE, 2010) baseada na agropecuária (46,7%) seguido pelos serviços (43,6%), indústria (7,0%) e por fim o comércio (2,7%). Evidenciando a importância da agricultura para economia e desenvolvimento do

município, visto que, o setor industrial e o próprio comércio ainda se encontram pouco explorados.

Gráfico 1: Base econômica de Paraíso do Sul/RS - 2010



Fonte: IBGE (2010).

Org.: MACHADO (2021).

Relacionado ao setor agropecuário, o Censo Agropecuário de 2017¹¹, traz dados importantes sobre a produção agrícola do município. De acordo com a pesquisa, Paraíso do Sul apresenta 1057 estabelecimentos agrícolas, destes 765 tem na produção do tabaco a principal fonte de renda. O que torna a fumicultura uma das principais bases da economia local e regional. Destacando-se também, o cultivo do arroz irrigado, a produção da soja, a criação de bovinos de corte e em menor escala a atividade leiteira¹².

2.2 Produção agrícola de Paraíso do Sul/RS

Ao longo da história da ocupação e formação do território que hoje constitui o município de Paraíso do Sul, a agricultura familiar sempre esteve presente. Os imigrantes de origem portuguesa e africana e os nativos indígenas haviam chegado a Cachoeira do Sul no final do século XVII e início do século XVIII, e se instalaram neste

¹¹ Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>

¹² Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul/RS. Disponível em: <http://www.paraísodosul.rs.gov.br>

local, quando Paraíso do Sul ainda era distrito deste município (PHEIFER, 2008). Posteriormente chegaram os imigrantes alemães, por volta de 1857, e italianos a partir de 1880, que se estabeleceram na serra e região campestre (WERLANG, 1995).

Com a vinda dos primeiros imigrantes germânicos¹³, já eram disponibilizados lotes de terra para a produção agrícola. Conforme Werlang (1995) situados em “linhas”, os lotes tinham geralmente a área de 48,4 hectares, havendo poucos casos em que a área excedia a esta quantia, favorecendo o desenvolvimento da agricultura com mão de obra familiar.

A unidade territorial em questão integra o COREDE Jacuí Centro, que tem sua base econômica vinculada à agropecuária. A região tem destaque para a produção de arroz e para a criação de bovinos de corte e de leite, predominantemente em grandes unidades de produção. Ao norte do COREDE, nas proximidades do COREDE Vale do Rio Pardo, onde está localizado Paraíso do Sul, há majoritariamente pequenas unidades de produção e predomínio do cultivo do tabaco. Sendo que a produção desta cultivar se caracteriza pela mão de obra familiar, tornando-se uma das principais atividades econômicas do local.

Há uma maior concentração da produção de fumo nos municípios do norte do COREDE – Cerro Branco, Paraíso do Sul, Novo Cabrais – se assemelhando ao perfil de alguns municípios do COREDE Vale do Rio Pardo. Os outros municípios possuem um perfil mais próximo aos COREDES do sul do Estado, predominando a produção do arroz e a criação de gado de leite e de corte, com alguma participação da soja. [...] A produção agropecuária do COREDE concentra-se entorno do arroz, fumo, soja e pecuária. A produção se dá, predominantemente, em médias e grandes propriedades rurais, mas as pequenas propriedades também estão presentes em muitos municípios, principalmente os que produzem fumo (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.31).

Com a economia baseada na agricultura, têm nas pequenas unidades de produção, caracterizada pela agricultura familiar, o cultivo de produtos que abastecem o mercado local e se integram para o desenvolvimento do município. Conforme Abich (2001) a base da economia do município está atrelada ao setor primário, tendo como principais produtos agrícolas as culturas do fumo e do arroz irrigado. Também há o

¹³Cabe ressaltar, que a colonização do território se intensifica a partir de 1860 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães trazidos pelo governo imperial para o país, onde ocorreu a ocupação e demarcação das terras do município de Paraíso do Sul. Mas, também é importante destacar, que anteriormente aos alemães, nesta região já viviam alguns luso-brasileiros, que possuíam lotes e se encontravam instalados com fins de auxiliar na demarcação dos lotes dos colonos alemães que estavam se fixando em áreas destinadas aos imigrantes (PHEIFER, 2008).

cultivo do milho, feijão, amendoim, batatinha e recentemente introduzida a produção de soja.

Destacam-se também, a criação de bovinos de corte e em menor escala a atividade leiteira, a piscicultura e a apicultura. A pecuária concentra-se basicamente na ordenha e no fornecimento de carne. A utilização do gado como tração animal ainda é presente em algumas regiões do município. Além disso, são criados aves e suínos, principalmente para autoconsumo e sustento da família (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO SUL/RS).

De acordo com Friedrich (2006) é na região sul do município que estão situadas as maiores propriedades rurais, com intensa mecanização agrícola e predomínio do cultivo do arroz irrigado (Figura 6). Essa área apresenta condições favoráveis para este tipo de cultura por ser uma área de relevo plano e grande disponibilidade de água, destacando-se o rio Jacuí, sendo muito importante para o abastecimento e irrigação das lavouras. Em alguns locais onde o relevo é mais ondulado cultiva-se também fumo e milho.

Figura 6: Lavoura de arroz irrigado



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Figura 6: Lavoura de arroz irrigado na localidade de Contenda.

Na tabela abaixo é possível verificar os dados indicativos a produção de arroz no município, atrelados a área colhida e plantada, quantidade produzida, o rendimento médio e o valor de produção, referentes aos anos de 2000, 2010 e 2018 respectivamente. Sendo possível perceber um aumento significativo desta produção no decorrer das décadas analisadas, devido à valorização no mercado econômico brasileiro.

Tabela 4: Dados sobre a cadeia produtiva de arroz em Paraíso do Sul/RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	2.860	2.860	15.693	5.487	3.361
2010	3.292	3.863	20.012	6.079	11.826
2018	3.765	3.765	30.120	7.841*	21.084

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: MACHADO (2020).

Na região norte do município pratica-se a policultura, ou seja, a agricultura apresenta-se bastante diversificada. Neste caso são produzidas cultivares como fumo, milho, feijão, amendoim, mandioca e uma diversidade de alimentos orgânicos e agroecológicos (Figura 7). Os alimentos hortigranjeiros, estes em menor quantidade se comparados a produção de arroz e tabaco, além de serem aproveitados para o autoconsumo, também são comercializados nas feiras locais e utilizados no cardápio da alimentação escolar para promover hábitos alimentares saudáveis.

A respeito da produção agroecológica no município, destaca-se que a mesma, se intensificou de forma mais abrangente no ano de 2017 quando ocorreu chamada pública para o desenvolvimento desta prática nos municípios de Agudo e Paraíso do Sul. Com esta iniciativa as famílias de agricultores e agricultoras começaram a diversificar sua produção. Algumas dessas famílias ainda tinham na fumicultura sua renda principal (onde há contato direto com a utilização de insumos químicos e agrotóxicos), sendo necessário construir e compartilhar os conhecimentos e objetivos que envolvem a agroecologia com os/as produtores/produtoras rurais.

A fase de transição ocorreu do modelo convencional para o orgânico, primeiramente com a apreensão da forma de produção orgânica para dar início a certificação desses alimentos, e, posteriormente efetivar a produção agroecológica. A

formação de uma Associação que contemplasse a agroecologia no município ocorreu no ano de 2020 e conta atualmente com oito famílias integrantes, sendo quatro famílias do Grupo Agroecológico Flor e Ser¹⁴.

Figura 7: Alimentos de produção agroecológica



Fonte: Grupo Agroecológico Flor e Ser.

Figura 7: nas imagens é possível observar a diversidade da produção agroecológica no município: (A) lavoura de feijão; (B) produção de morangos; (C) cultivo de tomates; (D) alimentos comercializados na feira realizada em Santa Maria; (E) e (F) alimentos comercializados na feira realizada em Paraíso do Sul.

A produção além de abastecer o mercado local e os municípios da região em feiras e eventos que viabilizem a produção da agricultura familiar, contribui para uma alimentação escolar nutritiva. Por meio de políticas públicas de planejamento como o PNAE¹⁵ (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o qual garante que 30% dos alimentos devam ser adquiridos junto a produtores e produtoras da agricultura

¹⁴ Entrevista concedida por uma das agricultoras que incentivaram a produção agroecológica e esteve presente desde o processo de formação da Associação no município.

¹⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Cabe ao governo federal fazer o repasse, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>

camponesa e familiar, permitem que crianças e adolescentes tenham acesso a uma diversidade de alimentos que sejam nutritivos e de qualidade.

Apesar da significativa contribuição da agroecologia para o desenvolvimento de alternativas contrárias ao modelo convencional, a principal atividade econômica da maioria das famílias do município, que desenvolvem atividades agrícolas, é a cultura do tabaco (Figura 8). Seu cultivo justifica-se por ser uma cultura típica da região, com unidades de pequeno porte, mão de obra familiar e garantia de compra deste produto (o que garante também, aos/as pequenos/pequenas produtores/produtoras uma renda superior aos demais produtos agrícolas), favorecendo esse tipo de produção e a permanência nesta atividade.

Figura 8: Lavoura de fumo



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Figura 8: Lavoura de fumo na localidade de Linha Patrícia.

Na tabela abaixo é possível verificar os dados indicativos a produção de tabaco no município, atrelados a área colhida e plantada, quantidade produzida, o rendimento médio e o valor de produção, referentes aos anos de 2000, 2010 e 2018 respectivamente. Sendo possível perceber um declínio em relação a área colhida e

plantada, bem como a quantidade produzida entre os anos de 2010 e 2018. A implementação da soja entre essas décadas no município é um dos fatores que contribuiu para essa queda, como também, as campanhas antitabagistas promovidas por setores ligadas a saúde pública. Ao mesmo tempo, percebe-se um aumento significativo sobre o rendimento médio e o valor da produção devido à valorização da folha para exportação no mercado internacional, sendo o Brasil o primeiro no ranking das exportações desde o ano de 1993.

Tabela 5: Dados sobre a cadeia produtiva de tabaco em Paraíso do Sul/RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	2.100	2.100	4.305	2.050	6.935
2010	3.200	3.200	4.800	1.500	29.851
2018	2.650	2.650	4.240	2.310*	33.920

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: MACHADO (2020).

Outras justificativas para produção da fumicultura, principalmente no Sul do Brasil, é o fato da tradição dos povos europeus com esta cultivar, as condições climáticas, os solos favoráveis e a renda econômica que esta cultura proporciona em pequenas propriedades (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2019). Além disso, por necessitar de uma grande disponibilidade de mão de obra em todas as etapas de produção e de um dedicado acompanhamento para o seu desenvolvimento, o cultivo do tabaco tem como marca o sistema de produção familiar, a monocultura e a ocupação de pequenas áreas próximas as residências. De acordo com Dutra (2010, p.68)

O fumo é uma cultura agrícola típica de estruturas fundiárias de pequenas propriedades, com emprego intensivo de mão-de-obra. A cultura do tabaco já estava presente na agricultura colonial, mas até o início do século XX era pouco expressiva do ponto de vista das áreas plantadas e dos volumes de produção. Após as duas primeiras décadas do século XX, ele passou a fazer parte da pauta das exportações do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente concentrando-se na região do Vale do Rio Pardo, posteriormente espalhando-se para alguns municípios do centro-norte gaúcho [...] (DUTRA, 2010, p.68)

Cabe salientar que o cultivo do tabaco não é algo recente, presente antes mesmo da colonização portuguesa no Brasil, no entanto, torna-se produto de exportação somente a partir do século XIX. Atualmente configura-se como uma das atividades agrícolas mais importantes na região centro sul do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Friedrich (2006) é o principal produto agrícola comercializado, e também, a principal fonte de renda para a maioria dos agricultores e das agricultoras dessa região, não sendo diferente em Paraíso do Sul. Conforme Dutra (2010, p. 73)

O fumo esteve presente no Brasil muito antes da chegada dos portugueses. Como toda cultura agrícola, teve seus momentos de maior importância e outros nos quais enfrentou problemas. Atualmente o fumo consolida-se como uma das culturas agrícolas mais importantes pela geração de impostos, bem como pelo grande número de famílias de pequenos agricultores envolvidos. Devemos salientar ainda a enorme quantidade de agentes envolvidos na produção e distribuição de produtos oriundos do fumo (DUTRA, 2010, p.73).

Santos (2001) também destaca que a fumicultura foi uma das atividades mais desenvolvidas pela agricultura familiar desde o início da colonização alemã nesta região. Sendo que a partir das décadas de 1970 e 1980 a cultura do tabaco passa a ter sua secagem em fornos de estufas, como um novo padrão tecnológico.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento econômico local, presente em grande parte do território, tornando-se como descreve Santos (2002, p. 7) “localmente um consenso (ou fatalismo?), de que é a única atividade que pode garantir renda suficiente nas pequenas unidades rurais, principalmente por ter um mercado comprador garantido”.

Pois, a produção desta cultivar é uma atividade que requer atividades trabalhosas, desconfortáveis e insalubres, com alta quantidade de inserção de agrotóxicos, desde o plantio até a colheita, se estendendo por um longo período do ano. O que acarreta em problemas de saúde, alta taxa de depressão ocasionada pela utilização de insumos químicos, o envelhecimento precoce entre outros fatores que dificultam uma boa qualidade de vida por parte dos fumicultores e fumiculturas.

É a partir do processo de modernização da agricultura, com a introdução de maquinários mais sofisticados, de insumos e fertilizantes químicos e agrotóxicos que este quadro se agrava. Pois a Revolução Verde introduzida no Brasil é um quadro contraditório vivenciado no meio rural, a benefício dos grandes produtores, visando o mercado externo, sem preocupação com desenvolvimento sustentável e de políticas

públicas para a agricultura familiar, bem como para o bem-estar e saúde dos/das agricultores e agricultoras. De acordo com Santos (2002, p. 13)

Com o processo de modernização da agricultura a partir da década de 70, a agricultura familiar desta região sofreu grandes modificações em sua base técnica, que ocasionaram mudanças de ordem social, cultural e econômica; principalmente com o grande desenvolvimento da lavoura de fumo na região. Em função disto, a agricultura familiar perdeu autonomia criando fortes vínculos com o setor industrial do fumo, mudando seus padrões de consumo de bens e serviços, ao mesmo tempo em que a posse da terra e a condição de agricultor perderam na dimensão de tradição e ganharam dimensão de caráter econômico (SANTOS, 2002, p.13).

Outra produção agrícola que nos últimos anos vem ganhando espaço no município, e que vem de encontro com o exposto acima, é a monocultura da soja (Figura 9), a qual se expandiu sobre o território no decorrer da década de 2010 e se consolidou como um importante produto atrelado a agricultura local. Cabe salientar, que a mesma, está presente no Brasil há mais de um século, no entanto, seu cultivo se efetivou principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960 no estado do Rio Grande do Sul, com a implementação de um modelo agrícola oriundo de uma política elitista e segregacionista. Sendo que, em um primeiro momento, ficou restrita as porções sul e noroeste do estado.

Figura 9: Lavoura de soja



Fonte: Trabalho de campo (2020).

Figura 9: Lavoura de soja na localidade de Vila Paraíso.

Atualmente, sabe-se que esta monocultura ultrapassou diversas fronteiras, se expandindo para diferentes regiões do Brasil e do estado gaúcho, a qual torna-se o setor base da economia nacional. Desta maneira, chega a ser, também, implementado pela agricultura familiar, sendo perceptível sua expansão em médias e pequenas unidades de exploração. Esse fato se deve ao valor do produto, pois o mesmo é altamente rentável e lucrativo para os(as) agricultores(as), pois apresenta um mercado de exportações favoráveis a comercialização do grão, sendo o Brasil um dos principais produtores e fornecedores de soja no mundo.

Na tabela abaixo é possível verificar os dados indicativos a produção de soja no município, atrelados a área colhida e plantada, quantidade produzida, o rendimento médio e o valor de produção, referentes aos anos de 2000, 2010 e 2018 respectivamente. Sendo possível perceber um acréscimo significativo referente a produção desta cultivar no município, em relação a área colhida e plantada, bem como a quantidade produzida entre os anos analisados.

Tabela 6: Dados sobre a cadeia produtiva de soja em Paraíso do Sul/RS

	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor de Produção (R\$ mil)
2000	160	160	336	2.100	96
2010	1.000	1.000	2.280	2.280	1.242
2018	2.400	2.400	7.200	2.280	7.056

*Dados do ano de 2017.

Fonte: FEE (2018).

Org.: MACHADO (2020).

Também relacionado a produção agrícola, a vegetação, nos locais mais planos, encontra-se em grande processo de devastação, cedendo lugar para a agricultura. E de acordo com Friedrich (2006, p. 25) “Grande parte dessas florestas também foi devastada em consequência de sua utilização intensa como fonte de energia (lenha) necessária para a secagem do fumo, cultura predominante em áreas de minifúndio”.

Outro problema percebido no meio rural do município é o fato de que, como em outras regiões coloniais do Rio Grande do Sul, houve uma saída acentuada da mão de obra familiar para outras regiões rurais ou mesmo para as áreas urbanas, do próprio município, como para outros locais. Em um período onde as famílias eram formadas por um número maior de filhos, sendo esta “exportação” uma das principais

estratégias para resolver o problema de falta de terra e oportunidade de trabalho para todos os descendentes, bem como o problema da sucessão nas unidades de produção (Woortmann, 1995).

Além disso, pode se destacar a forte presença da visão masculinizada do meio rural, sendo diversos os fatores que contribuem para tal fenômeno. Uma das causas é a condição inferior imposta para as mulheres, tornando seu trabalho desvalorizado na unidade de produção. Bem como sobre a questão da sucessão e transmissão do patrimônio, geralmente para o gênero masculino, desconsiderando a importância das mulheres para o desenvolvimento da propriedade rural. Segundo Castro (et. al. 2009, p.139)

As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e, ainda, dos espaços de decisão. E também, muitas vezes são as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos de toda família. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico se estende para os espaços públicos de participação política.

No município paraisense, por mais que a presença das mulheres seja algo notável na agricultura, a visão patriarcal também ainda é muito presente, sendo um fator determinante para as distinções atreladas aos membros do grupo familiar. Pois, as agricultoras desempenham longas jornadas de trabalho, conciliando a lida da lavoura com os afazeres domésticos e criação dos filhos, não recebendo o devido reconhecimento.

Enquanto os homens desempenham atividades as quais julgam ser produtivas, deixam para as mulheres aquelas que não se enquadram neste modelo, designadas como “tarefas de mulher”. Independente de realizem as mesmas atividades que seus companheiros, a visão patriarcal impera sobre os pensamentos, julgando o que deve ser valorizado e desvalorizado quanto as relações econômicas, sociais e culturais.

3. A MULHER FRENTE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Este capítulo tem enfoque nas problemáticas que envolvem o processo de modernização da agricultura, buscando compreender para refletir, sobre as formas de interferência do capital no modo de produção e os impactos deste sistema para o trabalho desenvolvido pelas mulheres na agricultura familiar. Sendo predominante uma cultura rural patriarcal, que evidencia o trabalho realizado pelos homens e desvaloriza o trabalho das mulheres. O que gera diversas consequências negativas para o meio rural, tanto sociais quanto econômicas.

3.1 Agricultura Familiar e a interferência capitalista no modo de produção

A história da agricultura é tão antiga quanto a história da humanidade. Com aproximadamente 10 mil anos, acompanhou o desenvolvimento das mais antigas civilizações, perpassando pelos diversos ciclos econômicos implementados pelo capital. Conforme Hevilásio (2009, p.5) “um grão caído na terra começa a germinar e, é observado em seu crescimento por algumas mulheres que estão coletando na área: aí temos, provavelmente, a base da transformação”.

A partir do conhecimento adquirido ao longo do tempo, pelas observações realizadas perante a natureza, os seres humanos começam a desvendar o espaço e alcançar locais antes desconhecidos. Ao mesmo tempo em que deixam de ser nômades, acabam por dominar o meio a qual estão inseridos, passam a domesticar e controlar plantas e animais. Com a descoberta do “milagre da germinação” homens e mulheres mudam suas atividades: de caçadores coletores passam a se fixar a terra e desenvolvem mecanismos que facilitam o cultivo e produção de alimentos.

Com o processo urbano-industrial, a agricultura ganha outras formas e funções. A partir da inserção do modo capitalista de produção “se incorpora ao sistema econômico como um dos seus ramos industriais”, é o que afirma Gorender (2013, p.21), sendo incorporada ao sistema capitalista como qualquer outro ramo industrial que tem como objetivo a obtenção do lucro a partir da mais valia.

Sobre o sistema capitalista, necessário se faz contextualiza-lo, dentro deste texto, buscando suas origens para compreender de que forma se estrutura e modifica as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, bem como as formas de produção do mercado, o qual tem consequências para a reprodução econômica e

social do meio agrário, contribuindo para as contradições vivenciadas no rural brasileiro. Conforme Oliveira (2013, p.53)

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios (OLIVEIRA, 2013, p.53).

Tem na exploração de trabalhadores e trabalhadoras sua principal forma de acumulação de bens e valor econômico. Na venda da força de trabalho para aquisição de mercadorias, se submetem a cargas horárias de trabalho exaustivas e a salários inferiores ao esforço realizado. Sendo que quando finalizado o produto não apresentam condições de adquiri-lo, pois quem retém todas as vantagens e lucros são os detentores dos meios de produção. O que condiciona uma maioria trabalhadora aos domínios de uma elite burguesa minoritária.

Nas obras de Marx e Engels¹⁶, que datam do século XIX, é possível perceber o teor crítico dos autores sobre o sistema capitalista. O qual designam a sociedade sob a ótica da divisão em classes: burgueses e proletários. Bem como a ideologia da propriedade privada dos meios de produção como forma de reprodução social. Característica que acompanha a humanidade até os dias atuais em uma constante luta de sobrevivência. Que acaba por alienar trabalhadores e trabalhadoras a visão capitalista de produção e consumo. De acordo com Abromovay (2012, p.43)

Naquilo que os economistas clássicos viam a expressão mesma da evolução da humanidade, o desenvolvimento do comércio, Marx enxerga o drama da sociabilidade e conseqüentemente da personalidade fragmentada, alienada, tanto mais distante de si mesma e dos outros homens quanto mais próxima deles através do vínculo desnorteador que é o mercado (ABROMOVAY, 2012, p.43).

Para o capital conforme Mitidiero Junior (2016) sua expansão se faz necessária para sua produção e reprodução, não importando de que forma esse processo ocorra, rompendo qualquer tipo de barreira, ameaçando a vida social e natural. Sendo que para sua perpetuação e superação das diversas crises que acompanham seu processo, produzira conforme o autor “um mundo mais injusto e perverso socialmente,

¹⁶O Manifesto Comunista e O Capital, originalmente publicados em 1848 e 1867 respectivamente. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, v.1, tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 1996. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. Ed. Ridendo Castigad Mores, 1999.

no qual o território estará submetido, integralmente, à acumulação capitalista” (MITIDIÉRO,2016, p.21).

A partir da concepção de Harvey (2005) é possível compreender como o capital se desenvolve e permanece, apesar das inúmeras crises, como sistema econômico dominante. Conforme o autor é nos ajustes espaciais que o capital encontra os meios de se propagar e permanecer como hegemônico. Sendo que o espaço geográfico possibilita, a partir das desiguais condições estabelecidas, a expansão do capitalismo.

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes a expansão geográfica, a reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo a muito tempo teria cessado de funcionar como sistema econômico-político (HARVEY, 2005, p. 40).

Ainda sobre a organização e reorganização espacial do capital Harvey (2005, p. 80) acrescenta

O capitalismo não pode sobreviver sem seus ajustes espaciais. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica como solução parcial de suas crises. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança (Harvey, 2005, p. 80).

É neste sentido, que o capital, conforme Oliveira (2016, p.9)

Configura-se como incontrolável [...] enquanto sistema mundial, potencializa seu processo de expansão de modo cada vez mais destrutivo, hoje caracterizado pela financeirização e pelo modelo flexível nas relações de trabalho, dos quais são decorrentes o desemprego em proporções cada vez maiores, a informalidade nos empregos, maior sutileza no controle da força de trabalho, como proposta do modelo flexível de acumulação, disputa entre os trabalhadores, condições desumanas de realização do trabalho, apropriação da riqueza socialmente e coletivamente produzida nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, tudo isso com o auxílio do Estado (OLIVEIRA, 2016, p.9).

Visto que, como sistema econômico vigente, o qual se introduz de forma hegemônica em todos os âmbitos da sociedade, contribui segundo Fernandes (2004, p. 2) para a “territorialização– desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais”, as quais são fortemente percebidas no campo brasileiro.

O que acarreta nas mais variadas formas desiguais de acesso à terra e as técnicas utilizadas para o desenvolvimento da agricultura. Principalmente por parte dos/das agricultores/agricultoras familiares e camponeses/camponesas que dependem de políticas públicas para se manter competitivos ao mercado.

Possibilitando que tenham o direito de se manterem na terra e dela retirarem seu sustento.

Conforme Wanderley (1995) na história do Brasil “A grande propriedade se impôs como modelo de produção socialmente reconhecido. Estimulada por programas e projetos políticos de desenvolvimento agrícola, proporcionou a modernização e a reprodução das *commodities* em todo o território”.

De fato, o sistema capitalista privilegia a grande propriedade e a monocultura de produtos agrícolas e tem no agronegócio o principal meio para a exportação. O que direciona os investimentos para desenvolvimento da agricultura ao grande produtor, possibilitando a ele se manter competitivo ao mercado que massacra e criminaliza camponeses(as) e agricultores(as) familiares que buscam alternativas contrárias ao sistema político econômico vigente.

Sobre o espaço agrário brasileiro pode se caracterizá-lo a partir de uma mesma estrutura, embora passe por mudanças políticas e econômicas no decorrer do tempo. Estrutura a qual se mantém, desde sua ocupação e formação territorial. Pode-se de forma simplificada caracterizar a estrutura da formação social brasileira a partir da combinação de três modos de produção: o capitalista avançado (hegemônico), o pequeno modo de produção e o modo de produção comunitário. A reprodução do grande capital, tecida e integrada por forte mediação do Estado, é movimento que reproduz essa estrutura como um todo (MOREIRA, 2018).

Sabendo que o desenvolvimento da grande unidade de exploração tem o incentivo do Estado, que favorece a produção e reprodução da monocultura, a partir de incentivos fiscais e introdução de vasta tecnologia, tem sua predominância no meio agrário brasileiro desde sua ocupação. Assim, deixa de forma subordinada a pequena produção e a produção comunitária aos anseios e acordos de uma bancada ruralista fortemente conservadora, composta por latifundiários e empresários, entregando a terra e o meio ambiente as grandes multinacionais voltadas ao agronegócio. O que se verifica na grande concentração de terras nas mãos de poucos tornando o rural palco de contradições e disputas violentas.

Em um retrospecto histórico, tem-se com a chegada dos portugueses a implementação da visão capitalista de produção, a qual era vivenciada na Europa e se expandia pelos demais continentes a partir da conquista de novos territórios. Da mesma maneira a exploração do meio natural e dos nativos ocorreu de forma a

subordiná-los aos interesses expansionistas dos ideais eurocêntricos. Neste sentido cabe destacar, conforme Stedile (2011, p.19)

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa. No processo de invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, as suas leis e a sua cultura. (STEDILE, 2011, p. 19)

Desde a colonização a exploração das riquezas naturais foi o carro chefe da economia brasileira. Seu desenvolvimento ocorreu a partir dos Ciclos Econômicos, sendo caracterizado como um país agroexportador, com a produção voltada para a demanda do mercado internacional, explorando e degradando o ambiente a benefício do capital. Primeiramente como colônia, até meados dos anos 1822, e posteriormente como país independente da coroa portuguesa, mas que até os dias atuais é totalmente dependente dos países ricos, capitalistas, do norte global.

Quanto a agricultura familiar, esta sempre esteve presente durante a formação e ocupação do território brasileiro, entretanto de forma secundária, estava vinculada ao abastecimento interno, sem interesse para a oligarquia agrária, que tinha no cultivo das monoculturas de açúcar, café e na criação de bovinos a exportação para os mercados exteriores.

A produção de alimentos para o mercado interno era vinculada à agricultura familiar. Sendo destinados pequenos lotes de terra, junto as grandes propriedades, para cultivo de alimentos que abasteciam as fazendas, bem como as vilas e cidades que se formavam no interior brasileiro. Desta forma, conforme Wanderley (1995, p.38)

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995, p.38).

Profundamente marcada pelas origens coloniais da economia política e da sociedade brasileiras, que tinham como característica a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a mão de obra escrava (BRUMER, 1997), a agricultura

familiar dividia espaço com formas de exploração que a condicionava a uma posição inferior, sem seu devido reconhecimento, em um processo histórico que pode ainda ser percebida na estrutura fundiária.

De acordo com Röhnelt (2011, p. 36)

O sistema monocultor e as formas como se processou a produção colonial configuraram o caráter da formação agrária brasileira – de agricultura de exportação e predatória das riquezas naturais. Tal processo, fundamentado na posse de grandes extensões de terra, utilização inadequada do solo e exploração do trabalho alheio, acarretou em uma formação histórica do espaço agrário passível de ser reavaliada na atualidade, pois foi marcada por profundas desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais (RÖHNELT, 2011, p. 36)

Sabe-se que na agricultura familiar existe uma articulação necessária entre as atividades produtivas e as atividades reprodutivas. A reprodução social depende do trabalho coletivo de toda a família, estabelecendo uma relação que envolve elementos como a terra, os meios de produção e a esfera familiar, constituída pela relação que se estabelece entre seus membros e o trabalho. Na visão de Abramovay (1997, p.3)

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Para o autor supracitado, o/a agricultor/agricultora familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar (MARQUES, 2008, p.57-67).

Pensar a partir desse conceito de agricultura familiar, remete-se que os agricultores e agricultoras estão de forma definitiva inseridos e inseridas no mercado,

podendo competir facilmente com os grandes produtores. O que evidentemente não ocorre, pois, o modelo capitalista da agricultura contemporânea, tende a excluir agricultores e agricultoras que não conseguem acompanhar as exigências de um mercado que prega a incessante modernização e capitalização da agricultura. Conforme Brumer (1997, p.183)

A questão social que se exprime no nível da distribuição de rendas e de extrema marginalização da população rural, permanece atual e até mesmo vem sendo ampliada. Se considerarmos o nível de miséria absoluta que afeta o meio rural brasileiro, pode-se afirmar que, apesar do grau de modernização atingido, grande parte da população rural não chega a ultrapassar os limites da precariedade que caracteriza-se historicamente (BRUMER, 1997, p.183).

Desta forma, com a intensificação da entrada do capital e o fortalecimento das indústrias, o campo se torna mecanizado e se modifica, gerando mais concentração de riquezas aos grandes latifundiários. Tende a expulsar os/as pequenos/pequenas agricultores/agricultoras e os povos tradicionais de seu lugar de origem, que acabam por se tornar mão de obra barata, precarizando as relações de trabalho. Além disso, marginaliza quem resiste lutando pela terra, tornando-se impossível competir com o agronegócio que surge a partir da chamada Revolução Verde.

Mesmo que a agricultura familiar esteja presente desde a formação do território nacional, a estrutura fundiária do rural brasileiro se concentrou e ainda se concentra nas mãos de poucos. A implementação da indústria, durante a década de 1930, introduzindo as primeiras fábricas de bens de base e principalmente com o Golpe Militar de 1964, impulsionaram as disparidades no meio rural e conseqüentemente a marginalização dos movimentos sociais e populares que lutavam pelo direito ao acesso à terra.

É a partir da Revolução Verde, introduzida no Brasil na década de 1960, que ocorre a modernização do campo. Uma modernização conservadora, que visava as transformações tecnológicas somente a quem poderia adquiri-las para implementar em sua unidade de produção. Esse pacote tecnológico, assim chamado, tinha como característica a implementação de uma gama de aparatos técnicos para o melhoramento da produtividade, direcionada especificamente para a produção em larga escala, visando o mercado exterior.

Insumos, agrotóxicos, fertilizantes, maquinários que iam além da tradicional utilização da enxada e da carroça, bem como a criação de complexos agroindustriais, foram algumas das tecnologias aplicadas. No entanto, as transformações ocorridas

atingiram apenas os grandes proprietários que eram providos de capital e tinham maior acesso aos créditos fornecidos pelo Estado para os devidos investimentos.

Sem as devidas condições para competir com os grandes produtores, a agricultura familiar, condicionada ao sistema, teve que se moldar as exigências do mercado, gerando a saída massiva de inúmeras famílias para os centros urbanos. É a partir desse momento que se intensifica as vendas, por parte de agricultores e agricultoras familiares, de suas terras. O que colaborou com as condições vulneráveis de trabalho encontradas tanto no meio rural como no meio urbano, pois ao saírem do campo tonaram-se mão de obra barata para a indústria que se formava, gerando pobreza e disparidades ainda maiores no meio agrário. De acordo com Röhnel (2011, p.38)

Desde a década de 1960, com o processo de modernização da agricultura e com políticas de incentivos a incorporação deste, formou-se uma nova configuração dos meios de produção. As atividades agrícolas, dependentes de recursos naturais (solo e água) e da manipulação do homem sobre o meio através de sua mão de obra, viram-se diante de transformações, as quais mudariam as relações entre sociedade e natureza. Surgiu o processo de dependência da agricultura de meios de produção oriundos do segmento urbano-industrial, como maquinários (tratores, colheitadeiras) e produtos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), ou seja, elementos que anteriormente não faziam parte do processo produtivo, mas que, mediante as novas exigências do mercado, principalmente de exportação, os agricultores viram-se obrigados a incorporar nas atividades agrícolas. Para muitos agricultores que não conseguiram se inserir neste processo restou a exclusão, acentuando o êxodo rural (RÖHNELT, 2011, p.38).

Cabe salientar, que conforme o Atlas do Agronegócio (2018) foi primeiramente na Europa e na América do Norte, que a invenção dos fertilizantes possibilitou a industrialização da agricultura. Sendo que as práticas ocidentais, adotadas pela Revolução Verde, posteriormente foram introduzidas em outras regiões. Neste processo, um mercado bilionário de fertilizantes emergiu. A indústria orgulhosamente ressalta os rendimentos crescentes, mas ignora os impactos negativos no solo, no clima e no meio ambiente.

De acordo com Cunha; David (2012, p. 06-34)

Para entendermos as razões que explicam porque a estrutura fundiária brasileira permanece baseada no latifúndio, podemos unir a reflexão anterior ao período pós-guerra, quando políticas internacionais foram implantadas no país com o objetivo de modernizar o meio rural brasileiro. Por ser considerado, pelo governo nacional e por governos internacionais, um espaço atrasado e que poderia ser facilmente alcançado pelas propagandas socialistas, o espaço rural brasileiro começou a sofrer algumas transformações em função de políticas públicas, que a partir de uma

abordagem produtivista objetivava o desenvolvimento capitalista no campo (CUNHA; DAVID, 2012, p.06-34).

Sobre a implementação tecnológica no meio agrário, Graziano da Silva (1999, p.16) enfatiza o que é óbvio no sistema capitalista: esta é uma relação que visa a obtenção de lucro. Para o autor

A tecnologia é, portanto, uma relação social e não um conjunto de “coisas”, como poderíamos pensar ao olhar as máquinas, os adubos químicos, as sementes, etc. A tecnologia é o conjunto dos conhecimentos aplicados a um determinado sistema produtivo. Ora, sabemos que no sistema capitalista, o objetivo da produção é o lucro; portanto, a tecnologia que lhe é adequada é aquela que permite gerar mais lucros (SILVA, 1999, p. 16).

Neste sentido, uma vez que o conteúdo das tecnologias está dado pelas relações sociais de produção, pode-se dizer que esta cumpre duas funções básicas na sociedade capitalista. A primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de aumentando a produtividade do trabalho, propicia a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho – portanto, a reprodução das classes sociais – para manutenção do modo capitalista de produção (SILVA, 1999).

Todas essas transformações ocorridas no meio agrário brasileiro, com maior intensificação nas últimas décadas, ocasionaram a dependência da agricultura em relação ao mercado externo, ao capital e a sistemas de produção que muitas vezes são alheias as características econômicas, sociais e culturais dos produtores e das produtoras rurais (RÖHNELT, 2011, p.38). Sendo que, quem se beneficia com todo esse aparato construído para o desenvolvimento da agricultura, são somente aqueles que possuem condições financeiras de adquiri-las e reproduzi-las.

Dessa forma, grande parte dos agricultores e das agricultoras familiares, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assentados e assentadas da reforma agrária ainda se encontram a margem da sociedade. Vistos como um atraso para o desenvolvimento da economia, esquecidos e ignorados, relegados à invisibilidade, encontram ainda dificuldades as condições de trabalho impostas pela política econômica vigente.

Sabe-se que a agricultura familiar, inserida nos moldes da produção capitalista, contribui para a reprodução social dessa estrutura, já imensamente permeada no campo brasileiro. Onde os sujeitos que não se articulam para ir a favor das demandas

das multinacionais (as quais estabelecem as formas de produção, desde a utilização de sementes e insumos até a colheita, venda e circulação dos produtos) e de um Estado fortemente ligado a oligarquia agrária (com uma bancada ruralista, que tem como prioridade manter a estrutura agrária e o comando das decisões atreladas aos grandes proprietários de terras) tornam-se marginalizados e caracterizados como atrasados.

Apesar das mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, com a intensificação da utilização de tecnologias, e o fato de o próprio grupo familiar ter a possibilidade do acesso a essas novas técnicas, muitas das quais se deve as políticas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos sujeitos que pertencem a este grupo nas últimas décadas, não se pode generalizar que todas essas mudanças se inscrevem como benéficas a grande maioria das famílias das pequenas unidades de produção.

Muitas famílias, nas mais variadas regiões do país, com a intensificação da mecanização do campo e a expansão do agronegócio, têm encontrado dificuldades para se afeiçoarem as exigências políticas econômicas e permanecerem subordinadas ao mercado. Mesmo que, com o decorrer dos anos tenha ocorrido um melhoramento ao acesso das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, a distribuição de créditos rurais ainda favorece o desenvolvimento do agronegócio e a produção dos ciclos de monoculturas.

Favorece a permanência das contradições encontradas, desde a formação do território, no espaço agrário nacional. O qual segue concentrado nas mãos de uma burguesia latifundiária conservadora, fortemente alienada as influencias capitalistas no modo de produção e reprodução dos meios sociais e econômicos.

Contradição que acarreta nas mais variadas formas desiguais de acesso à terra, caracterizando o Brasil como uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. O que acaba por gerar conflitos sociais, e até mesmo armados, pela posse e direito a terra. Conforme Fernandes (2004, p. 2) “são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural”, que acaba interferindo nas relações estabelecidas no meio rural brasileiro, com a imposição de um sistema político ideológico que visa a exploração do ser humano e a degradação dos recursos naturais.

Logo, torna-se evidente que o capital acaba corroendo, por muitas vezes, toda luta realizada durante anos, pelo direito à terra e a autonomia de produção de alimentos. Sujeitando, os/as camponeses/camponesas e agricultores/agricultoras

familiares às normas estabelecidas pelas grandes empresas de insumos químicos e maquinários, assim como aos interesses do agrobusiness¹⁷. O que destrói as relações estabelecidas com o meio e com a sociedade, provoca a degradação, subordina os sujeitos as leis do sistema, maltrata e persegue os saberes tradicionais e as formas alternativas de viver.

3.2 As distintas faces da modernização da agricultura: percepções a partir do trabalho das mulheres rurais

De fato, a passagem da vida nômade para sedentária teve na agricultura o fator essencial para essa mudança. Homens e mulheres passam a residir no território, produzindo seu próprio alimento a partir do controle de plantas e animais, não sendo mais necessário migrar constantemente para outros espaços, e assim, acabaram por acionar as relações da vida social. De comunidades primitivas, transformaram-se, com o avanço tecnológico dos modelos produtivos, em cidades cada vez mais globalizadas e interligadas. O que acarretou, conforme Rauber (2010) na significativa mudança das características populacionais de diversos países, aumentando sua população total, com formação de grandes contingentes populacionais nos centros urbanos e redução da população rural.

Diniz (1986) apud Dutra (2010, p.50) salientam que embora tenha-se avançado muito quanto as questões urbanas, industriais e tecnológicas, a agricultura exerce papel primordial para as civilizações. Pois, ainda hoje, é a principal fonte de alimentos, sendo responsável por boa parte dos produtos que ingerimos. Além disso, é base econômica de diversos países, os quais tem na produção e exportação de alimentos e nas matérias-primas, oriundas do setor primário, os valores responsáveis pela arrecadação de capital, sendo que muitos desses países são caracterizados como essencialmente agrícolas e agroexportadores.

Nas palavras de Diniz (1986), apesar do grande desenvolvimento urbano industrial atingido por alguns países, a agricultura representa papel fundamental no mundo atual. O desenvolvimento científico e tecnológico vem alterando os seus padrões tradicionais, porém a agricultura continua responsável pela alimentação da humanidade. Muitos países já se encontram

¹⁷Expressão que designa as relações econômicas para o desenvolvimento da grande produção agrícola. Com forte interferência das grandes corporações industriais de insumos químicos e apelo midiático. Contribuindo de forma significativa para a reprodução da monocultura de exportação no meio agrário brasileiro.

em estágios adiantados de desenvolvimento urbano e, sobretudo, industrial, mas a grande maioria é ainda essencialmente agrícola, portanto, é para essa atividade que se dirigem os olhos do grande contingente humano em busca de condições de subsistência. A agricultura foi um dos fatores históricos essenciais na contribuição para a evolução do atual estágio civilizatório, uma vez que guarda íntima relação com as transformações ocorridas nas sociedades ditas primitivas (DUTRA, 2010, p.50).

No entanto o modelo adotado, implantado durante o período colonial e que até hoje vigora no território brasileiro, o qual se caracteriza pela monocultura e mais recentemente pelo uso intensivo de insumos e maquinários agrícolas, nos últimos anos passou a ser contestado. Pois, apesar de ser um ramo lucrativo e com participação efetiva no PIB (Produto Interno Bruto) nacional, não atende aos interesses das populações locais que retiram da agricultura familiar e camponesa os recursos para sobrevivência. Aqueles que não conseguiram acompanhar os avanços tecnológicos e os sofisticados equipamentos agrícolas, dificilmente conseguem competir nesse mercado.

Além disso, o modelo agroexportador renega todos os agravantes causados pelo uso incessante de agrotóxicos no meio natural (impregnado no discurso como necessário para um maior rendimento produtivo na lavoura). Desde poluição das águas superficiais, chegando até os lençóis freáticos e águas subterrâneas, assim como, os graves problemas relacionados a erosão e infertilidade do solo. Sem falar da contaminação de animais e seres humanos e dos dilemas nas esferas sociais e culturais, tão importantes para o desenvolvimento produtivo.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006), a monocultura, que é uma das bases de sustentação da agricultura capitalista moderna, se desenvolveu, sobretudo, nas regiões de países coloniais. Enquanto cultura de exportação, a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que a produzem, na medida em que só tem sentido se for uma produção que não é feita para satisfazer as necessidades de quem produz.

Em relação ao modelo de agricultura familiar, no estado do Rio Grande do Sul, este esteve, conforme Dutra (2010), alicerçada na variedade de produtos cultivados, bem como na criação de pequenos animais, portanto dinamizando as matrizes produtivas destes locais. No entanto, as estruturas da produção agrícola foram modificando-se ao longo do tempo, especialmente a partir dos anos 1960, com a implementação da chamada Revolução Verde (a modernização da produção agrária), alicerçada no emprego maciço de máquinas agrícolas e agroquímicos.

Esta transformação, intensificada com o processo de globalização e a entrada acentuada do capital estrangeiro, favorecida pelo Estado, contribuiu para a expansão das monoculturas no território brasileiro e gaúcho, estando concomitantemente ligado aos baixos custos produtivos, mas lamentavelmente, sem levar em conta os aspectos sociais, culturais ou políticos. Além do mais, existe uma problemática envolta nesses aspectos, pois, conforme Cintrão; Siliprandi (2011) apesar de tantos avanços, o estado brasileiro não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres brasileiras, especialmente das mais pobres, rurais, negras e indígenas, que continuam a experimentar exclusão social e violência. Ainda de acordo com as autoras

Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais, que continuam relegando as preocupações das mulheres à esfera privada. Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país. São muitas as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimento das famílias, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 189).

As consequências da modernização na agricultura podem ser percebidas na modificação das estruturas sociais e trabalhistas no meio rural, e, por conseguinte, no urbano. Sendo que as pequenas unidades de exploração perderam espaço para as grandes, dando lugar aos “empresários rurais” (SCHAAF, 2003), e em sua maioria, acabaram se moldando ao sistema, produzindo a mercantilização dos serviços. Todavia, a organização da família pouco se alterou, apenas muda, em parte, a questão da autoridade, pois não é mais o "chefe da família" que determina a atividade a ser desenvolvida pelos componentes da unidade familiar, mas cada um se organiza em função das oportunidades individuais. Entretanto, a subordinação da mulher ao homem ainda permanece (ROSSINI, 1993).

No caso do município de Paraíso do Sul, quanto a participação das mulheres nas tomadas de decisões sobre a produção agrícola, as agricultoras relataram que tem acesso a todo rendimento e custo da produção, sendo que elas participam efetivamente do planejamento da safra, discutindo e decidindo de forma conjunta com seus companheiros.

É compartilhada, as vezes é complicado, mas tomamos as decisões em conjunto. (ENTREVISTADA 01 - GRUPO UNIDAS VENCEREMOS)

Agora eu tomo sozinha, mas antes quando ele era vivo a gente tomava juntos, sempre foram os dois. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

As decisões são em conjunto, mas sempre eu puxando a frente. Tenho todo o controle financeiro da produção também. (ENTREVISTADA 07 - GRUPO FLOR E SER)

Sempre em conjunto, as vezes a gente discuti, mas dá tudo certo. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

A gente conversa e decidimos juntos. (ENTREVISTADA 13 - GRUPO UNIÃO E PROGRESSO)

É evidente, que não se pode, infelizmente, generalizar que as realidades de todas as unidades de produção familiar sejam organizadas dessa forma que foi relatada pelas agricultoras entrevistadas, pois ainda há muito a ser realizado para a equidade entre os gêneros no meio agrário. Mas neste caso, é notório nas falas das agricultoras que elas participam ativamente das decisões referentes a destinação e prioridade dos recursos da produção. Algo que deveria ser recorrente na sociedade, não casos específicos, sendo de qualquer forma, um grande passo para transformar as relações sociais e econômicas no meio rural.

Neste sentido, de acordo com Brumer (2004) ainda são os homens que, na maioria dos casos, gerenciam a unidade de produção e determinam as prioridades da renda obtida da safra. Também são eles os responsáveis por realizar todos os tramites burocráticos e bancários, como: realização de contratos, compra, venda ou arrendamento de terras, compra de insumos, participação em sindicatos e cooperativas, realização de empréstimos, pagamentos e transações financeiras, bem como contato com técnicos, extensionistas e firmas vendedoras de insumos e compradores, entre outros.

[...] Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém os contatos com técnicos rurais ou agrônomos, faz a maioria das vendas e contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos) e participa de associações tais como cooperativa e sindicato. São também os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, pois, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. Se existem recursos excedentes - as 'sobras' - após o pagamento dos gastos de produção e atendidas as necessidades básicas de consumo, os homens é que os administram. Como regra geral, nem as mulheres nem os jovens têm uma

renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou pela venda direta de produtos beneficiados por eles no estabelecimento familiar. Nesse sentido, deve ser destacado que homens e mulheres usam os eventuais recursos 'excedentes' de maneiras distintas, pois enquanto que eles privilegiam o consumo individual (bebida, lazer), elas favorecem as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família (BRUMER, 2004, p.213).

Além disso, o caráter altamente excludente da modernização da agricultura, fez com que a migração campo-cidade se intensificasse, principalmente entre as mulheres jovens, caracterizando o meio agrário como um espaço masculinizado, com pouca ou nenhuma participação das mulheres quando o assunto é produção e renda. Incentivadas a migrar para cidade em busca de instrução escolar e acadêmica, as mulheres dificilmente retornam, pois não há, de acordo com Butto (2006, p.101) “contrapartida ou perspectivas que lhes indiquem que sua permanência no campo possa ser valorizada e uma maior autonomia conquistada”.

É importante ressaltar que com a intensificação do uso de maquinário agrícola e “ao diminuir a necessidade de mão-de-obra, colaborou ainda mais com a separação da mulher do trabalho produtivo” (BRUMER, 2004). Contribuindo de forma significativa para que as mulheres migrassem para os centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida. Essa seletividade pode ser explicada conforme a autora supracitada

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004, p. 210).

Do mesmo modo, esse fato se deve as distintas contradições vivenciadas na atual sociedade moderna, onde temos na aliança entre capitalismo e patriarcado os responsáveis pela construção social das relações, influenciando diretamente na condição atrelada as mulheres. Pois, recaem sobre elas as “exigências de uma sociedade que articula esses valores machistas e androcêntricos de dominação a configuração da exploração capitalista, determinada pelo antagonismo capital-trabalho, configurando uma situação de “dominação – exploração” (SAFIOTTI, 2004).

De acordo com Oliveira (2016, p.8)

Mesmo inseridas na totalidade das relações sociais submetidas ao conjunto das determinações capitalistas gerais, havemos de destacar a questão das mulheres como uma particularidade histórica e humana, que, se por um lado, pressupõe essa ligação com a sociabilidade de modo mais amplo, exige, por outro, apontar os desafios do ser mulher no contexto da ofensiva capitalista, em questões referentes a inserção das mulheres no trabalho, divisões de tarefas, apropriação e mercantilização do corpo, participação política em espaços como sindicatos, movimentos e partidos (OLIVEIRA, 2016, p.8).

São as mulheres as maiores afetadas quanto a precarização do trabalho e do retrocesso de direitos, sendo que muitas delas não têm sequer acesso a previdência, por viverem na informalidade, nos empregos sem proteção legal, sem assistência social, e sem documentação. As conquistas no campo das leis trabalhistas, não garantiram às mulheres, o acesso a políticas públicas ligadas a saúde, educação e outras demandas reprimidas relacionadas a proteção das mães trabalhadoras, como direito a creche e outras assistências necessárias a vivência da maternidade (SIQUEIRA, 2016). Visto que, para as trabalhadoras rurais esse problema se agrava, pois, para conseguirem permanecer no mercado de trabalho, acabam transferindo o cuidado dos filhos(as) a outras mulheres, ou até mesmo, levando as crianças junto para a lavoura.

Outra característica da modernização do meio agrário envolve o tamanho da família, com redução da quantidade de filhos(as), pois, a criança deixa de ser um investimento para se transformar em aumento de despesa (ROSSINI, 1993). Com a utilização de maquinários não houve mais a necessidade de um grande número de pessoas para realizar as atividades agrícolas, tendo em vista que ocorre a substituição da mão de obra familiar por equipamentos cada vez mais sofisticados. Conforme Brumer (2004, p.213) “parte do trabalho que antigamente era feito à mão hoje pode ser feito com auxílio de máquinas, o que, em algumas situações, levou à diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura”.

No caso da cultura do tabaco, trazendo novamente para a realidade do município de Paraíso do Sul, tem-se na agricultura familiar a base de sua produção. Sendo que nessa realidade costuma existir uma alta necessidade de mão de obra, mesmo com a utilização de maquinário como o trator e a teceadeira. Desta forma, conforme Paulilo (2016) o trabalho das mulheres nas atividades produtivas costuma ser indispensável, sem que, entretanto, isso signifique igualdade nas relações de gênero.

Por necessitar de uma quantidade numerosa de pessoas para realizar o trabalho, a cultura do fumo tem a participação de mulheres e crianças em todas as etapas. Além de semear, regar, cultivar, capinar e colher, deve-se tecer o fumo nas varas, carregar a estufa, vigiá-la a noite, descarregá-la, desamar as folhas das varas, classificá-las, amarrar pequenos molhos enfardá-los e etiquetá-los para futura venda as empresas (PAULILO, 2016). Essas etapas podem ser observadas na figura abaixo.

Figura 10: Etapas da produção do tabaco



Fonte: Trabalho de campo (2020); Acervo das agricultoras.

Figura 10: Etapas da produção do tabaco, onde são realizados diversos procedimentos ao longo da safra. Alguns deles retratados nas imagens acima: (A) canteiros com as mudas para o plantio; (B) e (C) lavoura com as plantas em desenvolvimento; (D) colheita, onde são retiradas somente as folhas (variedade *Virgínia*); (E) processo de tecer as folhas nas varas, as quais serão secas em fornos de estufa; (F) e (G) folhas armazenadas em galpões, onde passam pela triagem, para posterior venda as empresas fumageiras.

Presentes em todas fases da produção do tabaco (como pode ser observado na figura 11), as mulheres nem sempre recebem o devido e merecido reconhecimento da importância de seu trabalho para o desenvolvimento dessa atividade. Pois mesmo que executem as mesmas tarefas que seus companheiros e filhos recaem sobre elas a percepção de que seu trabalho é apenas uma “ajuda” ao trabalho desempenhado pelos membros do sexo masculino.

Nesta produção são diversos os serviços a serem realizados. Desde afazeres mais minuciosos até àqueles que requerem maior força, sendo está “qualidade” uma prerrogativa para a valoração do trabalho dos homens sobre o das mulheres, visto que esta característica é apontada como estritamente masculina. Atividades como “arar, cuidar da estufa a noite e passar veneno nas plantas, são em geral, atividades consideradas masculinas” Paulilo (2016, p.114), mas não exclusividade deles.

Figura 11: Trabalho realizado pelas agricultoras na fumicultura



Fonte: Trabalho de campo (2020); Acervo das agricultoras.

Figura 11: Etapas do cultivo do tabaco, onde são realizados diversos procedimentos, tendo a ativa participação da mão de obra das agricultoras. Alguns deles estão destacados acima, sendo eles: (A) Processo de semear nos meses de abril e maio; (B) Plantio durante os meses de junho a agosto; (C) Colheita, que ocorre de outubro a fevereiro e (D) Classificação da qualidade das folhas secas para posterior venda as empresas fumageiras.

Além disso, durante o período de classificação das folhas, costuma ser grande a participação de crianças e idosos neste processo. Os homens, quando se trata de fazer esses trabalhos mais “maçantes”, têm sempre que “ir à cidade resolver negócio”, atender um compromisso mais urgente ou mais interessante ou estão simplesmente cansados do serviço “pesado” (PAULILO, 2016). Ainda conforme a autora mesmo que este trabalho não seja agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou esforço, podendo ser estafante, moroso ou mesmo nocivo à saúde, tende a ser visto como “trabalho leve” por ser realizado por mulheres, crianças e idosos.

Outro fator muito importante no cultivo do tabaco, envolvendo principalmente as características da agricultura familiar, é o caráter empresarial que esta atividade

vem fomentando nas últimas décadas com a implementação da modernização do setor agrário. As famílias tendem a se adaptar as regras do sistema, sujeitando-se as mais variadas formas de controle e imposições das empresas fumageiras. Até mesmo a diversificação, atributo das pequenas unidades de produção familiar, perde espaço para a produção desta monocultura. Conforme Santos

A cadeia produtiva do fumo está consolidada, com pequenos agricultores altamente vinculados ao setor industrial (com características de trabalhadores por conta própria) e acomodados com as facilidades oferecidas pelas empresas fumageiras. Estas facilidades e a garantia de mercado para a produção de fumo alteraram muitas características coloniais das propriedades da agricultura familiar, que foram passando para um plano de menor importância ou se perdendo. Entre elas a diversificação de culturas e criações, que era uma “marca” da região colonial e uma característica de sustentabilidade deste setor (SANTOS, 2002, p.13).

Para Paulilo (1987) existe a chamada produção integrada, onde as empresas fumageiras fornecem os insumos e assistência técnica aos(as) fumicultores(as), que em troca, lhe vendem toda produção. Além disso, pode ser compreendido como uma relação de dependência e subordinação por parte dos(as) produtores(as) rurais, tendo em vista que devem se moldar as normas estabelecidas pelas firmas. Nas falas das agricultoras é possível verificar como elas se sentem em relação ao tratamento dado pelas empresas fumageiras

O problema é a compra de fumo onde não querem pagar muito. Sem falar dos insumos que cobram muito caro, eles exploram bastante o/a agricultor/agricultora. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Falta muito as firmas valorizarem o/a agricultor/agricultora. Agora eu não planto mais, mas na minha época já era assim e agora a gente sempre ouve falar que “judiam” dos fumicultores. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

A gente só usava 30% de veneno e a gente já era tratado de uma forma diferente dos outros produtores, também por fazer parte do movimento dos pequenos agricultores, a gente percebia a diferença de tratamento. E o discurso é diferente de produtor para produtor para a gente se tornar dependente. (ENTREVISTADA 07 – GRUPO FLOR E SER)

Tem anos que compram bem e outros não. Teve um ano que a gente não recebeu e ainda não recebemos o valor daquele ano, eles têm uma relação de domínio com a gente. (ENTREVISTADA 12 – GRUPO LUTAR E VENCER)

Em torno dessa problemática há também a questão das condições de trabalho que envolvem a produção desta cultivar. As atividades se desenvolvem ao longo do ano e requerem uma demanda de tempo e energia muito grandes, se intensificando

no período de colheita, geralmente nos meses em que predomina a estação do verão. Ocasionalmente mal-estar por conta do calor e do veneno utilizado na plantação, bem como, desgaste físico pelas horas destinadas a esse trabalho, ultrapassando, na maioria das vezes, doze horas por dia. De acordo com Paulilo (2016, p.111)

Além de demandar enorme quantidade de trabalho, a colheita depaupera a mão de obra que dela se ocupa: as folhas soltam um líquido escuro, pegajoso, que gruda nas mãos e na roupa. O cheiro da planta e dos venenos extremamente tóxicos nela aplicados provocam náuseas e desmaios frequentes (PAULILO, 2016, p.111).

No relato das agricultoras fica evidente a interferência prejudicial da fumicultura para saúde de quem trabalha diretamente com esta cultura.

Passo muito mal por conta do fumo molhado, período de colheita passo sempre a base de remédio para conseguir trabalhar. (ENTREVISTADA 05 – GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Passava mal com o cheiro do veneno, o contato direto com o veneno mesmo, o fumo molhado quando a gente ia colher. (ENTREVISTADA 07 – GRUPO FLOR E SER)

Tem sim, a gente as vezes passa mal por conta do veneno, do calor... aí a gente sempre colhia e depois passava veneno. (ENTREVISTADA 10 – GRUPO EM BUSCA DE UM NOVO VIVER)

Mais é o calor na época de colheita. Agora usamos capas de proteção para colher aí ajuda a gente não passar mal. (ENTREVISTADA 13 – GRUPO UNIÃO E PROGRESSO)

Destaca-se também, a interferência sobre a qualidade de vida e tempo para o lazer das agricultoras, principalmente durante o período da colheita. Podendo ser observado realidades diferenciadas, pois, para algumas não existe esse momento de lazer, sendo que muitas vezes acabam sobrecarregando suas tarefas. Já para outras, existe a possibilidade de usufruir dos finais de semana, mas devidamente organizado e programado.

Sempre tirava um tempo para tirar lazer, a gente se programava para conseguir participar das reuniões, fazia o possível. (ENTREVISTADA 03 – GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Na colheita é mais difícil porque sempre tem alguma coisa para fazer, mas em outros períodos a gente tira um tempo para lazer. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Sábado e domingo era sagrado. A gente tirava tempo para descansar, para sair, o momento de lazer sempre tinha. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Bem complicado em falar em qualidade de vida, a gente não tem qualidade, a gente é empregada da empresa, e durante a colheita a gente não tem lazer, porque temos que cuidar da colheita. (ENTREVISTADA 07 – GRUPO FLOR E SER)

Quase nunca, muitos poucos momentos... até mesmo na época de colheita o grupo se reunia muito menos por conta da colheita. (ENTREVISTADA 10 – GRUPO EM BUSCA DE UM NOVO VIVER)

Essas transformações que ocorreram no meio agrário, ao mesmo tempo que modificaram completamente a organização da forma de produzir, alteraram também, a relação estabelecida com a terra. Ela deixa de ser um elo importante estabelecido através de fatores sociais e culturais e passa a ter um caráter extremamente mercantilista. Torna-se palco de diversas disputas e conflitos territoriais, expulsa milhares de trabalhadores e trabalhadoras e se acentua a exploração e degradação sobre o meio natural.

Por outro lado, analisando de uma forma mais positiva essas transformações que ocorreram no meio agrário, possibilitou as mulheres rurais reivindicar por espaços e direitos que até pouco tempo atrás eram inexistentes para elas. Pois até mesmo a posição masculina como “chefe da família” e/ou “provedor do lar” foi ressignificada, permitindo a elas repensar sua condição de ser mulher. Para Nandi (2015, p.47) “as mulheres possuem importante contribuição para minimização das situações de pobreza e ampliação dos espaços de igualdade nas relações sociais e de trabalho que buscam promover a redução de sua invisibilidade”. Ainda conforme a autora “[...] As agricultoras criam condições de autonomia e de resgate a antigos conhecimentos e costumes, garantindo a produção em pequena escala e para consumo familiar”.

A modernização também alterou a organização interna dos pequenos estabelecimentos, onde, diretamente relacionada à posição social da mulher, ocorreu a perda da autoridade masculina, o que teve uma enorme influência no espaço da mulher. O espaço da mulher também mudou com a redução do índice de fertilidade. Essa nova situação foi uma pré-condição essencial para o surgimento e a expansão do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. A forma rígida como as mulheres tinham desempenhado suas funções se flexibilizou, e a ideia de que os padrões tradicionais de gênero talvez fossem mutáveis e variáveis germinou (SCHAAF, 2003, p.415).

A inserção das mulheres em programas de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento da agricultura familiar também é um avanço a ser considerado positivo no decorrer dos últimos anos. Mesmo que ainda se utilize da figura do “chefe da família” para implementação e distribuição dos recursos destinados a financiar os investimentos na produção agrícola e a maior parte dessas políticas ser designado ao

agronegócio, não podemos desmerecer as conquistas alcançadas pela agricultura familiar e pelas mulheres rurais. Sobre a participação nesses programas, pode-se destacar que as agricultoras estão presentes em algumas políticas públicas para melhoria da unidade de produção, aquisição de maquinários agrícolas, assistência técnica e produção de alimentos para as instituições escolares.

Sim, o PRONAF, compra de implementos, o programa estadual de fruticultura. São incentivos para produção. Também das chamadas públicas para gestão da propriedade. (ENTREVISTADA 03 – GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Programas para assistência de máquinas agrícolas, para compra. (ENTREVISTADA 05 – GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Sim, do PRONAF, de projetos do MPA, o que ajudava a gente investir na nossa propriedade. (ENTREVISTADA 06 – GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Sim, o PRONAF, programa minha casa e minha vida e trabalhei como extensionista, na assistência técnica. Até 2014 a gente comercializava no PAA e agora no PENAE. (ENTREVISTADA 07 – GRUPO FLOR E SER)

Sim, financiamentos para o maquinário para usar na lavoura, programa de gestão estadual para melhoramento da propriedade, chamada pública onde realizavam os dias de campo nas propriedades, com assistência técnica. (ENTREVISTADA 08 – GRUPO CULTURA E LAZER)

Participamos sim, mas tivemos muito problemas, acabamos nos endividando, porque a agricultura não é fácil, as vezes é sorte porque dependemos do tempo. (ENTREVISTADA 11 – GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

Dessa forma, pode-se compreender que as distintas faces da modernização da agricultura agem de formas diferenciadas. Enquanto existe um lado perverso, subordinado as demandas do capital estrangeiro, limitado a uma minoria o acesso as riquezas produzidas, deslegitimando os saberes e culturas tradicionais, sendo um espaço segregado, masculinizado e patriarcal. Por outro lado, há outras possibilidades de se pensar no desenvolvimento da agricultura, em uma forma coletiva que visibilize a diversificação, sem uso de agrotóxicos, respeitando o ambiente e valorizando o trabalho desenvolvido pelas mulheres, as quais são necessárias em todos os âmbitos sociais e econômicos, não somente na esfera doméstica, mas em todos os espaços da sociedade.

4. AGRICULTURA FAMILIAR: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Neste capítulo pretende-se apreender como as agricultoras familiares desenvolvem os trabalhos percebidos como “produtivos” e “reprodutivos” desenvolvidos na unidade de produção familiar. Tendo como instrumento de análise a divisão sexual do trabalho. A qual compete funções distintas a homens e mulheres, atrelado ao sexo biológico, que acaba por condicionar os trabalhos realizados como “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”.

4.1 O trabalho como elemento de formação social e econômica: a mulher no mercado de trabalho

Nas diferentes formas que assumiu ao longo da história, o trabalho foi responsável por transformar as relações sociais e, conseqüentemente, os seres humanos. A partir dele nossos corpos se moldam para servirem de instrumentos cada vez mais precisos (ENGELS, 1876 apud SANTOS; SANTOS, 2015), tornando-se máquinas a serviço do capital, o que contribuiu para distintas formas de divisão do trabalho construídas ao longo dos séculos.

Conforme Saquet (2015) o trabalho está inserido na interface entre a sociedade e a natureza, apresenta um conteúdo social e significa, portanto, relações de poder e ideologia. O trabalho está na base da construção, desconstrução e reconstrução do habitat e do território através da produção de objetos concretos e de representações simbólicas. Estes por sua vez se materializam e se caracterizam por aspectos econômicos, políticos e culturais.

Logo, o trabalho se torna uma ferramenta para o entendimento das relações existentes nas mais diversas sociedades e culturas. Tornando-se uma atividade voltada para a produção de bens, materiais e imateriais, sendo fundamental para a sobrevivência e reprodução dos seres vivos, bem como, para manutenção das mais diversas formas de organização social e espacial. Que por sua vez, acaba por hierarquizar e segregar cargos e pessoas. Configurando-se como privilégio para uns/umas e necessidade para outros/outras, pois para a sobrevivência trabalhadores e trabalhadoras, muitas vezes, se submetem as mais variadas condições de insalubridade e precariedade ao realizar seu ofício.

No capitalismo, desde sua origem, concordando-se com a concepção teórica marxista, o trabalho é essencialmente dividido por classes sociais. Visto que, a base de entendimento dessa teoria se dá a partir da separação entre força de trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Conforme Cardoso (2012, p.29) “a burguesia compra a força de trabalho do proletariado, o que promove uma relação hierárquica de dominação social”. Onde quem detém os meios de produção e comunicação comandam as relações estabelecidas em sociedade.

Desta forma, trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as vendem sua mão de obra por preços estipulados pelo mercado, sendo que quem detém o controle são as grandes empresas, instituições e órgãos financeiros, além do Estado, os quais lucram valores exorbitantes, tirando vantagem da exploração que condicionam a classe trabalhadora.

Além disso, neste sistema econômico, o discurso ideológico hegemônico estabelece diferentes funções para homens e mulheres, institui trabalhos designados como tarefas femininas as que se caracterizam como leves e referentes ao cuidado e as emoções, enquanto que as tarefas masculinas são caracterizadas como trabalho pesado e correlacionado com a razão. A esta separação se nomeia divisão sexual do trabalho, produzindo diferentes espaços para homens e mulheres, sendo destinados aos homens os espaços públicos e produtivos e às mulheres destinados os espaços privados e reprodutivos. Assim, de acordo com Melo; Thomé (2018, p.112)

Cabem aos homens as tarefas na esfera da produção dos bens materiais e, as mulheres, as relacionadas a reprodução da espécie humana. Esta separação implica que existam trabalhos de homem e outros de mulher e que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres. Isso separa e hierarquiza os seres humanos em todas as sociedades conhecidas (MELO; THOMÉ, 2018, p.112).

Ainda conforme as autoras “O conceito de trabalho é uma variável significativa para entender o papel das mulheres nas nossas sociedades”. Sendo que tanto “[...] no Brasil, como no restante do mundo, mulheres e crianças sempre estiverem presentes na formação do mercado de trabalho” (MELO; THOMÉ 2018, p.108-109). No entanto, o privilégio da luta pelo direito ao trabalho era destinado as mulheres das classes nobres da sociedade. Mulheres pobres, periféricas e negras, sequer poderiam pensar nesta possibilidade, pois já desde a infância eram inseridas ao trabalho.

Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (2014, p. 592) “a maior parte das mulheres sempre trabalhou. Suas trajetórias no mundo do trabalho não se iniciaram

no pós-abolição, no pós-guerra ou nos anos 1970”. Elas sempre participaram das mais distintas atividades, desde o processo agrícola, passando pelo comércio nos centros urbanos, chegando até as indústrias e as grandes revoluções que modificaram toda estrutura trabalhista a partir do século XVIII. Entretanto, o caráter capitalista resultou na precariedade do trabalho desenvolvido pelas mulheres e uma remuneração bem inferior ao dos homens, tornando-se uma das barreiras tanto para a permanência como também para a inserção de outras mulheres ao mercado de trabalho.

Até mesmo dentro da classe operária, os homens tentaram dificultar o acesso das mulheres ao trabalho, pois, eram encaradas como concorrentes habituadas a trabalhar por salários mais baixos, condicionadas às regras do sistema e a imposição masculina. Dominadas por seus pais e companheiros, exploradas pelo sistema e inferiorizadas dentro das lutas sindicais e de classes as mulheres sempre travaram lutas mais intensas, pois ao mesmo tempo em que se estabeleciam fora do ambiente reprodutivo deveriam se reafirmar constantemente no produtivo.

Dada a condição de trabalho secundário as atividades desenvolvidas pelas mulheres, com uma remuneração que não permitiria uma renda suficiente para sustentar a família, elas tenderiam a abandonar a atividade econômica (regressando à situação de inatividade) no momento em que isso fosse possível, já que o seu lugar básico e essencial não é o mundo do trabalho, mas sim a família, a casa, o universo doméstico (OIT BRASIL, 2010, p. 23), pertencendo ao homem o papel de provedor. De acordo com DIESSE (2013, p.1)

De maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, representam mais da metade da população desempregada e, quando ocupadas, percebem rendimentos menores do que o dos homens. A discriminação de gênero é um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho. A necessidade de transformar as condições nas quais elas se inserem e estão inseridas, constitui-se em um desafio relevante para a construção de novas relações sociais. Historicamente, a abordagem por sexo revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação quanto para mantê-la e, principalmente, por auferir rendimentos menores que os homens (DIEESE, 2013, p.1).

Na tabela abaixo é possível verificar a inserção ao mercado de trabalho de homens e mulheres segundo os ramos de atividades no Brasil no ano de 2015. Atividades que requerem cuidados, como saúde, educação e serviços sociais são prestados majoritariamente por mulheres, muito atrelado a própria condição feminina de zelo e cuidado. Outras formas de trabalho, como serviços domésticos, é

praticamente exclusividade do sexo feminino, também devido ao direcionamento as mulheres ao ambiente privado, doméstico, tornando-se culturalmente aceito e sendo “dever” de mulher.

Tabela 7: Taxa de atividades das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade no Brasil no ano de 2015

Ramos de Atividade	Total			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	94.436.340	40.423.021	54.013.319	100,00	100,00	100,00
Agrícola	13.019.812	3.841.789	9.178.023	13,8	9,5	17,0
Outas atividades industriais	712.034	98.225	613.809	0,8	0,2	1,1
Indústria de transformação	11.174.551	4.241.019	6.933.532	11,8	10,5	12,8
Construção	8.510.822	301.737	8.209.085	9,0	0,7	15,2
Comércio e reparação	17.163.967	7.063.967	10.100.000	18,2	17,5	18,7
Alojamento e alimentação	4.626.045	2.572.558	2.053.487	4,9	6,4	3,8
Transporte, armazenagem e comunicação	5.292.462	666.198	4.626.264	5,6	1,6	8,6
Administração pública	5.006.861	1.985.670	3.021.191	5,3	4,9	5,6
Educação, saúde e serviços sociais	10.320.464	7.868.407	2.452.057	10,9	19,5	4,5
Serviços domésticos	6.249.762	5.732.315	517.447	6,6	14,2	1,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.041.957	2.561.186	1.480.771	4,3	6,3	2,7
Outras atividades	8.249.760	3.433.149	4.816.611	8,7	8,5	8,9
Atividades mal definidas	67.843	56.801	11.042	0,1	0,1	0,0

In: MELO; THOMÉ (2018, p. 114)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

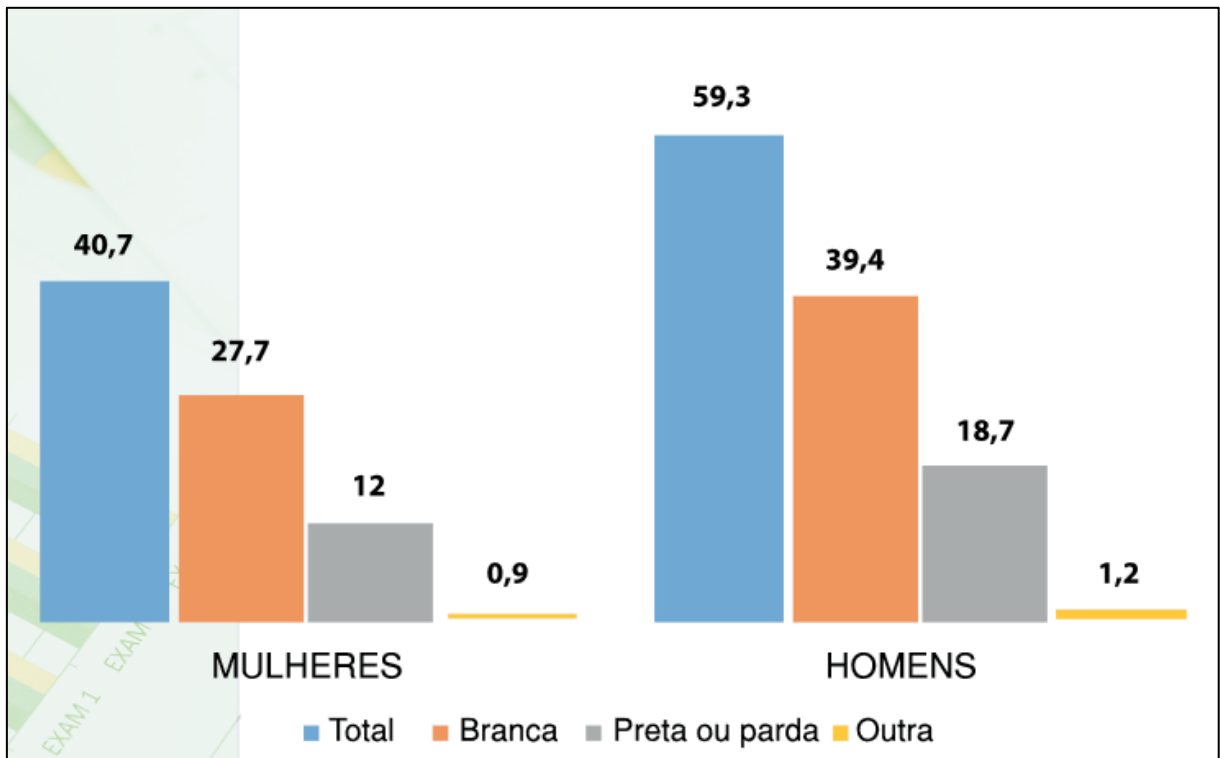
O emprego doméstico ainda é o nicho feminino de proeminência, sendo este, a primeira ocupação remunerada feminina no Brasil. Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2011, apontou diversas formas de declaração da ocupação de trabalhador/trabalhadora doméstico/doméstica, destacando-se com maior frequência: empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso, acompanhante de doente e acompanhante de criança à escola (IBGE, 2011). O que

evidencia a inserção das mulheres, “na maior parte dos casos, em empregos de menor qualificação e pior remuneração” (MELO; THOMÉ, 2018, p.109).

Já atividades que requerem força, como o setor industrial, agrícola e construção civil tem grande participação masculina. Sendo atrelados a eles o estigma da força, visto como uma característica associada diretamente a fisiologia do corpo masculino. Também é possível verificar que os espaços públicos e os cargos que requerem maior posicionamento quanto as tomadas de decisões ainda têm a presença massiva dos homens. A administração pública é um bom exemplo, sendo ainda eles a ocuparem lugares de destaque na política, no sentido de “público para homens, privado para as mulheres” ou “decisões difíceis para eles, menos preocupações para elas”.

Abaixo no gráfico é possível observar a distribuição de cargos de direção entre homens e mulheres, atrelados também a cor da pele. Evidenciando as disparidades existentes entre os sexos quanto aos cargos e posicionamentos de chefia, ainda mais, quando comparados mulheres negras e homens brancos. O gráfico revela que dos cargos de chefia e direção nas empresas, apenas 40,7% foram ocupados por mulheres em 2017 e somente 12% por mulheres pretas ou pardas.

Gráfico 2: Distribuição percentual nos cargos de direção, das pessoas com idade de 25 anos ou mais, por gênero e cor no Brasil no ano de 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017. Gráfico elaborado pelo Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

Esse fato ocorre devido a distinção cultural e histórica entre os gêneros, onde o trabalho realizado pelos homens tem valoração superior, sendo que, de acordo com Guimarães (2012, p.61)

Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho, entre outros fatores devido a barreiras culturais que ainda persistem, e a uma divisão sexual do trabalho que lhes atribui as funções de cuidado e reprodução social na esfera doméstica, que não são consideradas trabalho, subtraindo assim tempo para a inserção no mercado de trabalho (GUIMARÃES,2012, p.61).

De acordo com MELO; THOMÉ (2018, p.108) “essas tarefas foram e são o campo natural de atividades femininas na sociedade. Sua sexualidade é subjugada, e as mulheres tornam-se, nesse cenário, simples agentes reprodutoras”. Desta forma, a identidade feminina é imposta em torno das tarefas domésticas. Todavia, para que haja uma sociedade mais igualitária é necessário valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a produção e a reprodução.

É neste sentido, que (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.10) destacam os seguintes dados obtidos a partir do levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Quando se observa o rendimento de mulheres e homens, os filtros no acesso a esferas e oportunidades são expostos de modo semelhante – e as desigualdades específicas de gênero se tornam mais aparentes. Tempo de estudo não tem correspondido a posições melhores nem equânimes para homens e mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. A taxa de ocupação entre as mulheres, que era de 45,2% em 2010, chegou a 49, 2% em 2013, mas permanece mais de quinze pontos abaixo da dos homens. O rendimento mensal médio dos trabalhadores homens é, por sua vez, quase o dobro do das mulheres – em 2012, a média do rendimento deles foi de 1.430 reais, enquanto a delas foi de 842. Há quase três vezes mais mulheres do que homens entre quem ganha até meio salário mínimo, mas há crescentemente menos mulheres nas faixas de renda a partir de dois salários mínimos, e essa proporção se inverte quando se chega ao topo da pirâmide. Nos estratos com rendimento maior do que vinte salários mínimos, há quase três vezes mais homens do que mulheres. A renda também oscila segundo o sexo e a cor dos indivíduos. Nos dois extremos estão a renda média dos homens brancos e das mulheres negras – a dos primeiros é quase três vezes maior que das últimas. Mas a renda expressa também as desigualdades entre as mulheres – a renda média das mulheres negras é 44% menor que a das mulheres brancas (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.10).

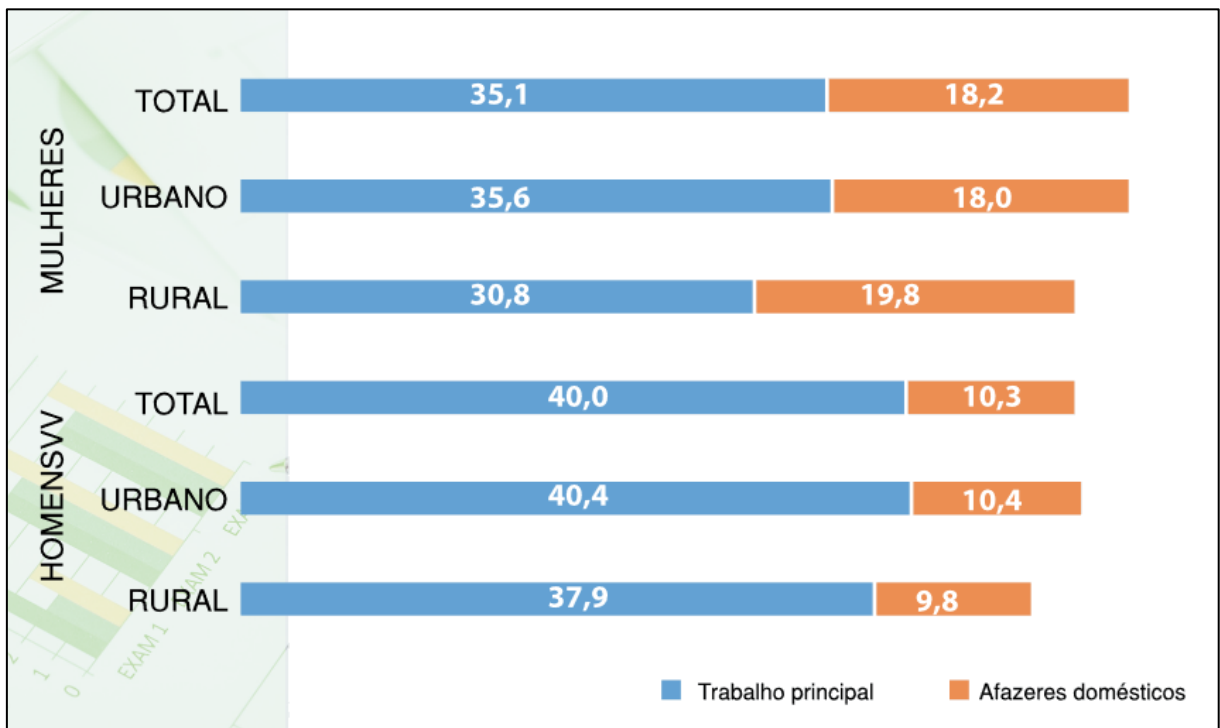
Conforme o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2020) apesar de todos os avanços já realizados, muitos são os desafios para a equidade entre homens e mulheres, uma vez que, muitos dos direitos conquistados ainda não se refletem completamente na realidade das mulheres brasileiras.

A divisão sexual do trabalho naturaliza a função de cuidados da casa, filhos e família como papel feminino, trazendo impactos à vida profissional das mulheres, as quais tendem a procurar ocupações com jornadas parciais e/ou flexíveis para conciliá-los com os afazeres domésticos, submetendo-as a uma dupla jornada de trabalho (RASEAM, 2020, p.22).

A realidade da maioria das mulheres brasileiras implica, inegavelmente, a uma dupla jornada de trabalho, muito mais pesada do que a do homem. Segundo Melo; Thomé (2018, p.111) “Mulheres com filhos acabam fazendo mais entradas e saídas em suas carreiras profissionais, o que, por exemplo, pode ser visto nas maiores taxas de desemprego do que as dos homens”.

No gráfico abaixo é possível observar as médias de horas dedicadas ao trabalho principal e aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no ano de 2017. Se comparadas a jornada total semanal das mulheres (53,3 horas) em relação aos homens (50,3 horas) confirma-se um período de 3 horas a mais, em média, para as mulheres. O que evidencia a dupla jornada de trabalho destinada a elas, sendo fadadas a um maior tempo nos afazeres domésticos. Assim, tanto as mulheres rurais quanto as urbanas apresentam uma jornada semanal mais longa que a dos homens.

Gráfico 3: Média de horas semanais dedicadas ao trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio - Brasil, 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2017).

Também é possível observar que na área rural as mulheres tendem a ter um maior tempo destinado aos afazeres domésticos do que os homens rurais e urbanos e as mulheres urbanas. São 19,8 horas semanais dedicadas ao cuidado da família. Isso se deve ao fato de que o espaço rural é fortemente masculinizado, tendo no trabalho “pesado” a força dos homens e as tarefas consideradas “leves” realizadas pelas mulheres. Além do mais, existe uma visão erroneamente construída de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres na lida da roça é meramente uma “ajuda”, não percebido como valor mercantil.

Apesar dos avanços, a estrutura do mercado de trabalho ainda é extremamente sensível ao papel tradicional feminino, e as trabalhadoras ainda estão concentradas naquelas atividades relacionadas a essas tarefas: cuidadora de crianças, velhos e doentes. A concentração da mão de obra feminina está nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, alojamento e alimentação, atividades que dizem respeito a reprodução da vida. Enquanto isso os homens estão alocados nos setores agropecuário, industrial e na construção civil, diretamente relacionados a produção de bens materiais (MELO; THOMÉ, 2018).

Compreender como esta estrutura ainda é fortemente enraizada nos costumes de diversas sociedades, permite nos desprender dessa visão de mundo tão obsoleta. Pois quando identificamos essas imposições, atreladas as relações hierárquicas de poder que se criou em torno de homens e mulheres, tem-se a oportunidade de desmistificar essa ideia de que o trabalho realizado por eles é mais respeitável.

Para Nobre (2002, p.12) “o universo de análise da economia dominante restringe-se a como se move o comércio, o governo e o mercado onde circula o dinheiro”. Não relacionado aos serviços reprodutivos, os quais possibilitam que as pessoas (principalmente homens) possam se dedicar ao trabalho remunerado fora do ambiente privado. Pois se esses afazeres domésticos estão sendo realizados é porque alguém (geralmente mulheres) está dedicando seu tempo para executá-los. É neste sentido, que “a economia feminista amplia esse universo, considerando o informal, aquilo que se dá sem ser estritamente monetário, como o universo doméstico”. Ainda de acordo com a autora

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres a economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental a nossa existência, incorporando saúde,

educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia (NOBRE, p.13, 2002).

É necessário legitimar o trabalho doméstico e o tempo despendido pelas mulheres para o cuidado do lar, pois afinal todos usufruem daquele espaço, mas ainda são elas que são inseridas desde a infância a se preparar para vida adulta e aos afazeres reprodutivos, dedicando seu tempo e energia para cumprir com todos os afazeres, até em momentos de descanso e lazer, intensificando suas horas de trabalho. Como se homens não crescessem e não necessitassem realizar estas atividades, sempre precisando dos cuidados de uma mãe e/ou esposa.

Sem contar, que ainda são descredibilizadas por seu trabalho, só pelo fato de ser mulher. Assim sendo, o debate acerca do trabalho realizado pelas mulheres deve vir no sentido de questionar essa condição estrutural e institucionalizada que fomenta a sociedade, para proporcionar as futuras gerações, de homens e mulheres, um mundo igualitário em direitos e acesso aos mais variados espaços e cargos.

4.2 “Trabalho de homem e trabalho de mulher”: reflexões e percepções acerca da divisão sexual do trabalho na unidade de produção familiar

Dissertar sobre o trabalho desempenhado pelas mulheres no meio rural vai além de uma narrativa construída a partir do olhar acadêmico, pois os territórios se concretizam pelas experiências e vivências cotidianas de centenas de milhares de indivíduos que percebem o espaço de diferentes formas. O qual configura-se a partir da organização social atrelada as relações de poder entre os sexos. Sendo que ainda, tende a hierarquizar as relações de gênero segundo a posição de classe e raça das mulheres.

É evidente que o debate em torno da precariedade atrelada ao trabalho das mulheres rurais em todos os âmbitos da sociedade é importante, mas é de extrema urgência que esse debate ultrapasse os muros das instituições e universidades, permitindo que essas mulheres não sejam somente sujeitos da pesquisa, mas que elas participem e construam o debate de forma ampla e coletiva.

Dessa forma, a partir das trocas entre teoria acadêmica e realidade concreta, haverá um alcance muito maior sobre a divisão sexual que ocorre no rural brasileiro. Onde muitas vezes, por não terem acesso à educação universitária, desconhecem termos da teoria feminista, mas entendem as distintas funções designadas a homens

e mulheres, não concordando com esta forma de organização da agricultura e da sociedade. Pois muitos foram os esforços travados por essas mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e garantir o acesso e a permanência de direitos já concedidos aos homens. De acordo com Paulilo (2016, p. 249)

A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância dessa categoria. É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agrícolas que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutaram para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais”, e não “do lar” (PAULILO, 2016, p.249).

Elas compreendem que seu trabalho nem sempre é valorizado da forma como deveria, que ainda são elas as reprodutoras dos trabalhos domésticos e cuidados com a família. Percebem a distinção dada as atividades fora e dentro do lar, onde o trabalho realizado na roça é facilmente visível e os trabalhos de cozinhar, lavar, limpar e cuidar dificilmente tem essa mesma visibilidade. Abaixo tem-se alguns dos relatos das agricultoras sobre essa questão

Nem todos valorizam, deveriam valorizar mais, por isso a gente segue na luta. Lembro da vez quando fomos pra Brasília em 1996, lutar pelo direito da mulher rural de se aposentar. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Tem famílias e famílias, na minha sim, mas é exceção... para a maioria das famílias não acontece isso. (ENTREVISTADA 07 - GRUPO FLOR E SER)

Dificilmente é valorizado, as vezes acham que a gente tem sorte, mas a gente trabalho junto e trabalha muito. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

Acho muito pouco. “Mas o que tu fez hoje?” Se a gente vai na lavoura consegue ver mais o que foi feito, mas em casa a gente corre muito e não tem essa valorização. (ENTREVISTADA 11- GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

É, as vezes reconhecem, mas não acontece sempre isso. (ENTREVISTADA 13 -UNIÃO E PROGRESSO)

Inscrita na linguagem e simbolicamente difundida entre os membros da família, designa tarefas distintas aos homens e as mulheres, sendo atrelada a elas os afazeres reprodutivos do ambiente doméstico e a eles a produção econômica do trabalho.

Estabelecido antes mesmo do nascimento, esta divisão fortalece a invisibilidade do trabalho da mulher e põem em um patamar mais elevado de valorização o trabalho realizado pelo homem.

Obviamente que muito já foi conquistado, mas ainda é possível perceber resistência por parte dos homens quanto ao trabalho reprodutivo, sendo esse designado para suas mães, companheiras, filhas e noras. São elas que dedicam horas de seu dia para realizar atividades relacionadas a reprodução familiar, o qual poderia ser utilizado também para geração de renda e “elevar os rendimentos familiares ou simplesmente ampliar sua autonomia econômica” (MELO; THOMÉ, 2018, p.110), se seus companheiros e filhos entendessem que estas atividades não são somente responsabilidade delas. O que por muitas vezes acaba desvalorizando todo o trabalho, tempo e energia dedicados a essas tarefas.

O trabalho doméstico, desde o princípio, atrelado as mulheres e naturalizado como “serviço de mulher”, teve seu reconhecimento como atividade de trabalho somente no último século. A partir desde momento, caminhos foram abertos para se pensar, conforme Hirata; Kergoat (2007) na divisão sexual do trabalho. Sendo que até os dias atuais esses afazeres são atrelados ao sexo feminino e majoritariamente realizados por elas, em razão de ser condicionado ao capitalismo como sem valor lucrativo, sendo um trabalho feito por amor e cuidado, sem levar em consideração a quantidade de horas despendidas para executá-las. O que acaba por contribuir, de forma mais intensa, para opressão vivenciada dentro do ambiente familiar.

Para Bottomore (2001, p.384) “de forma mais significativa da divisão sexual do trabalho é a que se faz entre o trabalho doméstico e trabalho assalariado pelo capital”. Pois conforme SANTOS; SANTOS (2015, p.201) “o capitalismo utiliza a força de trabalho feminina de modo a explorá-la mais nos espaços produtivos. Nos espaços reprodutivos, quando o trabalho exercido se constitui tarefa doméstica, ele é desvalorizado”.

Nas falas das agricultoras é possível perceber que a participação dos companheiros e filhos no trabalho doméstico não ocorre de forma unanime, em algumas realidades há presença dos homens, enquanto na maioria delas isso não acontece. E quando ocorre, é porque foi solicitada a “ajuda” nessas atividades.

Ajudam em algumas tarefas (ENTREVISTADA 04 - GRUPO FREÜNDSCHAFT).

Quando minha filha está em casa sempre ajuda. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Sim, um ajuda o outro em tudo. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

Sim, mas preciso pedir para eles. (ENTREVISTADA 09 - EM BUSCA DE UM NOVO IDEAL)

É só eu que faço, meu marido vai para a lavoura e eu faço o trabalho doméstico. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

Só a filha, quando está em casa (ENTREVISTADA 12 - LUTAR E VENCER).

Os homens não ajudam, somente eu e minha nora. (ENTREVISTADA 13 - GRUPO UNIÃO E PROGRESSO)

De modo geral, percebe-se, que as mulheres acabam por cumprir funções que tendem a explorá-las mais do que aos homens, pois nesta divisão do trabalho a figura masculina não se vincula com o trabalho realizado nas dependências da casa, não existe a menção ao “dono de casa”. Não há a cooperação e a contribuição masculina, de forma “natural”, quando se trata dos afazeres domésticos e educação dos filhos, estas atividades se estabelecem como obrigações femininas.

Este trabalho tão essencial para o desenvolvimento das sociedades é um debate atual e necessário, tão contemporâneo as relações hierárquicas existentes em um mundo cada vez mais interligado e globalizado que ainda está amarrado a valores conservadores e opressores. O qual categoriza os trabalhos e inferioriza as mulheres a partir das relações sociais de sexo, visto que, conforme Nascimento (2016, p.18) “a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo, formam juntos, uma unidade de dominação- exploração das mulheres”.

Segundo Brumer (1996), como as mulheres ocupam uma posição de subordinação em relação aos seus maridos, seu trabalho é, na grande maioria das vezes, considerado apenas como um “auxílio”, mesmo se a mulher trabalhar tanto quanto o homem ou executar as mesmas atividades que ele. Sendo assim, Brumer afirma que as atividades agrícolas exercidas pelas mulheres são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou nenhuma remuneração pelas atividades executadas por elas. O que exprime com nitidez o destino feminino e a divisão sexual do trabalho que acompanha a vida das mulheres até hoje. De acordo com Biroli (2018, .21)

Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de

mulher. E, claro, nas consequências dessas classificações. As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas a divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão formando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros atores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detém para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem) (BIROLI, 2018, p.21).

Em relação ao conceito sobre divisão sexual do trabalho Hirata; Kergoat (2007, p. 595-609) salientam

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.595-609).

Ainda conforme as autoras

A divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço (2007, p. 595-609).

Para Engels (2010, p. 87) a divisão estabelecida entre os sexos, referente ao trabalho executado, se dá a partir da criação dos filhos, dentro da unidade familiar. Conforme o autor “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. O que acaba por remeter que aos homens são destinados tudo o que a vida pública e livre pode oferecer, enquanto para as mulheres há o limite do privado, designado a elas as tarefas do lar, carregadas pelos “valores e bons costumes”. O que acarreta na dominação/exploração do corpo, das escolhas e do trabalho feminino.

Corroborando com o pensamento de Engels, Bourdieu (2015) afirma que a dominação masculina ocorre primeiramente dentro do contexto familiar. Para ele a família tem o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, porque é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho

e da representação legítima dessa divisão. Sendo que para as mulheres destina-se o amor e cuidado à família (espaço privado) e para os homens a provisão financeira (espaço público).

A divisão entre os sexos, para Bourdieu (2015, p.17) parece estar “na ordem das coisas”, vista como algo normal, natural, a ponto de ser inevitável, pois corresponde a um sistema de estruturas duradouras que são reproduzidas tanto objetivamente como subjetivamente, já que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes e nos *habitus* dos agentes, refletindo nas atividades e nas posições sociais. De acordo com Setton (2002, p.63)

Habitus surge como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes) adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON ,2002, p.63).

Estas estruturas organizam não apenas a realidade social, mas também as percepções e as representações que os indivíduos fazem desta realidade, de si mesmos e dos outros. Para Bourdieu (2015, p. 45)

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2015, p. 45).

Kergoat (1993, apud HIRATA, 2002, p.280) enfatiza que a divisão sexual do trabalho “[...] é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder”. É válido destacar que “[...] a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino”.

De acordo com Biroli (2018, p.42)

A divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres. [...] A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2018, p.42).

Questionadas sobre a divisão sexual das tarefas as agricultoras percebem que está distinção é algo recorrente na sociedade, sendo mais evidenciado nos afazeres domésticos, mesmo que em seu ambiente isso não seja percebido da mesma forma.

Para as mulheres não tem esse problema, mas para os homens sim, porque eles acham que serviços de casa são de mulher. (ENTREVISTADA 03 - GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Aqui na minha propriedade não tem, mas a gente vê nos outros lugares que ainda existe, de achar que a gente não sabe fazer algum serviço que é coisa de homem. (ENTREVISTADA 05 - UNIÃO E ESPERANÇA)

Sim, há divisão sexual do trabalho. Na sociedade é bem dividido os trabalhos: homem trabalho produtivo e mulher reprodutivo. (ENTREVISTADA 07 - GRUPO FLOR E SER)

Hoje em dia não existe mais, tempos atrás só o homem podia fazer as coisas, hoje a mulher também pode, são direitos iguais. Mas ainda tem gente que acha que homem não pode fazer os serviços da casa, que isso é de mulher...isso ainda acontece né. (ENTREVISTADA GRUPO 08 - CULTURA E LAZER)

Historicamente e culturalmente difundida, a dominação masculina ainda prevalece. Visto como algo normal, acaba por ser reproduzido, muitas vezes, pelas próprias mulheres, a ponto de ser internalizado e aceito por toda sociedade. Reflete toda construção social atrelada ao feminino e ao masculino, a começar pela divisão construída entre os sexos, a qual a “diferença biológica surge como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente, a divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2015, p.20) privilegiando os homens aos melhores cargos e salários, em todas as esferas (políticas, econômicas e sociais) tanto no campo como na cidade, contribuindo para a legitimação da visão patriarcal da sociedade.

Assim, são eles os responsáveis pelas decisões e pelo comando dos espaços e das relações estabelecidas nos diferentes segmentos da sociedade. Contribuindo significativamente para perpetuação de costumes e valores baseados em uma

sociedade culturalmente machista, patriarcalista e fortemente conservadora. De acordo com Cardoso (2012, p.35)

A sociedade patriarcal é caracterizada por ter o sexo masculino na posição de chefe de família, dono do patrimônio e provedor, é aquele que atua no espaço público. Já o que compete às mulheres nesta sociedade, são os afazeres domésticos e o cuidado com a família; por isto, as restringe à função reprodutiva, isto é, aquela que atua no espaço privado também denominado de reprodutivo (CARDOSO, 2012, p.35).

Entretanto, conforme a autora citada, uma separação reducionista entre público e privado não poderia representar satisfatoriamente as nuances e entrelaçamentos dos processos históricos, pois segundo Saffioti, “o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (2004, p. 54). O patriarcado consiste em um sistema político e histórico que compõe um modo de pensar e agir favorecendo hierarquias arbitrárias e desiguais entre mulheres e homens (CARDOSO, 2012).

Na obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, publicada originalmente em 1949, traz em sua análise que homens e mulheres constituem duas castas, separadas economicamente. Conforme a autora, em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Além disso, possuem poder e prestígio concretos, tradicionais, que se reafirmam a partir da educação: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo ainda pertence aos homens.

Esse é o cenário de atuação das mulheres a partir de então envoltas pela dupla relação dominação/exploração. A já experimentada opressão no ambiente doméstico é externalizada para o espaço público, agora também seu espaço de trabalho. Sendo submetidas a precárias condições de trabalho, discriminação, extensas jornadas de trabalho, baixas remunerações que traduzem o formato da divisão sexual do trabalho. Para Campos (2011, p.29) “esse é um fator que adquiriu status de natural, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores”.

A agricultura familiar se caracteriza pela participação de todos os membros da família nas atividades de produção, no entanto é dada ênfase à figura masculina,

sendo este considerado o principal membro deste grupo, detendo o conhecimento e domínio de toda cadeia de produção, bem como, na maioria dos casos, a posse da unidade de exploração. Conforme explica Paulilo (2003) ao dizer que “[...] quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável” (PAULILO, 2003, p.5).

À mulher cabe o papel de coadjuvante na relação de produção e de entendimento e apropriação das técnicas de produção. Sendo que seu trabalho nem sempre tem o devido reconhecimento e valorização, tanto por parte dos membros de sua família como por si própria e pelas políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

De acordo com Melo (2003, p.29),

O modo social de produção denominado de agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de sobrevivência ou pequena agricultura, cujo trabalho está baseado na família, conta com a participação efetiva da mulher. Apesar disso, particularizando a realidade do Brasil, seu trabalho nem sempre tem reconhecimento dos seus, dela própria e dos programas criados para atender essa forma de produzir (MELO, 2003, p.29).

Necessário se faz destacar que desde os primórdios da humanidade as mulheres já desempenhavam papel importante no desenvolvimento da agricultura. É nesse período, época em que a agricultura era a principal atividade da humanidade, onde homens e mulheres trabalhavam conjuntamente em prol de suas necessidades, acreditava-se que a figura feminina tinha poder mágico, pois detinha o dom da vida. Sua fecundidade fazia a fertilidade dos campos, e desta forma associava-se diretamente natureza e mulher.

De acordo com Alambert (2004) naquele período as mulheres realizavam diversas atividades, desde o trabalho com a terra, a domesticação de animais, cuidado das crianças, das pessoas mais velhas e dos doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, enquanto o homem ia à caça de alimentos. O trabalho realizado pelas mulheres não incluía somente valor reprodutivo, estava ligado com as estruturas sociais da comunidade.

Atualmente, entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres, em Paraíso do Sul, estão todas as atividades domésticas, a criação e trato de animais, tanto para o autoconsumo como para comercialização (galinhas, patos, peixes, suínos, ovinos e bovinos), cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. Também estão presentes em todas as etapas do cultivo do tabaco e nas feiras comercializando produtos alimentícios que cultivam e preparam em suas residências. Buscam também,

uma diversificação quanto a produção, com alternativas que venham a questionar o modelo convencional, sendo uma realidade a produção orgânica e agroecológica no município (Figura 12).

Figura 12: Atividades produtivas desenvolvidas pelas agricultoras



Fonte: Emater-RS/Ascar; Grupo Agroecológico Flor e Ser; Trabalho de campo (2020).

Figura 12: Retrata algumas das atividades produtivas desenvolvidas pelas agricultoras: (A), (B), (C) e (D) produção de alimentos orgânicos e agroecológicos; (E) comercialização de produtos coloniais; (F) criação de ovinos e (G) cultivo de tabaco.

Entretendo criou-se a imagem de que essas atividades por serem consideradas mais “leves” destinam-se às agricultoras, o que conseqüentemente estabelece para divisão do trabalho a força física, tido como favorável aos homens. Pois conforme Nobre (1998) é muito mais fácil ver uma mulher “carpindo” com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola. Esse entre outros fatores, acaba por acarretar na própria desvalorização do trabalho das mulheres, que conseqüentemente acabam por acreditar que não são capazes de desempenhar certas atividades e de perceberem sua importância para o desenvolvimento da agricultura. De acordo com a autora supracitada

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o

que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros) (NOBRE, 1998, p.01-10).

Segundo Hirata (1995) as atividades de trabalho marcam estereótipos que associam o sexo e o par masculinidade/virilidade e feminilidade/fragilidade. Visto que, a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, já a feminilidade é associada ao trabalho “leve”, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia. Nesta divisão, costuma-se associar as mulheres a menor força física que os homens. Sendo esta uma das características atrelada à figura masculina, que desqualifica as mulheres para o trabalho “pesado” na agricultura. (NOBRE, 1998, p. 01-10).

Paulilo (1987) em sua obra intitulada *O Peso do Trabalho Leve*, explica como funciona a divisão sexual do trabalho realizado na agricultura em diferentes regiões brasileiras. A autora destaca a existência de categorias de trabalho dentro das famílias camponesas, mesmo que em regiões distintas e culturas diferentes, estes teriam como traço comum a categorização entre trabalho “leve” e “pesado”, sendo o primeiro atribuído a mulheres e crianças e o segundo aos homens. Conforme a autora

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam a execução por mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem recebe (PAULILO, 1987, p.64-70).

Embora essa discussão tenha sido levantada nas últimas décadas do século XX, é um debate que merece destaque nos estudos referentes a valoração dada ao trabalho de homens e mulheres na agricultura familiar. Pois ainda está presente no cotidiano das tarefas agrícolas e domésticas. No caso da cultura do tabaco essa divisão é recorrente, atrelando aos membros do grupo familiar diferentes formas de perceber o trabalho que executa. Para Paulilo (1987) neste tipo de cultivo, há na verdade, uma distinção entre trabalho “cansativo” e “pesado”. Segundo a autora “A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele “leve”. Para o fumicultor, “pesado” é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens adultos” (1987, p. 64-70).

Essa concepção de divisão do trabalho em “leve” e “pesado” foi perceptível nas falas das agricultoras. Elas compreendem que as atividades que requerem mais força física ainda são realizadas por seus companheiros e filhos, sendo que elas somente realizam esses afazeres se na propriedade não houver a presença do sexo masculino, ou este estiver enfermo.

Nos últimos anos não tem essa divisão de serviços, a mulher faz tudo, tanto na agricultura como na cidade, mas tem certos serviços que as mulheres não fazem por serem pesados, mas se tem que fazer ela faz. (ENTREVISTADA 01 -GRUPO UNIDAS VENCEREMOS)

Tem mulheres que fazem tudo, que dirigem trator, que enfrentam, fazem o trabalho pesado, outras não fazem né. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

O homem faz mais o serviço pesado e a mulher fica mais com os serviços de casa. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Ao serem questionadas sobre como percebem a divisão do trabalho entre homens e mulheres, as agricultoras relataram que conseguem notar mudanças significativas no decorrer dos anos, entretanto não de forma equânime. Visto que, em suas falas é possível verificar as tarefas, principalmente relacionadas ao lar, ainda são realizadas por elas.

Não acontecia isso em casa, tudo era compartilhado, mas a gente via que existia na criação dos filhos e nos serviços de casa. (ENTREVISTADA 04 - GRUPO FREÜNDSCHAFT).

Aqui em casa não tem, mas a gente vê que isso ainda existe. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

Ainda existe essa divisão, na lei não existe, mas na prática ainda existe. (ENTREVISTADA 09 - GRUPO EM BUSCA DE UM NOVO IDEAL)

Eu vejo que já está mais parcial, ambos se ajudam, é mais dividido as tarefas, até em cuidar dos filhos, antigamente os homens não faziam, agora existe essa parceria maior. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

Cada um deveria de se ajudar, nós temos que ir junto na lavoura e fazer todos os serviços da lida e os homens não fazem os trabalhos de casa, acho justo de ter essa troca. Deveria de ser assim. (ENTREVISTADA 13 – GRUPO UNIÃO E PROGRESSO)

De fato, embora muito tenha evoluído sobre a condição das mulheres, especificamente as do meio rural, ainda são elas que enfrentam diariamente obstáculos para se afirmar no meio produtivo. Inferiorizadas pela dominação patriarcalista da sociedade, tem sua capacidade política, econômica e social envolta

pelas relações de poder estabelecidas pela figura masculina, chefe da família e das tomadas de decisões. Para Bottomore (2001, p.384)

Este véu que encobre o trabalho feminino rural é uma consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em sociedade. Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com uma dupla jornada de trabalho (BOTTOMORE, 2001, p.384)

Uma participação importante das mulheres rurais, que vem a contribuir para visibilizar suas trajetórias de trabalho e vida, é a inserção nos movimentos de lutas no campo pelos direitos dos/das agricultores/as como: acesso e uso da terra; inserção nos programas de políticas públicas voltadas a agricultura familiar; acesso à educação das novas gerações do campo; equidade de gênero, dentre outros. Movimentos que historicamente eram destinados aos homens, as mulheres foram buscando espaço e fortemente permanecendo nele, em um mundo culturalmente dominado pelos homens, pouco a pouco vão se inserindo visando sua liberdade e emancipação.

O que proporciona às agriculturas se perceberem como agentes fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Não querendo tomar o lugar que sempre pertenceu aos homens, mas sim compartilha-lo de forma justa e igualitária, sem a perpetuação de costumes opressores e hierarquização de cargos e trabalhos, sendo que esta ideia deve ser desconstruída para que as relações sejam fomentadas em respeito e acesso aos mesmos direitos entre homens e mulheres.

5. ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS: ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO

Neste capítulo é abordado os temas referentes a caracterização da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS, priorizando, os Grupos de Trabalhadoras Rurais pertencentes a Associação. Bem como, a organização dos grupos, o trabalho realizado pelas integrantes na unidade de produção e a importância dos movimentos feministas, que emergiram no século XX, para a luta das mulheres trabalhadoras rurais.

5.1 Associação das Trabalhadoras Rurais: representatividade e valoração do trabalho das agricultoras

Desde os períodos mais remotos da civilização humana as mulheres detinham papel fundamental na organização e entendimento do espaço geográfico. A elas é vinculado o surgimento da agricultura, quando as mesmas passaram a observar a germinação de sementes e perceber a natureza a partir de seus ciclos e estações. Areladas a construção dos conhecimentos quanto ao desenvolvimento da agricultura e ao protagonismo neste processo, exerciam diversas funções, indo muito além da figura maternal e frágil imposta pela sociedade capitalista.

É neste entendimento das relações humanas com o meio a qual está inserido, que a mulher, conforme Lovatto (2018, p.123) “ocupa lugar de destaque quando sua relação íntima com a natureza faz surgir os primeiros povoados através da prática da agricultura, atividade que resultou no provimento da vida em comunidade”. Ainda de acordo com a autora, o reconhecimento da mulher como protagonista da agricultura e de sua real participação neste cenário, com origem na pré-história, vem sendo mais recentemente explorado por conta das críticas realizadas em torno do discurso androcêntrico (LOVATTO, 2018).

Discurso este, que propaga narrativas em torno do corpo das mulheres, consideradas frágeis e vinculadas diretamente a natureza, pelo seu poder primordial de gerar vidas, tem seu papel limitado aos cuidados da família e do lar. Passam a se restringir na esfera reprodutiva, destinadas a aceitar sua condição de esposa e mãe. Consideradas inferiores aos homens, se submetiam (e ainda se submetem) as mais diversas formas de dominação: sexual, social, econômica, cultural, intelectual, moral,

etc., corroborando com esta visão de fragilidade. Desse modo, dependendo dos cuidados da figura masculina e dominada pela violência estruturalmente construída na sociedade.

O que acaba por atrelar a naturalização da condição feminina a dominação masculina. Primeiramente na esfera reprodutiva, no âmbito familiar, por pais, companheiros e filhos, restringindo-as desde a infância, aos afazeres domésticos. Posteriormente na esfera produtiva, onde ainda as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens, ainda que executem as mesmas funções e tenham os mesmos cargos. Contribuindo para uma “sociedade dominadora que vê como “naturais” a existência de uma relação hierárquica entre homens e mulheres” (EISLER, 1992 apud LOVATTO, 2018, p.128).

Cabe ressaltar, que ao longo dos séculos as mulheres travaram diversas lutas em prol de igualdade de direitos, buscando na equidade entre os gêneros ter acesso as mesmas oportunidades. É na resistência e na luta contra o patriarcado que as mulheres se articularam em um movimento que tomou proporções mundiais. A partir do século XIX, surge o movimento feminista (o qual se intensifica no século seguinte), na busca da emancipação da mulher, do reconhecimento de seu papel relevante para a sociedade, na busca de igualdade de direitos entre os gêneros, o respeito ao corpo, a mente, a liberdade e principalmente o direito à vida.

A ideia de feminismo se inicia na expressão da sexualidade organizada em dois sexos- homens e mulheres- uma divisão que permeia as relações sociais. Feminismo é uma teoria sobre o poder e sua distribuição desigual nas sociedades humanas (MacKinnon,2016). Assim, o feminismo compreende movimentos políticos e sociais que pretendem construir direitos iguais para os seres humanos na sociedade. De acordo com Melo; Thomé (2018, p.19) “São teorias e filosofias que pregam a igualdade entre homens e mulheres. Ou de uma percepção coletiva das mulheres de que existe uma opressão, dominação e exploração de que foram e são objetos de sujeição por parte dos homens.

Ainda conforme as autoras

Os “feminismos” representam um conjunto de movimentos políticos, sociais, filosofias que almejam a construção de direitos iguais por meio do fortalecimento das mulheres e da libertação dessas da opressão masculina lastreadas pelas normas das relações de gênero (MELO; THOMÉ, 2018, p. 19).

No primeiro momento, a luta se concentrava no direito ao sufrágio feminino e a possibilidade ao trabalho remunerado sem autorização dos maridos (se estendia as mulheres brancas de classe média). Com o passar dos anos o movimento ganhou um número maior de adeptas, nos mais diversos continentes, com novas pautas e vertentes. Saindo do ambiente burguês, branco e urbano (classista e racista) e se aproximando das mulheres da classe trabalhadora, negras, nas periferias e no rural.

Conforme Ribeiro (2018) foi somente na terceira onda do feminismo (última década do século XX) que surgiram críticas quanto a abordagem do movimento. Nas palavras da autora (2018, p.45-46)

“As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando a especificidade de cada uma”.
[...]“A universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca e classe média – trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres” (RIBEIRO, 2018, p45-46).

No Brasil, os movimentos feministas têm se organizado e apresentado suas reivindicações ao Estado pelo menos a quatro décadas, a partir de meados dos anos 1970. Através das lutas que visam a emancipação, sendo esta a igualdade em direitos políticos, jurídicos e econômicos em relação aos homens, que se pode chegar a libertação feminina, onde a mulher passa a ser vista como um indivíduo autônomo e independente.

É pela libertação das mulheres, do reconhecimento de seu papel relevante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que o movimento feminista segue lutando. Mas essa luta deve abranger a todas e todos, visando a garantia dos direitos da maioria e não os privilégios de uma minoria branca e burguesa. Deve ser, conforme Arruzza; Bhattacharya; Fraser (2019, p. 43) “um feminismo para os 99%, que tenha uma transformação social profunda e de longo alcance”.

Para que essa transformação ocorra e chegue aos mais diversos espaços é importante compreender o debate e as pautas dos movimentos de mulheres que acontecem no meio rural brasileiro, sendo este espaço fortemente masculinizado. Um espaço marcado pelas diferenças de gênero, que advém de um processo de formação histórica, construída a partir da visão colonizadora, branca e masculina. Sua estrutura patriarcal estabelece funções distintas para homens e mulheres, sendo que, o primeiro contato com esta visão de sociedade ocorre dentro do ambiente familiar. O qual

naturaliza os comportamentos e legitima os níveis de importância atrelados ao trabalho realizado pelos membros que compõe o grupo familiar.

A partir desta breve contextualização, importante se faz abordar sobre os movimentos das trabalhadoras do campo. Ao longo dos anos as mulheres rurais intensificaram as lutas por políticas públicas voltadas para a busca da valorização do trabalho desenvolvido por elas e pelo fim das desigualdades de gênero que ainda prevalecem no meio agrário brasileiro.

Ora, se por muito tempo as mulheres trabalhadoras rurais eram invisíveis e seu trabalho não reconhecido, logo as lutas atreladas a sua condição, vieram a fortalecer o papel desempenhado na unidade de produção. Sendo que os movimentos sociais vinculados a agricultura familiar, os quais as mulheres lutavam juntamente com seus companheiros, contribuíram de forma significativa para os avanços em equidade de direitos entre os gêneros.

Todavia, conforme Heredia; Cintrão (2006) as mulheres, embora historicamente participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente. Segundo as autoras as primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela igreja, movimento sindical e partidos políticos, ganhando maior força e visibilidade nas regiões Sul e Nordeste do país.

Sobre a participação da igreja Paulilo (2016, p.252) comenta que

No meio rural essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja era um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram, sendo sempre estimuladas a fazê-los. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela igreja católica, que nunca abandonou sua postura patriarcal nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção.

Neste primeiro momento, segundo Wanderley (1994), as mulheres não reivindicavam pelo reconhecimento de seus direitos, sendo a luta travada por agricultores e agricultoras direcionadas a classe e não a condição destinada as mulheres. Aqui, neste cenário, conforme Conte e Weschenfelder (2012) estava acirrada os conflitos pela luta ao direito à terra, de forma especial pela força exercida pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), ficando em segundo plano as reivindicações específicas das mulheres rurais. Ainda de acordo com a autora

A participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva (WANDERLEY, 1994, p. 12).

É no decorrer da década de 1980, mais especificamente nos anos finais, que as mulheres trabalhadoras rurais intensificaram suas lutas pela afirmação de ser reconhecida como agricultora. Colaborando para o surgimento de organizações e sindicatos, se articulavam para reivindicar os direitos, a elas por muitos anos negados, nas esferas econômicas, políticas e sociais. Conforme Rui (2017, p.01-12)

As reivindicações eram pautadas no reconhecimento da profissão de agricultora, nos direitos igualitários à terra na reforma agrária, previdência social, reconhecimento como agricultoras e direito de se sindicalizar, bem como nas questões ligadas à saúde da mulher. Recentemente, passaram a reivindicar ações mais específicas como o acesso ao crédito, às políticas de comercialização e assistência técnica, além da contribuição na melhoria da segurança alimentar e nutricional (RUI, 2017, p.01-12).

Foi neste contexto que os movimentos sociais e populares, assim como os de mulheres rurais, emergiram com maior expressão no território brasileiro. Por influência principalmente das organizações feministas, marcadas pela manifestação intelectual e política que visava combater estruturas patriarcais de opressão da sociedade, baseadas na diferenciação de gênero (PIRES, 2016).

De acordo com Aguiar (2016, p. 268)

Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988 (AGUIAR, 2016, p.268).

Visto que, até mesmo dentro dos Sindicatos Rurais, em um período não muito distante, observava-se uma forte divisão sexual dos papéis. Aos homens destinava-se os maiores cargos, ocupando as diretorias, sendo eles os responsáveis pela gestão das ações e decisões, enquanto as mulheres exerciam as funções de auxiliares, sem o direito de se associar, o que culminava na dependência aos pais ou maridos (SILVA, 2017). Conforme Wanderley (1994, p. 13)

Apesar de não haver impeditivo legal para a filiação feminina aos sindicatos rurais, diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres. Uma consequência dessa luta foi a aprovação pelo IV Congresso da CONTAG¹⁸ de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina (WANDERLEY, 1994, p. 13).

Sabe-se que os movimentos de mulheres rurais emergiram em meio as disparidades existentes entre os membros do grupo familiar. E se foi a partir da década de 1980 que ganharam visibilidade no meio rural é nas décadas seguintes que a pauta feminista ganha destaque nas discussões. Sendo primordial para essa luta, de acordo com Paulilo (2016, p.252), “o Movimento de Mulheres Camponesas, o qual teve sua origem no ano de 2004, nos movimentos autônomos de mulheres”. Entretanto Paulilo (2016, p.256) complementa que “passar do enfoque trabalhista para o de gênero implicou algumas dificuldades”. Para a autora

O MMC traz como herança de suas origens o otimismo da década de 1980 com relação aos movimentos sociais; a ideia de que os direitos humanos são universais e se somam em direção a um país ao mesmo tempo mais democrático e mais livre. Contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõem-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher (PAULILO, 2016, p.254).

No Rio Grande do Sul, também merece destaque o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) o qual, de acordo com Schaff (2003, p.412)

É um movimento em que as mulheres tiveram uma participação massiva, procurando modificar a imagem tradicional da mulher agricultora desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz, em combinação com sua escassa participação na política partidária (Schaff, 2003, p.412).

Este movimento contribuiu de forma significativa para que as agricultoras pudessem perceber sua condição quanto trabalhadoras e passassem a reivindicar novas pautas no cenário que político que se formava. De acordo com Schaff (2003, p.412) “Através da formação do movimento MMTR-RS, a categoria das trabalhadoras

¹⁸Referência no país na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária e na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Fonte: www.contag.org.br

rurais obteve representação política e ganhou visibilidade na arena pública”. Ainda conforme a autora

A inovação principal do movimento foi o estabelecimento da igualdade social e política na vida das agricultoras para que pudessem realizar a sua emancipação através da conscientização adquirida pelo convívio com o conjunto das outras mulheres. Com a aspiração de ser uma organização igualitária, antiautoritária e democrática, que aposta nas mudanças nos valores e estilos de vida, na vida política e social, no que se refere às pequenas agricultoras, o movimento apresenta grande semelhança com os surgidos no período da abertura política, os chamados “novos movimentos sociais” (SCHAFF, 2003, p. 413).

Em meio a mobilização de diversas organizações e movimentos de mulheres rurais, tem-se em Paraíso do Sul/RS a formação da Associação das Trabalhadoras Rurais. A Associação é, portanto, uma entidade criada para representar as mulheres rurais na conquista por igualdades de direitos de oportunidades, tornando-se um instrumento de integração entre os Grupos de Trabalhadoras Rurais do município, visando a valorização e representatividade da mulher do campo.

Sua legitimidade, quanto associação, ocorre junto à Receita Federal com a criação do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para fins de registro e administração da entidade. É uma instituição educacional e filantrópica, sem fins lucrativos e tem como finalidade coordenar e apoiar estes grupos. Sua fundação ocorre no ano de 1996, em trinta de julho.

Neste período, década de 1990, quando se tem a criação da Associação das Trabalhadoras Rurais em Paraíso do Sul, tem-se o marco das lutas das mulheres que reivindicavam por maior participação e representatividade dentro dos movimentos sociais e sindicatos rurais. Conforme destaca Aguiar (2016, p.261-295)

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais. Foi um momento em que as mulheres rurais ampliaram suas estratégias e formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados movimentos mistos como nos movimentos autônomos (AGUIAR, 2016, p. 261-295).

A Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul tem por propósito coordenar as ações desenvolvidas pelos Grupos de Trabalhadoras Rurais filiados, incentivando a fundação de novos grupos, a permanência e a busca de novas integrantes, para que não se perca os saberes tradicionais e a cultura do meio rural, buscando a sucessão e a continuidade dos mesmos.

Figura 13: Reuniões com as representantes da Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-Ascar; Trabalho de campo (2019).

Figura 13: as fotografias reproduzem algumas das reuniões promovidas pela Associação com sua diretoria e demais representantes dos grupos de Trabalhadoras Rurais durante os anos de 1997 (imagens (A), (B) e (D)), 2018 (imagens (C) e (E)) e 2019 (imagem (E)).

Também compete a Associação interpretar e estabelecer as normas e diretrizes do trabalho, promoções e atividades em geral dos grupos membros e da própria Associação em consonância com seus objetivos fundamentais. Busca pleitear e receber recursos para desenvolver seus projetos, bem como, a elaboração do programa anual de atividades, de acordo com as necessidades dos grupos e consoante aos interesses locais.

Tem por órgãos diretivos a Assembleia Geral, o Conselho Integrado, a Diretoria e o Conselho Fiscal. As Assembleias Gerais ocorrem todos os anos no mês de julho e podem ser ordinárias e extraordinárias, estas por sua vez acontecem sempre que

convocada na forma do Estatuto da Associação. Ao Conselho Integrado compete opinar em caráter consultivo ou deliberar sobre as questões que lhe forem apresentadas pela Diretoria. A esta compete todos os afazeres referentes a manutenção e permanência dos grupos. Questões burocráticas, desenvolvimento de atividades de lazer e cultura. Ao conselho fiscal pertence o trabalho de fiscalização sobre os negócios e as finanças da Associação.

Sobre a diretoria, ainda cabe salientar que esta é composta pela presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretárias e primeira e segunda tesoureiras. As quais desempenham funções conjuntas que visem a organização e a perpetuação da entidade. Vale ressaltar que os cargos exercidos não são remunerados, com período de duração de dois anos, sendo permitida uma reeleição.

Conforme o Estatuto da Associação de Trabalhadoras Rurais criado no ano de 1996, a mesma tem como objetivos: I- promover a organização da trabalhadora rural; II- a participação ativa e organizada da trabalhadora rural na sociedade; III- o desenvolvimento progressivo do ser humano nos aspectos, cultural, espiritual, psicológico, social e econômico; e IV- a integração harmoniosa indivíduo-família-comunidade.

As atividades desenvolvidas pela Associação (figuras 14 e 15), além de promover novas alternativas de lazer e cultura, buscam valorizar o trabalho feminino realizado na unidade de produção familiar, a autonomia das mulheres rurais, bem como a representatividade dentro da Associação e dos Grupos de Trabalhadoras Rurais. Almeja também, dar visibilidade a elas, para que suas vozes sejam ampliadas para comunidade local. É possível perceber a importância da Associação para as agricultoras a partir de suas falas

Tem contribuição, ajuda muito, tem o incentivo de ajudar a gente ir nos encontros de liderança, ir nos encontros de mulheres, que mostram a importância das trabalhadoras rurais, incentiva nas atividades para arrecadar fundos para ir nesses encontros, sem falar de ajudar nas ações sociais como ajudar o hospital aqui do nosso município. (ENTREVISTADA 05 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Poderia ser mais valorizado pela família, mas muitos criticam por acharem que não é importante da gente fazer parte dos grupos. Mas tem valorização da comunidade em geral, porque fazemos parte do conselho fiscal, tem a campanha da valorização da agricultura local no comércio, onde tem sorteio no final do ano, isso valoriza o nosso comércio e as associadas dos grupos... tem a importância também de ajudar o hospital e os bombeiros voluntários do município, eles valorizam muito nosso trabalho. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

Tem as palestras que fazemos com profissionais que valorizam nosso trabalho, que a partir da associação e dos grupos tem esse chamado. Antes a gente não tinha vez, e agora a gente consegue se informar e participar. (ENTREVISTADA 10 - GRUPO EM BUSCA DE UM NOVO VIVER)

Os grupos dependem da associação, é um elo entre as duas partes, a parceria para continuar os grupos e até aumentar. Tem valorização da Associação e da EMATER, que tem sempre o apoio para algum auxílio que a gente precisa na agricultura, para palestra, para promoção de atividades que podemos usar na horta... no nosso trabalho. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

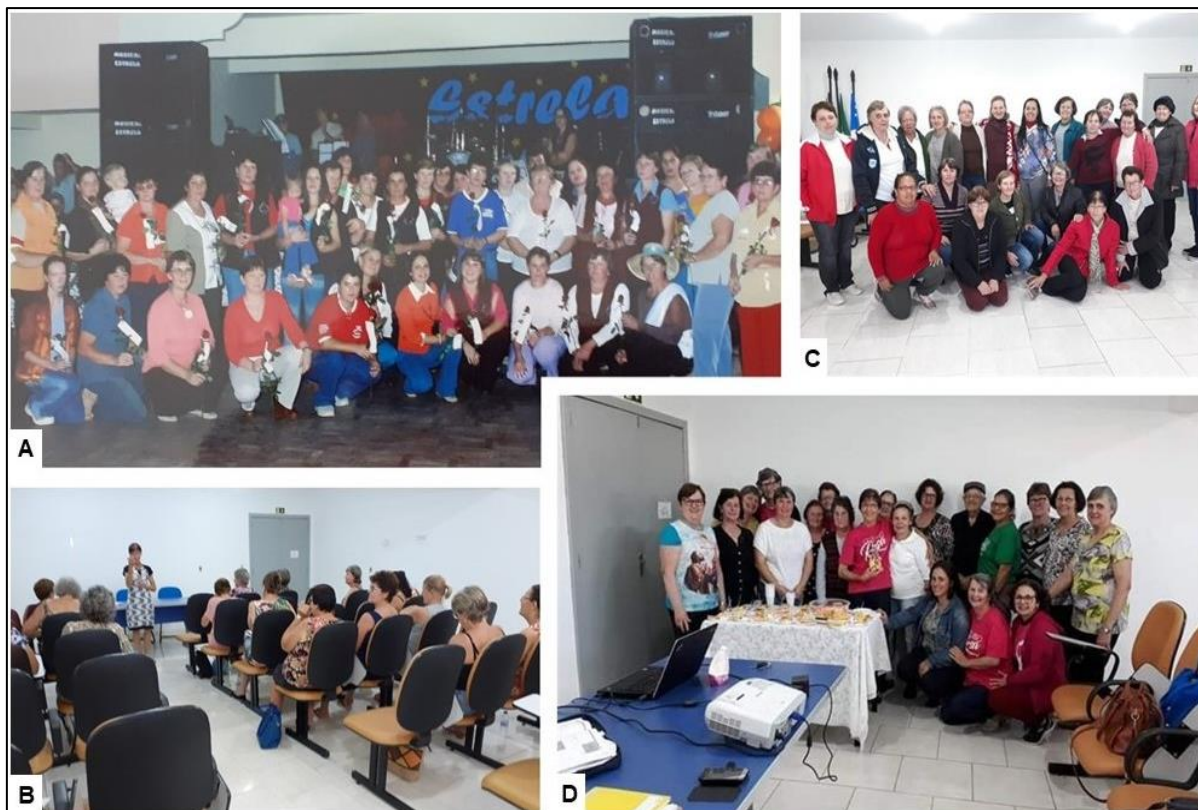
Figura 14: Atividades desenvolvidas pela Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-Ascar.

Figura 14: Retrata algumas atividades promovidas pela Associação, em conjunto com as lideranças dos Grupos de Trabalhadoras Rurais, bem como a relevante participação em ações realizadas pela prefeitura, datado do ano de 1997. (A) Curso de bolos ofertado aos grupos associados; (B) Reunião promovida para planejamento anual das atividades da Associação com as representantes dos Grupos de Trabalhadoras Rurais; (C) Reunião para formação de uma corrente ecológica para o recolhimento de lixo reciclável, na câmara de vereadores, com participação de lideranças da Associação e (D) Desfile cívico do município com participação da Associação e suas representantes, referente ao dia 20 de setembro.

Figura 15: Atividades promovidas pela Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-Ascar; Trabalho de campo (2020).

Figura 15: Retrata algumas das atividades e reuniões promovidas pela Associação, em conjunto com as lideranças dos Grupos de Trabalhadoras Rurais, ao longo de sua trajetória. (A) Baile da Associação com escolha de suas soberanas, no ano de 2004; (B) Reunião para planejamento das atividades do ano de 2019; (C) XIX treinamento de lideranças da Associação de Trabalhadoras Rurais, ocorrido em julho de 2019 e (D) palestra promovida pela Associação sobre prevenção do câncer de mama, em outubro de 2019.

Cabe ressaltar, que as atividades, ocorrem em conjunto com a Emater/RS-Ascar (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e com o apoio da Prefeitura municipal (figura 16), sendo determinante para a valoração do trabalho realizado por essas mulheres, bem como, para que elas possam compreender a importância de seu trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo, para as atividades agrícolas e para comunidade local. A partir do reconhecimento de seu trabalho as agricultoras passam a ter mais autonomia sobre suas escolhas perante a propriedade e mais liberdade para se posicionar diante a sociedade.

Figura 16: Atividades realizadas pela Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Trabalho de campo (2019); Emater/RS-Ascar.

Figura 16: As imagens (A), (B), (C), (D) e (E) retratam as atividades promovidas pela Associação de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS, juntamente com a Emater/RS-Ascar do município, que ocorreram nas dependências da Sociedade Canarinhos do Ipê (SOCIPÊ) no ano de 2019. Neste dia foi realizado atividades referentes a comemoração do dia 08 de março, dia internacional da mulher. No encontro foram promovidas duas palestras com a temática “Saúde Integral da Mulher Trabalhadora Rural”, bem como um momento de confraternização e integração entre as associadas.

As atividades desenvolvidas também buscam o bem-estar, lazer e auto estima das trabalhadoras rurais. São elaboradas oficinas nas quais elas possam compartilhar seus saberes, a partir das trocas estabelecidas, na interação e integração com as demais integrantes dos grupos membros da Associação. Estas atividades buscam alternativas que visibilizem o trabalho produtivo das trabalhadoras rurais de forma a não se restringir somente a propriedade rural, mas que possibilite a construção da autonomia destas mulheres dentro e fora do âmbito familiar. Essa ideia fica evidente nas falas das agricultoras

Com certeza, as atividades são muito importantes porque a gente aprende muita coisa que podemos até mesmo produzir em casa. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Atividades que envolvam palestras, cursos sobre saúde, que ajude a busca de informações, os cursos, oficinas, que façam a gente pensar, não somente ir e participar de viagens ou brincadeiras. Tem muitos cursos que a gente pede e outras a gente consegue fazer. (ENTREVISTADA 08- GRUPO CULTURA E LAZER)

Treinamento de líderes, o dia do campo sobre as culturas cultivadas, também são importantes, tem palestras para saúde, do outubro rosa, do novembro azul, o dia da mulher. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

É necessário destacar o trabalho que a Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul desenvolve junto as mulheres rurais. Pois além de integrar grupos, promove para as suas associadas diversos cursos, que possibilitam uma nova alternativa de renda para as trabalhadoras. Os incrementos na renda familiar provem de cursos de artesanato, produtos coloniais, produção de alimentos, entre outros. A comercialização é realizada nas festas, encontros e feiras, promovidos pelos grupos e entidades da região. Nas figuras 17 e 18 é possível observar algumas atividades, a exemplo de oficinas, cursos e encontros realizados em conjunto com os Grupos de Trabalhadoras Rurais.

Figura 17: Atividades desenvolvidas nos Grupos de Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-ASCAR.
Figura 17: Cursos e oficinas realizados nos Grupos de Trabalhadoras Rurais: (A) Grupo Em Busca de um Novo Ideal, localizado na Linha Brasileira, teve fabricação de xaropes caseiros, com plantas bioativas; (B) Grupo União e Esperança, localizado na Linha Campestre, curso de aproveitamento integral de alimentos; (C) Grupo Unidas Venceremos, localizado na Boa Vista, ocorreu a oficina de sabonetes medicinais; (D) Grupo Sempre em Frente, localizado na Linha Progresso, ocorreu oficina para confecção de echarpes e lençóis, os quais foram doados para a campanha do agasalho e (E) Grupo Freundschaft, localizado na Contenda, realizou-se a oficina de artesanato em palha de milho.

Figura 18: Encontros municipais e intermunicipais das trabalhadoras rurais



Fonte: Acervo da Associação de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-ASCAR.
Figura 18: as imagens (A) e (D) retratam os encontros realizados entre os Grupos de Trabalhadoras Rurais em âmbito municipal, que ocorriam anualmente no mês de julho, em comemoração ao aniversário da Associação. Nas imagens (B) e (C) é possível visualizar os convites dos anos de 2009 e 2010 para os encontros intermunicipais das trabalhadoras rurais da Colônia Santo Ângelo, que abrangem os municípios de Agudo, Dona Francisca, Cerro Branco, Novo Cabrais e Paraíso do Sul. Estes encontros acontecem em data alusiva ao dia internacional da mulher, comemorado no mês de março.

Outra ação muito interessante promovida pela Associação das Trabalhadoras Rurais em parceria com o escritório local da Emater/Ascar-RS é o baile da escolha da corte de soberanas (figuras 19 e 20m), que representam a entidade, a beleza e força das mulheres rurais do município. Esta iniciativa tem o propósito de incentivar e resgatar a autoestima das agricultoras, que por muitas vezes fica em segundo plano em detrimento ao trabalho desempenhado na roça e no âmbito doméstico.

O primeiro baile de integração entre os grupos de trabalhadoras rurais, foi promovido pelo Conselho Municipal de Trabalhadoras Rurais em conjunto com a Emater no ano de 1997. Cabe salientar que ação foi pioneira no estado, ao realizar juntamente com a amostra dos resultados obtidos ao longo dos anos de 1996/1997 a escolha das soberanas, a qual buscou valorizar a beleza das agricultoras, incentivando a criatividade e autoestima das mesmas. Este evento ocorre a cada dois anos, e, além de eleger as princesas e rainha da Associação, colabora para angariar fundos para que as agricultoras possam participar de reuniões e eventos a nível

estadual. As festas, a escolha das soberanas, as viagens e os momentos de lazer também foram algo recorrente nas lembranças das agricultoras

A auto estima ajudou muito... fortalecimento... os cursos, as viagens... Antes dos grupos a gente não tinha tanto lazer, depois começamos a sair mais, as festas. Vivíamos só para trabalhar e para casa, depois tudo mudou. (ENTREVISTADA 04 - GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Os cursos, os encontros, os passeios, as visitas das extensionistas regionais da Emater, os cursos de saúde, os desfiles de escolha das soberanas...as viagens para conhecer outros lugares, os encontros de encerramento de final de ano, as festas em homenagem ao dia das mães, os cafés. Tudo isso como forma de interação social, mas também como forma de buscar mais informações e conhecimento. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Eu acho que tem vantagens sim, a gente sai para se divertir, se não tivesse os grupos e a Associação seria da roça para casa, assim a gente pode até viajar. (ENTREVISTADA 12 - GRUPO LUTAR E VENCER)

Figura 19: Soberanas da Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS.

Figura 19: é possível observar nas fotografias as cortes de soberanas da Associação, formadas ao longo das décadas de 1990 (imagens (A), (B) e (C)) e 2000 (imagens (D) e (E)), com primeira escolha de suas representantes no ano de 1997.

Figura 20: Soberanas da Associação das Trabalhadoras Rurais



Fonte: Acervo da Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS; Emater/RS-ASCAR.
Figura 20: as imagens retratam as cortes de soberanas das décadas de 2000 (fotografias (B), (C) e (D)) e 2010 (fotografias (A) e (E)).

Conforme Carneiro (1994) para que se possa compreender o movimento das trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas as lutas pelas condições materiais de vida, mas também valores ideológicos construídos historicamente, estruturais na sociedade, sobre as relações entre os sexos e a construção de identidades sociais dos gêneros.

Assim sendo, compreende-se que a busca pela autonomia das agricultoras é de suma importância para o desenvolvimento do meio rural e da sociedade como um todo. E a partir da organização dessas mulheres, das trocas de vivências e saberes, é possível promover a participação política e o conhecimento e reconhecimento de seus direitos quanto sujeitos sociais.

Dessa forma, quando as mulheres se articulam em grupos, associações, sindicatos que buscam a inserção das agricultoras nas tomadas de decisões sobre a produção e a propriedade, tornando-as cientes de seu papel, indo além daquele construído culturalmente, também proporciona a participação dessas mulheres em programas de melhoramento e incentivo à agricultura familiar. Dando visibilidade a trabalhadora sem que haja a necessidade de depender da figura masculina para ter acesso as políticas públicas desenvolvidas para o meio rural.

5.2 Os Grupos de Trabalhadoras Rurais

Os Grupos de Trabalhadoras Rurais são entidades que congregam, de forma organizada e autônoma as mulheres do meio rural e são formados nas mais diversas localidades do município. Sua filiação está condicionada ao cumprimento dos preceitos do Estatuto da Associação das Trabalhadoras Rurais, como possuir ata de fundação com pelo menos dez trabalhadoras rurais filiadas ao grupo, possuir estatuto homologado pela Associação e comprovar existência há pelo menos seis meses.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000 o município apresentou diversos grupos formados por mulheres rurais, sendo estes filiados à Associação de Trabalhadoras Rurais. No entanto, infelizmente, vieram a se desintegrar por dificuldades encontradas na permanência de suas associadas. Ao total somava-se dezesseis grupos, distribuídos nas mais diversas localidades, algumas delas com dois ou mais grupos.

Atualmente a Associação de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS conta com cento e sessenta integrantes e nove grupos filiados conforme o quadro abaixo: Cultura e Lazer, Em Busca de Um Novo Ideal, Em Busca de Um Novo Viver, Freundschaft, Lutar e Vencer, Sempre em Frente, União e Esperança, União e Progresso e Unidas Venceremos.

Quadro 1: Grupos de Trabalhadoras Rurais integrantes da Associação de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS

Grupo	Localidade	Número de Integrantes
Cultura e Lazer	Linha Contenda	25
Em Busca de um Novo Ideal	Linha Brasileira	20
Em Busca de um Novo Viver	Linha da Fonte	12
Freundschaft	Contenda	20
Lutar e Vencer	Linha Patrimônio	11
Sempre em Frente	Linha Progresso	17
União e Esperança	Linha Campestre	25
União e Progresso	Linha Sinimbu	17
Unidas Venceremos	Boa Vista	13

Fonte: Associação de Trabalhadoras Rurais Paraíso do Sul/RS.

Org.: MACHADO, 2020.

As atividades desenvolvidas pelos grupos ocorrem a partir do planejamento anual, com a participação da extensionista da Emater/RS-Ascar de Paraíso do Sul. Esta presença é essencial para o agendamento de cursos, palestras e formações em cada grupo, pois permite que não haja eventos marcados nas mesmas datas, contribuindo para que todos os grupos possam se organizar mensalmente quanto seus interesses.

Infelizmente, um problema relatado pela extensionista e pelas agricultoras é a permanência e sucessão dos grupos, pois são encontradas algumas dificuldades para que novas integrantes venham a se associar. O transporte para participar das reuniões dos grupos e da associação, dos encontros regionais e estaduais, das festas, o trabalho em período de colheita do fumo, o envelhecimento das agriculturas (muitas delas já aposentadas), são alguns dos problemas enfrentados.

Esta característica, referente ao envelhecimento das agricultoras, pode até mesmo ser percebida na faixa etária das entrevistadas (40 a 65 anos), visto que o número de jovens associadas é muito inferior ou quase inexistente nos grupos de trabalhadoras rurais do município. Pois, as jovens que formaram os grupos na década de 1990, hoje já são mulheres adultas, mães e avós. E suas filhas e netas, quando crianças, eram companhias presentes em reuniões, encontros e festividades, no entanto, com o passar do tempo, acabaram perdendo o interesse de permanecerem junto a esses grupos. Evidenciando a preocupação dessas mulheres na perpetuação dos grupos e da associação das trabalhadoras rurais.

Também, soma-se a esta problemática, a saída das jovens para a área urbana ou outros centros maiores na busca de instrução formal e trabalho, onde possam desenvolver atividades que não estejam condicionadas a agricultura. Sendo que, na maioria das vezes, não retornam para a unidade de produção familiar, pois, não se sentem valorizadas e reconhecidas pelo trabalho que desempenham. Este fato, ancora-se em inúmeras justificativas, que entre elas cita-se a construção social da sobreposição masculina sobre a feminina e a sucessão da posse da terra, vinculado ao filho homem, o qual seguirá residindo e produzindo na propriedade. De acordo com Paulilo (2016, p.254)

Há, no Sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização alemã e italiana, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento.

Esse futuro incerto da continuação dos grupos e da Associação é algo preocupante para as integrantes, porque em um passado recente já vivenciaram a extinção de outros grupos: Sempre Unidas (Linha Patrimônio), Sempre Amigas (Quilombo), Paz e União (Capão Grande), Colhendo Estrela (Mangueirinha), Estrela do Amanhecer (São João), Rainha do Lar (Rodeio do Herval) e Imigrante (Vila Paraíso). É perceptível nas falas das agricultoras essa preocupação

Problema da sucessão dos grupos... talvez podem acabar. (ENTREVISTADA 03 - GRUPO FREÜNDSCHAFT)

As mulheres estão envelhecendo, se aposentando, muitas já saíram dos Grupos de Trabalhadoras Rurais e foram para os grupos de terceira idade. Esses grupos têm vínculo com a Assistência Social, que promove atividades, auxilia com transporte, contribui até mesmo na compra de lanches. Como muitas das ações que promovemos não tem auxílio da prefeitura dificulta a participação das agricultoras. (ENTREVISTADA 14 - ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS)

Logo, os grupos buscam proporcionar às agricultoras atividades que venham contemplar seus interesses, tentando minimizar os efeitos repulsivos e atrair um número maior de mulheres para integrar os nove grupos ainda existentes ou a formação de novos grupos. Desde atividades que envolvam novas alternativas de conhecimento, tanto para unidade de produção agrícola como para a construção individual e coletiva. Além disso, favorecem a interação e o convívio entre essas mulheres, o bem-estar social e a formação de laços afetivos, tão necessários em qualquer situação ou conjuntura. A importância dos grupos pode ser percebida nas seguintes falas

As trocas de experiências, amizade, convívio, se reunir com todas mulheres. (ENTREVISTADA 02 - GRUPO UNIDAS VENCEREMOS)

Muito importante, sempre foi e vai ser. A gente aprende muito nas trocas. As amizades, muito aprendizado... convivência, apoio, até mesmo na vida particular... muito conhecimento, encontros da associação. De receber a homenagem no encontro intermunicipal de encontros de mulheres. (ENTREVISTADA 03 - GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Ter conhecimento, entretenimento com as outras integrantes. (ENTREVISTADA 09 - GRUPO EM BUSCA DE UM NOVO IDEAL).

Muito importante porque a gente sempre aprende, interage com outras mulheres, a união, a amizade, estamos sempre aprendendo uma com a outra, dando força, ajudando. O convívio com o grupo é muito bom. (ENTREVISTADA 11 - GRUPO SEMPRE EM FRENTE).

Também é notório nas falas das agricultoras como elas se sentem em relação a participação nos grupos, como evoluíram quanto indivíduos, se libertando das amarras políticas e sociais há muito tempo vivenciadas pelas mulheres rurais, sendo que até mesmo mencionam o reconhecimento por parte dos companheiros

Tem muita diferença... tem mais valorização, na comunicação a gente não tem mais vergonha de falar, o respeito que a gente adquiriu, as mulheres se sentem mais valorizadas, as reuniões fazem a gente se soltar mais, falar mais... as participações fazem a gente crescer muito, o empoderamento que a gente construiu, as palestras que nos ajudaram. (ENTREVISTADA 03 -GRUPO FREÜNDSCHAFT)

Os maridos passaram a valorizar as mulheres que começaram a participar dos grupos. (ENTREVISTADA 04 -GRUPO FREÜNDSCHAFT)

É muito importante, tu cresce como pessoa, tem os cursos que a gente aprende muito, faz amizade, conhece vários lugares, perde a vergonha de falar... tem os cursos de liderança que nos incentivam a gente se soltar mais, ter mais voz. (ENTREVISTADA 06 -UNIÃO E ESPERANÇA)

A gente muda muito, tem a timidez, eu era muito tímida, e o grupo ajuda a gente lutar não ter vergonha, me sentia muito bem. Da gente não se entregar, sabe, de se impor. (ENTREVISTADA 08 -GRUPO CULTURA E LAZER)

Pode-se perceber a partir das falas dessas mulheres as mudanças ocorridas em suas vidas, o que conseqüentemente, alterou também as relações no espaço rural. Pois se anteriormente esse espaço era reservado somente aos homens, estando a encargo deles o lugar de fala e decisão, hoje vem a ser um importante meio para as mulheres se inserirem de forma igualitária em todas as esferas públicas.

Quanto aos direitos trabalhistas, acesso à terra e programas políticos, bem como sua participação efetiva em todos os espaços de tomadas de decisões, Garcia e Duarte (2015, p.18) afirmam que “A experiência da privação e opressão de gênero coloca para a mulher trabalhadora rural a necessidade de, por meio dos movimentos específicos, romper com o status quo da sua condição feminina, subalterna invisibilidade”. Ainda de acordo com as autoras

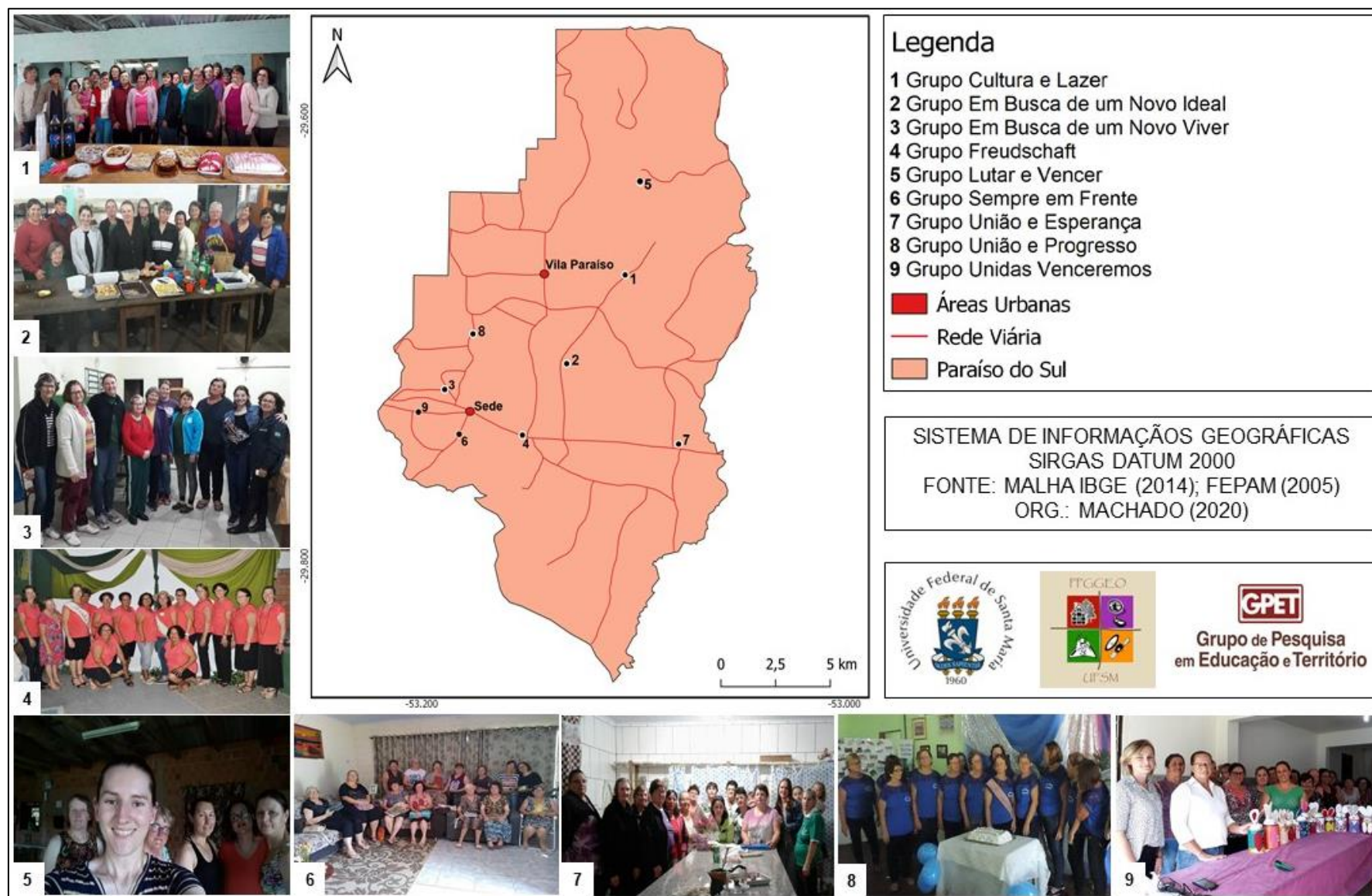
A própria mobilização feminina emerge do processo de privação de direitos e opressão social que as mulheres sofrem no sistema de gênero predominante, em uma sociedade que continua organizada em classes capitalistas neste início de século. Ainda que muitos querem omitir esse fato, por não ser tão novo (DUARTE E GARCIA, 2015, p.181).

Neste sentido, ao se organizarem em associações e sindicatos, que visem dar visibilidade a trabalhadora rural, tende a fortalecer toda a luta e resistência dos movimentos feministas que emergiram no século XX. Visto que, proporciona a

inserção das mulheres em todos os âmbitos sociais e políticos, tanto no meio rural como no urbano, o que gera o reconhecimento e a valorização de todas as formas de trabalho desempenhadas pelas mulheres.

Mesmo que, muito já tenha avançado quanto aos direitos das mulheres rurais, ainda há muito o que conquistar. E essas conquistas são mais facilmente concretizadas quando ocorrem em coletivo, em grupos que se articulem para reivindicar seus direitos. Pois é na luta coletiva que há o fortalecimento das trabalhadoras rurais para se reconhecerem quanto mulheres e trabalhadoras.

Figura 21: Mapa de localização dos Grupos de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS



Fonte: IBGE (2014); FEPAM (2005); Emater/RS-Ascar. Org.: MACHADO (2020).

5.2.1 Grupo de Trabalhadoras Rurais Cultura e Lazer

Localizado na Linha Contenda, distante aproximadamente 12 km da sede municipal, o Grupo de Trabalhadoras Rurais Cultura e Lazer foi fundado em fevereiro de 1993, o que representa 27 anos de história, sendo que atualmente estão associadas 25 integrantes. O processo de formação do grupo ocorreu devido ao incentivo da equipe da Emater/RS-Ascar e da presença de grupos de jovens rurais no município. A inexistência de um grupo só de mulheres na comunidade fez com que as agricultoras se reunissem para verificar a possibilidade e interesse da construção de um grupo que pudesse unificar as mulheres rurais dessa localidade.

A diretoria é composta pela presidente e vice-presidente, tesoureira e vice-tesoureira, secretária e vice-secretária e o conselho fiscal. A escolha das lideranças ocorre a cada dois anos e geralmente acontece por indicação ou por vontade própria, onde tem-se a formação de uma chapa com escolha da presidente, sendo que ela escolhe as demais integrantes que irão compor a chapa.

As reuniões ocorrem todos os meses na primeira quarta, no entanto durante o período de colheita do tabaco, os encontros ocorrem aos sábados no pavilhão da comunidade Salgado Filho. São nestes momentos que realizam o planejamento para o ano, geralmente na primeira reunião do ano. No decorrer dos meses vão se organizando conforme a demanda das integrantes, se ajustando ao planejamento anual. São viagens, cursos, palestras, atividades que auxiliam na arrecadação de alimentos e ajuda financeira ao hospital e aos bombeiros voluntários do município.

5.2.2 Grupo de Trabalhadoras Rurais Em Busca de Um Novo Ideal

Sua fundação ocorreu no ano de 1993, em dois de fevereiro, na localidade da Linha Astral, a 7,5 km da sede do município. A ideia de formar um grupo de mulheres nesta localidade surgiu a partir de uma festa e por intermédio da extesionista da Emater/Ascar-RS do escritório local. No primeiro momento se reuniam na casa de uma das integrantes com a finalidade de iniciar o processo de formação do grupo e destes encontros decidiram realizar um torneio esportivo para angariar fundos para efetivar essa formação.

Atualmente conta com 20 integrantes que se reúnem na quarta segunda feira do mês corrente no pavilhão da escola Gaspar Barreto, situado na mesma localidade

do grupo. São nesses encontros que realizam as atividades programadas no planejamento anual que ocorre na primeira reunião do ano, no mês de janeiro. São promovidas palestras, cursos, oficinas, bingos e festas, sendo uma dessas festas durante o período da páscoa em comemoração à data de fundação do grupo. Também há eleição para compor a diretoria, ocorrendo a cada dois anos onde são eleitas a presidente e vice-presidente, tesoureira e vice tesoureira e o conselho fiscal.

5.2.3 Grupo de Trabalhadoras Rurais Em Busca de Um Novo Viver

Fundado em 07 de julho de 2006, o grupo está localizado na Linha da Fonte, aproximadamente 3 km da sede do município e conta atualmente com 12 integrantes. O processo de formação teve início a partir de uma conversa entre cinco agricultoras que tinham um objetivo em comum: organizar um grupo de trabalhadoras rurais na localidade. Neste primeiro momento algumas pautas foram discutidas em relação ao desejo de efetivar a formação de um novo grupo, sendo concretizado com a participação inicial de 10 agricultoras.

A diretoria, diferente dos demais grupos, se constitui a partir de aclamação, não havendo a formação de chapas para concorrer às eleições. Para compor a mesa diretora são aclamadas a presidente, secretária e tesoureira. Quanto a organização, as reuniões ocorrem todos os meses na segunda terça-feira do mês, na residência de uma das integrantes e as atividades, como palestras e cursos, acontecem na SOREVE (Sociedade Recreativa de Veteranos).

Essas ações ocorrem a partir de planejamento anual com participação da extensionista da Emater e são discutidas posteriormente na primeira reunião da Associação das Trabalhadoras Rurais com as demais lideranças. Algumas das atividades realizadas são cursos desde aproveitamento de alimentos até palestras relacionadas com a saúde física e mental das trabalhadoras rurais, relacionadas ao outubro rosa e setembro amarelo.

5.2.4 Grupo de Trabalhadoras Rurais Freundschaft

O Grupo de Trabalhadoras Rurais Freundschaft, encontra-se na localidade de Contenda, aproximadamente 7km distante da sede do município, foi fundado no dia 25 de outubro de 2000 (comemorando duas décadas de existência no ano de 2020) e

atualmente conta com 20 mulheres associadas. As reuniões/encontros ocorrem mensalmente, sendo escolhida a última quinta-feira de cada mês para realização das mesmas. Inicialmente, realizavam os encontros na residência das integrantes, que depois de alguns anos passaram a acontecer no pavilhão da escola da comunidade.

O planejamento das atividades ocorre no início do ano para todos os meses seguintes. São cursos, palestras, confraternizações e eventos promovidos pelo grupo, sendo algumas atividades aberta a comunidade, como o baile no mês de fevereiro, o café colonial no mês de junho e o dia do vizinho no mês de agosto. Também é realizado o chá das aniversariantes nos meses de junho e dezembro, mas somente para as associadas.

Seu processo de formação ocorreu a partir do Programa municipal de desenvolvimento rural de 1999. Onde aconteciam encontros e reuniões em diversas localidades do interior de Paraíso do Sul, com o objetivo de verificar a demanda, e reivindicar, por serviços essenciais ao meio rural, como luz elétrica, água tratada, assistência técnica, entre outros.

Foi por meio dessas reuniões e por incentivo da extensionista da Emater, que surgiu o interesse de formar o grupo de trabalhadoras rurais na localidade. O qual começou seus encontros no mês de outubro de 2000, e nesta mesma oportunidade, definiram as representantes da diretoria, sendo eleitas a presidente, tesoureira e secretaria. Atualmente a diretoria do grupo é eleita a cada dois anos sendo eleitas presidente, vice-presidente, tesoureira, secretarias e fiscais.

5.2.5 Grupo de Trabalhadoras Rurais Lutar e Vencer

Localizado na Linha Patrimônio, distante 23 km da sede municipal, foi fundado no 1996. Seu processo de formação ocorreu de forma rápida e acessível para as trabalhadoras rurais e teve o auxílio da extesionista da Emater/Ascar de Paraíso do Sul, a qual trouxe possibilidades além da roça e da casa.

O grupo contém 11 integrantes e se anteriormente foi fácil de formá-lo, atualmente se torna mais complicado a permanência das agricultoras, pois mesmo que este grupo tenha o maior número de mulheres mais jovens em relação aos demais, acaba por perdê-las por conta do matrimônio, quando casam tendem a deixar a localidade.

Escolhem sua diretoria a cada dois anos, elegendo como representantes a presidente e vice, tesoureira e vice, secretária e vice e conselho fiscal. As reuniões acontecem no começo de cada mês, sendo que nos últimos anos elas eram realizadas a cada 2 meses, por conta da locomoção das agricultoras. É nas reuniões que decidem sobre as atividades que irão realizar, como festas, excursões, cursos e palestras, participação nos encontros dos grupos.

5.2.6 Cultura de Trabalhadoras Rurais Sempre em Frente

Com sede na localidade de Linha Progresso, distante aproximadamente 4,5 km da sede de Paraíso do Sul, o Grupo de Trabalhadoras Rurais Sempre em frente tem sua fundação em 30 de abril de 2007, sendo um dos últimos grupos de mulheres rurais a se formar no município.

Sua formação ocorreu a partir do grupo das agentes de saúde existente no município. O ponto de encontro para distribuição dos remédios acontecia na residência de uma das integrantes fundadoras e em seguida eram distribuídos para as moradoras da localidade. Com o objetivo de seguir realizando os encontros entre as mulheres surgiu a ideia de formar um novo grupo de trabalhadoras rurais naquela região. O grupo iniciou suas atividades com 20 integrantes e atualmente conta com 17 associadas.

A diretoria é eleita a partir do voto secreto, sendo as mais votadas escolhida presidente, vice e tesoureira, respectivamente. As reuniões ocorrem mensalmente, sempre na terceira segunda-feira e são realizadas na residência da presidente do grupo. Sendo que o planejamento das atividades a serem realizadas ocorre no mês de fevereiro, tendo seu encerramento no mês de novembro.

É um dos grupos que tem anualidade, em torno de 5 reais, no intuito de arrecadar fundos para promover algumas das atividades que realizam. Essa cobrança se deve ao fato de não promoverem festa, como os demais grupos. São realizadas ações que envolvem o bem-estar das agricultoras, como bingos e artesanato, além cursos que ofereçam novas alternativas para complementar a renda, como as oficinas promovidas em conjunto com o SENAR-RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Importante também destacar os saberes compartilhados com atividades ministradas pelas próprias integrantes.

5.2.7 Cultura de Trabalhadoras Rurais União e Esperança

Fundado em 25 de julho de 1995, localiza-se na Linha Campestre, a 18 km da sede de Paraíso do Sul. Seu processo de formação ocorreu pela vontade das agricultoras de se sentirem representadas contemplando os interesses voltados as mulheres rurais. Tendo inicialmente o número de 10 integrantes teve incentivo e auxílio da extensionista da Emater/Ascar do município.

Atualmente conta com 21 integrantes, que se reúnem todos os meses para decidirem e planejarem sobre suas atividades. Durante o período de colheita os encontros acontecem aos sábados para proporcionar que a maioria das integrantes esteja presente. O planejamento das atividades ocorre de forma anual, na primeira reunião promovida pelo grupo, sendo deliberadas os cursos, palestras, festas e encontros que irão realizar e participar.

As representantes da diretoria são eleitas para o mandato de dois anos através de votação, onde são eleitas as mais votadas para as funções de presidente e vice-presidente, tesoureira e vice tesoureira, secretárias e conselho fiscal.

5.2.8 Grupo de Trabalhadoras Rurais União e Progresso

Localizado na Linha Sinimbu, distante 6 km da sede municipal, o Grupo de Trabalhadoras Rurais União e Progresso foi fundado em 22 de abril do ano de 1993. Sua formação ocorreu pelo incentivo da extensionista da Emater-Ascar/RS do município, iniciando suas atividades com 12 integrantes e chegando a conter mais de 40 mulheres em anos seguintes. Essa participação notável das trabalhadoras rurais se dava pela inserção de muitas jovens ao grupo, acompanhando suas mães e avós nos encontros se interessavam em contribuir na organização e atividades, logo se tornando associadas.

Atualmente participam do grupo 17 mulheres. Elas se encontram mensalmente, no primeiro sábado do mês corrente, sendo que quando há a participação da extensionista as reuniões ocorrem durante a semana. No período de colheita do fumo, quando o trabalho se torna mais intenso, as reuniões tendem a ocorrer com menos frequência, a cada dois ou três meses.

Nestes encontros são planejadas e organizadas as atividades que serão desenvolvidas durante o ano, como palestras, cursos, jogos, excursões e festividades.

Ao fim de cada agremiação é realizado alguma forma de confraternização entre as integrantes, com jogos e lanches, ou até mesmo amigo secreto. Na primeira reunião, pós recesso de final de ano, que geralmente ocorre no mês de fevereiro, já são discutidas as propostas de atividades que serão realizadas no decorrer do ano.

Sobre a diretoria, está é eleita a cada dois anos, sendo composta pela presidente e vice-presidente, tesoureira e vice tesoureira, conselho fiscal e secretarias. Elas têm a responsabilidade de liderar e representar o grupo nas reuniões da Associação das Trabalhadoras Rurais do município, bem como coordenar as atividades desenvolvidas junto as integrantes do grupo.

5.2.9 Grupo de Trabalhadoras Rurais Unidas Venceremos

Localizado no Rincão da Boa Vista, o Grupo de Trabalhadoras Rurais Unidas Venceremos, contém 26 anos de formação, sendo fundado aos dez dias de agosto de 1994. Sua fundação ocorreu por incentivo da diretora da escola Rodrigues Alves (localizada na mesma comunidade) e também da extensionista da Emater/Ascar do município.

O grupo iniciou com 16 integrantes sócio fundadoras, as quais foram convidadas e incentivadas a participar, sendo que, naquele momento, todas eram trabalhadoras rurais. A escolha da primeira diretoria não ocorreu de forma imediata, ocorreram algumas reuniões até que se tivesse a formação da mesma. Somente na quarta reunião que elegeram suas representantes, composta por presidente, vice-presidente, tesoureira e secretarias.

Para as atuais escolhas das representantes tem-se a formação de uma chapa, onde cada sócia demonstra seu interesse em participar e o cargo que deseja ocupar. Formada a chapa, ocorre a votação, e nesse momento é computado os votos de quem é favorável ou contra a eleição da chapa formada, se a maioria decidir pelo sim tem-se a mais votada presidente, a vice-presidente, tesoureira e vise tesoureira.

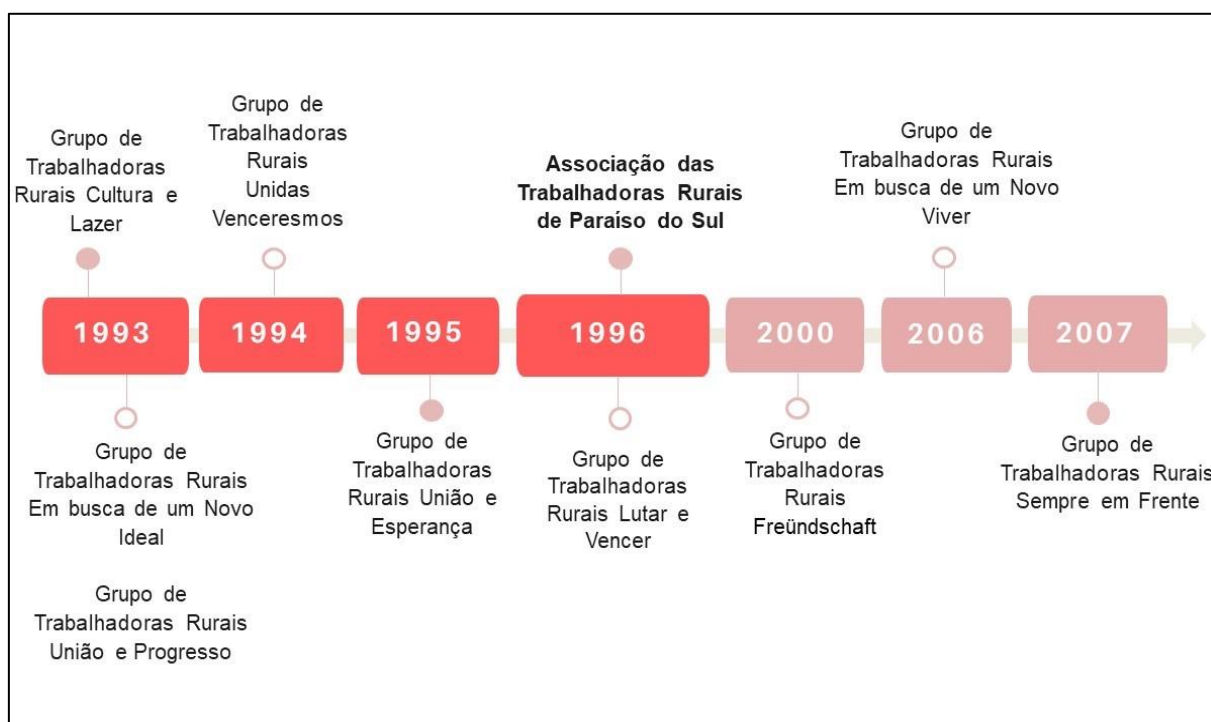
Atualmente com 13 sócias o grupo se reúne mensalmente nas residências das associadas. Inicialmente os encontros eram realizados na escola da comunidade, mas com o passar do tempo decidiram realizar suas reuniões em outros espaços. Nas reuniões são planejadas e deliberadas as atividades que acontecerão durante o mês, planejamento este, realizado juntamente com a extensionista.

As atividades ocorrem durante o decorrer do ano, sendo realizadas oficinas de artesanato, culinária, produção de xaropes e pomadas, confecção de sabão, palestras com especialistas na área da saúde, ou de assuntos que contemplem a maioria. Também anualmente no mês de agosto é realizada a festa tradicional do grupo, que se torna um marco para celebrar o aniversário de fundação, como forma de integração com os demais grupos e comunidade, além de contribuir para o financeiro.

Nesse sentido também são realizadas rifas durante o ano para entrada de dinheiro, o que possibilita as realizações de viagens e participação em eventos promovidos pelos demais grupos. O dia do vizinho também contribui para integração dos grupos, sendo que cada grupo promove encontros festivos em suas respectivas localidades.

Abaixo na figura 21 é possível observar o ano de formação dos nove Grupos de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul integrantes da Associação. Iniciando este processo nos primeiros anos da década de 1990, quando a luta das mulheres rurais começa a se intensificar, com a formação de três grupos, se estendendo até os anos finais da década de 2000.

Figura 22: Ordem cronológica de fundação dos Grupos de Trabalhadoras Rurais



Fonte: Grupos de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul.

Org.: MACHADO (2021).

6. EMPODERAR PARA TRANSFORMAR: O TRABALHO DAS MULHERES RURAIS E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Este capítulo tem como finalidade discutir sobre o trabalho realizado pelas mulheres rurais na unidade de produção familiar e seus significados no território. Propõem-se, a partir da análise das entrevistas realizadas e depoimentos, compreender como as agricultoras percebem seu trabalho e seu papel social para o desenvolvimento territorial e da agricultura familiar do município. Bem como ocorre a construção da autonomia e empoderamento das mulheres rurais a partir das relações econômicas e sociais de trabalho, nas esferas de âmbito familiar e de produção agrícola.

6.1 O território como formação de emancipação feminina

A Geografia ao longo dos séculos tem sua evolução marcada por suas análises espaciais, entretanto, por muito tempo ignorou sistematicamente a questão do debate sobre gênero como elemento de diferenciação social. Reis (2015) relata que a ciência geográfica “considerava a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço”.

Neutralidade que somente existia a partir da figura masculina, sendo este o equilíbrio de todas as forças. Vinculado a superioridade, eram estes que detinham os direitos sobre o conhecimento, utilizando-o em prol da dominação. E a eles são atrelados os saberes construídos ao longo dos séculos, a bravura para descobrir o mundo, a coragem para enfrentar os desafios, a audácia para busca do novo, enfim, para eles todos os espaços da vida social, política, econômica e intelectual.

Corroborando com esta linha de pensamento Melo e Thomé (2018, p.19) salientam que

Durante os séculos da história social do Ocidente, livros, pinturas e discursos foram produzidos a fim de forjar e ilustrar a tal desigualdade entre homens e mulheres, que passou a ser naturalizada, por conta desse atravessamento cultural. Muitas mitologias e religiões sacramentaram a inferioridade feminina por meio da construção da narrativa de que mulheres foram as causadoras da desgraça humana: Eva, Pandora e Helena de Troia, entre outras, são exemplos da construção desse mito. A história, escrita pelos homens, reduziu as mulheres a muito pouco: elas não falam e os homens falam por elas. (MELO; THOMÉ, 2018, p.19)

Todo conhecimento até então construído, todas as descobertas realizadas, todas as transformações ocorridas são atribuídas ao sexo masculino, tendo sido os homens os pioneiros da ciência. Ora, se as mulheres foram condicionadas a se conformar com sua realidade de filha, esposa e mãe, como poderiam elas se inserirem em um mundo que foi feito por eles e para eles? Ou como diria Beauvoir (2009, p. 99) “o mundo sempre pertenceu aos machos”. Então como as mulheres poderiam reivindicar por aquilo que nunca tiveram?

Algo que até os dias atuais, apesar de séculos terem se passado, buscam dia após dia, ter e ser. Ter igualdade de oportunidades e direitos em fazer parte da história, não como coadjuvantes e sim como protagonistas da construção da sociedade. Ter o livre arbítrio sobre suas vidas, decidindo o que é melhor para si mesmas. Serem livres para escolher o que quiserem, da forma que quiserem, com quem e onde quiserem e principalmente serem suas, donas de si, para livres viver.

No entanto, o que ainda se vivencia, contrária a todas as lutas travadas pelos movimentos de mulheres e feministas, é a predominância na sociedade de uma construção masculina, sendo que esta deve ser seguida por todos e todas. Estabelecida culturalmente é percebida em todas as esferas e etapas da vida, condicionando as mulheres a aceitarem o mundo que foi construído por eles para elas.

Sendo que, é possível perceber, até mesmo na construção Sagrada de mundo, o mito da inferioridade feminina. Onde as mulheres devem estar limitadas aos desejos dos homens. Conforme Melo; Thomé (2018, p. 38) “A determinação bíblica estabeleceu – e não deixa, de certa forma, de fazê-lo até hoje – que o lugar das mulheres fosse limitado e circunscrito as vontades masculinas”.

Nesta construção de mundo, as mesmas não tinham direito a expor suas dúvidas e convicções, não era permitido que elas tomassem a palavra em assembleias e lugares públicos. Se desejassem ter acesso a informações ou instruírem-se, deveriam perguntar a seus maridos em casa (MELO; THOMÉ, 2018). Estes pensamentos acompanham boa parte da história da humanidade e por consequência acaba por reforçar as estruturas da sociedade patriarcal contemporânea. Ainda de acordo com as autoras

Essa organização de mundo na qual os homens estão acima das mulheres não se restringe ao catolicismo. As religiões monoteístas fizeram dessa desigualdade parte importante de seu dogma e de sua formação estrutural. É a mulher que está subjugada nos livros sagrados, como Corão ou a Bíblia (MELO; THOMÉ, 2018, p.38).

A escritora e filósofa Simone de Beauvoir em seus estudos, retratando o cenário social das mulheres em meados da metade do século XX, traz informações referentes a este modelo de sociedade, que infelizmente, ainda é reproduzida e reafirmada pela atual conjuntura política e social

[...] perante a mulher, o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a natureza e a mulher (BEAUVOIR, 1980, p.86).

O que acarreta em desigualdades, predominando o poder masculino sobre as relações sociais. Conforme Saffioti (2015) longe de ser natural, a desigualdade, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.

De acordo com Scott (1996, p.11) “o gênero é constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. Poder este atrelado, desde os primórdios das civilizações modernas, a construção de um modelo de sociedade baseado no patriarcado, onde tem-se o homem como principal força de dominação e centro das tomadas de decisões.

É possível apreender nas falas das entrevistadas o quanto este modelo de sociedade ainda permanece latente, se perpetuando por gerações e reproduzido nas relações cotidianas dentro e fora do ambiente doméstico.

É complicado, direitos e deveres é igual. Mas antes da lei Maria da Penha tudo era mais complicado e a gente ainda vê em outros lugares que é bem difícil ser mulher só pelo fato de ser mulher... são muito sacrificadas. (ENTREVISTADA 01 - GRUPO UNIDAS VENCEREMOS)

Concordo muito com a frase da Simone de Beauvoir: não se nasce mulher se torna mulher. Pois é uma construção social, pois a gente precisa entender que a luta é necessária para diminuir a opressão sobre as mulheres, precisamos entender que a sociedade é muito machista, e por muitas vezes a gente acaba reproduzindo né. (ENTREVISTADA 07- GRUPO FLOR E SER)

O homem ainda tem vantagem, as mulheres ainda em alguns lugares não têm espaço, mas estamos buscando igualdade, isso está mudando. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

De fato, a abordagem sobre as relações de gênero foi incorporada com atraso nos debates dos estudos geográficos. Sendo, mais especificamente, a partir do século

XX analisada sob a ótica da ciência. Surge, então, na década de 1970 para questionar tanto a ciência geográfica quanto as demais áreas do conhecimento, tornando-se uma ferramenta indispensável na luta pelas questões e processos específicos próprios do desenvolvimento histórico do feminino na sociedade através de seus conceitos (FERREIRA; PORTO, 2017).

Conforme as autoras acima citadas

O caminhar da ciência, os movimentos sociais, e especialmente o movimento feminista, surge como a primeira expressão de mulheres que reivindicam seus espaços e territórios, e a partir dessa dinâmica, a ciência lentamente começa a considerar as questões de gênero e a englobar as especificidades femininas em suas discussões, ainda que não de modo satisfatório (FERREIRA; PORTO, 2017, p. 215-227).

Aqui no Brasil os estudos voltados ao debate sobre feminismo e gênero, bem como a inserção mais significativa das mulheres na ciência geográfica, ganha destaque a partir das últimas décadas do século XX. A neutralidade que anteriormente existia, dá lugar a proximidade aos movimentos feministas (SANTOS, 2020), que há muito tempo, também, reivindicavam o acesso a este espaço, permitindo que pesquisas de interesse feministas fossem desenvolvidas e amplamente divulgadas. Ciência construída por mulheres para mulheres e homens. Conforme ressalta Silva (1998, p.107) apud Santos (2020, p. 232), que

A Geografia de gênero não é “Geografia das ou de mulheres”, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista”. A autora afirma ainda que o “gênero” é uma categoria de análise geográfica que tem nas teorias feministas um ponto de apoio para as leituras geográficas e de proposições de mudanças diante a realidade espacial.

Atualmente esta abordagem tem sido relevante para compreender e analisar as relações sociopolíticas e como estas contribuem para a organização espacial e territorial a partir da perspectiva das relações de gênero. Sendo relevante para compreensão de como os sexos são representados em sociedade. De acordo com Caetano (2013, p.22)

As relações de gênero são relevantes para a ciência geográfica porque as divisões espaciais – público e privado; dentro e fora – têm fundamental importância para a construção social das divisões de gênero. A organização do espaço, um importante enfoque para os estudos geográficos, revela que o papel feminino resulta de transformações espaciais consideráveis e são reflexos das dinâmicas sociais, econômicas, políticas (entre outras), vivenciadas nas últimas décadas (CAETANO, 2013, p.22).

Nessa discussão importante se faz expor sobre as formas de poder exercidas nas relações de gênero configuradas no território. Onde ainda predomina a dominação masculina, com uma visão de mundo obsoleta, que somente favoreça suas perspectivas, em detrimento de uma sociedade machista e conservadora. O que passa a condicionar que homens e mulheres vivam de formas diferenciadas: eles com maior liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e elas subordinadas a construção social de serem recatadas e do lar. Nas entrevistas concedidas pelas agricultoras é perceptível nas falas esta realidade

A mulher não tem tanta liberdade, mesmo nos dias atuais. Embora tenha avançado, ainda existe muitas diferenças. (ENTREVISTADA 04 - GRUPO FREÜNDSCHAFT)

A mulher fica mais com os serviços de casa e o homem tem mais liberdade, sai mais. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Hoje temos os mesmos direitos, mudou muita coisa, mas ainda a gente vê em alguns espaços que o homem é mais valorizado, na política nos cargos de líderes. Mas estamos conseguindo muitas coisas, hoje podemos fazer tudo. (ENTREVISTADA 09 – GRUPO EM BUSCA DE NOVO IDEAL)

Sendo que a organização social de gênero constitui duas visões de mundo, onde a perspectiva de vida e de interesses das mulheres diferem do ponto de vista dos homens, o que demonstra que a vida não é vivida da mesma forma por ambos (ROWBOTHAM apud SCOTT, 1996). Pois desde antes o nascimento o mundo já está delimitado entre “lugar de meninas e lugar de meninos”, defini profissões, desejos, cores, emoções, sentimentos, entre tantos outros elementos, para caracterizar o feminino e o masculino.

Dessa diferenciação construída sobre “lugar de meninos e lugar de meninas” que podemos compreender como se dá a construção do poder. Vinculado sempre ao sexo masculino, o qual exala força e bravura, coragem para se aventurar, ousadia e sabedoria para conquistar novos territórios (como se estas características fossem somente vinculadas a eles), tem na figura do macho o símbolo do poder, sendo que este deve ser como aponta Saffioti (1987) “branco e de preferência heterossexual”, configurando um mundo a partir de princípios heteronormativos¹⁹ e classistas.

¹⁹Conforme Meyer e Petry (2011, p. 195) A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biológica e determinista, há duas –e apenas duas –possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

Dessa forma, quanto as mulheres, quando elas reivindicam por espaços, que lhe ofereçam voz e visibilidade, chegando a cargos e funções que requer autoridade e poder, ainda encontram dificuldades em se afirmar quanto mulher, pois conforme Bourdieu (2015, p.84)

De maneira mais geral, o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *double bind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens as posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação. (BOURDIEU, p.84)

São, infelizmente, estes entraves que acabam delimitando os espaços, e conseqüentemente os territórios, para emancipação feminina. Espaços que deveriam visibilizar as competências e qualidades das mulheres, quanto a busca do empoderamento, acabam por estipular como as mesmas devam agir para ter o respeito que merecem. Ainda condicionam liderança e poder de decisão ao sexo masculino, quando as mulheres assim se apresentam acabam por deixar sua feminilidade de lado.

Visto que, as próprias mulheres, condicionadas a estrutura patriarcal que vivenciam, acabam por reproduzir todo machismo que sofrem. Conforme Saffioti (2015, p.49) “a maioria das brasileiras se enquadram na categoria de conservadoras”, sendo que “apresentam baixa cultura geral e ínfima capacidade crítica, ainda separando mulheres femininas de mulheres feministas, como se estas qualidades fossem mutuamente exclusivas”.

Evidente, que muito ainda há de se transformar para que as mulheres possam usufruir de um mundo que não a condicionem a figura masculina. A começar pela própria percepção da importância do papel que desempenham diariamente na sociedade, indo muito além da figura maternal e aos cuidados do lar. Bem como, entender que não dependem da compaixão masculina para ter sua autonomia e felicidade. Tendo em vista a liberdade de escolhas, sem distinguir etnia e classe social. Sem julgamento pela forma de pensar e agir, ou pela roupa que está a vestir. Onde todas tenham direito de estar nos mais diversos espaços e territórios.

Para que isso ocorra deve-se ter em mente, conforme Ferreira; Porto (2017) que o sistema patriarcal produz relações assimétricas entre homens e mulheres, e que estas se desenvolvem no espaço, visto que moldam e determinam os territórios conforme o sistema demanda, tornando invisíveis os territórios femininos e

fortalecendo os masculinos, o que dificulta a emancipação das mulheres, principalmente as do meio rural, o qual é de predomínio masculino.

Lemas muito conhecidos nas lutas e protestos femininos, como “nosso corpo nos pertence”, “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite”, refletem justamente toda batalha pela liberdade de escolha das mulheres em ter o direito de decidir sobre sua principal riqueza: seu corpo. Logo, o território feminino pode ser compreendido como a construção do empoderamento sobre seus corpos e suas vidas. O que vai modificando gradativamente as relações sociais referentes as questões de gênero.

Vindo de encontro a emancipação das mulheres sobre seus corpos, Melo; Thomé (2018) abordam sobre a resistência patriarcal e a importância da luta referente a sexualidade e reprodução feminina. Conforme as autoras

A luta pelo direito ao controle sobre seu corpo no âmbito da saúde sexual e reprodutiva feminina tem sido, no decorrer do tempo, uma das mais duras batalhas travadas pelas mulheres na conquista dos seus direitos. Silenciadas e reféns do destino no exercício da sexualidade, as mulheres enfrentaram e enfrentam preconceitos, dogmas religiosos e discriminações quando se trata de reprodução e sexualidade (MELO; THOMÉ, 2018, p. 160).

Cabe salientar, que este direito de escolha, é violado constantemente pela exploração burguesa capitalista. A qual utiliza-se do poder adquirido ao longo dos séculos, para delimitar ou expandir os territórios a partir de seus anseios, utilizando-se da dominação dos corpos para se perpetuar. E tem na exploração do trabalho, o qual condiciona as mulheres a maior precariedade e jornadas mais exaustivas, distinguindo as tarefas realizadas por homens e mulheres, uma de suas principais formas de controle.

Silva; Ornat (2020) fazem um debate extremamente relevante sobre a percepção política sobre nossos corpos, sendo ele o principal formador das relações sociais e o primeiro território de cada indivíduo. Segundo a autora e o autor

O corpo humano é mais do que carne, ossos, órgãos e sangue, ele é elemento político com o qual estabelecemos uma série de negociações e batalhas. [...] toda experiência humana é corporificada e simultaneamente espacial. Os corpos são ativos, se constituem em espaços políticos por excelência, são tensionados pelas relações de poder e são também lugar de resistência (SILVA; ORNAT, 2020, p.12-13).

Raffestin (1993, p. 60) enfatiza que “o território é o espaço político por excelência”, onde ocorrem as relações estabelecidas em sociedade, visto que todas

estas relações, constituídas no território, são de poder. Este “torna-se inevitável e, de modo algum, inocente” (p.159). Dessa forma, quando discutimos sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais, podemos verificar toda estrutura construída a partir do poder masculino, já institucionalizado nos territórios.

O território pode ser interpretado, conforme Haesbaert (2007), a partir de dimensões política, cultural, econômico e natural existentes nas relações sociais. Sendo que estes elementos vão definir as formas de poder e domínio de uma classe sobre a outra, contribuindo para as distintas realidades percebidas nas mais diferentes territorialidades²⁰.

Neste sentido, pode-se enfatizar que “as relações sociais, caracterizadas pelo patriarcado mantêm-se no e a partir do território” (FERREIRA; PORTO, 2017, p.215-227). Visto que, no meio rural brasileiro são ainda eles que coordenam as relações de poder nas unidades de produção. Deixando as mulheres como coadjuvantes do trabalho realizado e fora das tomadas de decisões referente a produção. Concorda-se com Silva; Ornat (2020, p. 13) sobre a seguinte explanação

Ninguém é responsável pela forma como nasceu. Mas, ao reconhecemos a existência de uma matriz social que distribui de forma desigual os privilégios e os prejuízos entre as pessoas, somos todos responsáveis pelo desmantelamento de hierarquias sociais e econômicas. Isso implica que aqueles que desfrutam dos privilégios concedidos gratuitamente atuem para promover aqueles que são também prejudicados gratuitamente.

Dessa forma, as lutas realizadas pelos movimentos feministas e de mulheres, com um ativismo fortemente atrelado ao direito político e social, visando a autonomia das mulheres, vem a contribuir conforme Santos (2005, p. 48-49) “para busca de alternativas para o desenvolvimento que vão além daquelas tradicionalmente conhecidas pelo capitalismo neoliberal”. O que vem a fortalecer a construção da emancipação feminina, das trabalhadoras rurais, a qual veem diariamente as modificações ocorridas em seu território.

²⁰Para Raffestin (1993, p. 160) territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”. Sposito (2009, p. 11) conceitua territorialidade como “a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano”. Corroborando com os autores já mencionados, Saquet (2010) acrescenta que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente.

6.2 Trabalho e gênero: uma construção de empoderamento das mulheres rurais

Marginalizadas desde as sociedades antigas, as mulheres eram consideradas incapazes intelectualmente, proibidas de participar de esferas públicas e políticas durante muitos séculos. Teve no pensamento de cientistas e filósofos a crença de que eram menos inteligentes e incapazes de raciocinar. O que as delimitavam ao lar e a procriação, servindo aos desejos do homem, restritas ao conhecimento dos afazeres domésticos.

Durante a era moderna, a educação destinada às mulheres, ainda se concentrava ao ambiente doméstico, pois segundo Rousseau (Gaspari, 2003) elas não deveriam ir em busca do saber pois era contrário à sua natureza. Este pensamento influenciou outros filósofos na ideia de inferioridade feminina, pois entendia-se que o homem tinha total responsabilidade de manter a mulher sobre seu domínio, como posse de seu poder, uma propriedade que deveria ser muito bem controlada.

É nesse sentido que Beauvoir (2009) traz em sua obra passagens acerca dos pensamentos retrógrados, estabelecidos por cientistas de renome internacional, que ainda hoje, apesar dos avanços na equiparidade de direitos entre os gêneros, tem grande apelo. De acordo com a autora

"A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo (BEAUVOIR, 2009, p.16).

Estruturalmente construída e difundida, a visão de subalternidade feminina ainda é reproduzida e sentida nas relações estabelecidas em sociedade. Dominada pelo pensamento das elites burguesas, a reprodução de ideologias hegemônicas de apelo ao senso comum se propaga em todas as esferas e classes sociais. Enaltecendo um sistema que visa valorizar a figura do homem, burguês, branco e heterossexual.

A busca do discurso de igualdade entre os seres humanos, de forma simplista, acaba por englobar todas as questões de opressão e preconceito em um único processo. Sem levar em consideração, conforme Gebara (2000), "a desigualdade

histórica e cultural na experiência vivida” de cada grupo social. Ainda de acordo com a autora “este “oculto” ou este “velado” certamente atingiu muito mais as mulheres do que os homens, muito mais os negros do que os brancos, muito mais os pobres do que os ricos”.

Aqui no Brasil, apesar de as mulheres, pretos e pardos serem os grupos que numericamente são maioria, ainda são eles e elas que estão distantes dos cargos de maior poder de decisão (MELO; THOMÉ, 2018). O controle das políticas públicas e o direcionamento e distribuição das riquezas se concentram nas mãos de uma minoria, branca e burguesa, que trabalha em benefício próprio, da permanência das desigualdades sistêmicas. Visto que as reivindicações pautadas por diversos grupos minoritários tendem a não serem levados em consideração, e neste debate, a luta das mulheres acaba por ficar em segundo plano.

Para Beauvoir (2009, p.18) “A burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina”. Este pensar simplista e hegemônico requer uma reflexão mais profunda sobre a condição feminina. Visto que, o sistema capitalista traz em si ideologias que oprimem não somente a classe trabalhadora, mas também, intensifica a opressão sobre as condições sociais de trabalho impostas sobre as mulheres. Sendo que, infelizmente, muitas vezes acabam por aceitar e reproduzir estas ideologias, que acaba por legitimar a ideia, erroneamente construída, de dominação masculina.

Dominação a qual são impostas características que definem o ser mulher. Uma imagem construída de acordo com os pensamentos de uma sociedade patriarcal, onde a mulher, feminina que deve ser, tende a se submeter a padrões para se encaixar no ideal de sociedade dos bons valores e costumes, com alto nível de repreensões machistas e conservadoras. De acordo com Bourdieu (2015, p.82)

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser - percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem, primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se esperam que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo, apagadas (BOURDIEU, 2015 p. 82).

Ideias que perpassam os séculos e chagam a atual conjuntura política e social, percebida fortemente no cenário brasileiro. Com ideologias contrarias a todas as lutas

travadas pelas mulheres pela igualdade de direito e seu reconhecimento quanto indivíduos sociais. O que fortalece a violência e opressão sofrida em espaços marginalizados, tanto no meio urbano quanto no rural.

Se por muito tempo as mulheres foram inferiorizadas por sua capacidade quanto trabalhadora, seres sociais, sujeitos de suas próprias vidas, tem na luta e resistência dos movimentos feministas a inserção de novas perspectivas para busca de emancipação e reconhecimento.

É a partir da luta diária protagonizada pelas mulheres, que fez com que elas pudessem se inserir na sociedade de forma mais significativa e atuante, possibilitando serem protagonistas de suas próprias vidas, enxergando novas possibilidades para o seu próprio desenvolvimento tanto no meio social, como também, de sua família e comunidade.

Dessa forma, a invisibilidade imposta culturalmente sobre elas aos poucos perde espaço e gradativamente passam a operar de forma mais significativa, ganhando voz e sendo ouvidas, circulando nos mais diversos setores das esferas política, econômica e social. Apesar de lenta, essas transformações são perceptíveis, sendo notória nas falas das agricultoras as diferenças das mulheres do passado para o atual momento

Antigamente a mulher rural não podia sair, só trabalhar. Agora a gente tem autonomia, podemos sair, ir em festa, a gente tem mais conforto também. (ENTREVISTADA 05 - UNIÃO E ESPERANÇA)

A questão da dependência, as mulheres do passado são mais dependentes, não tem autonomia, tem ainda a questão da igreja que tornam as mulheres mais submissas, dependentes do marido. Tem as mulheres da minha geração que estão conseguido se emancipar, algumas ainda dependem de alguma forma dos maridos, mas a gente vai abrir portas para as futuras gerações. (ENTREVISTADA 07 - GRUPO FLOR E SER)

As mulheres de hoje são mais avançadas, antigamente era só para casa e filhos, hoje já temos habilitação, mais liberdade... tem muita, muita diferença, são mais independentes e não dependem só do marido. (ENTREVISTADA 08 - CULTURA E LAZER)

A mulher está bem avançada, estamos mais igualadas, mesmos direitos, hoje temos vereadoras, prefeitas, deputadas, pastoras. Conseguimos muitas coisas, a mulher tem mais liberdade que antigamente, antes eram mais submissas. (ENTREVISTA 11- GRUPO SEMPRE EM FRENTE)

Lutas que visam não somente a autonomia econômica, mas a liberdade da escolha de serem o que quiserem, estar onde quiserem e com quem quiserem sem ter medo de sofrer opressão e violência. Desta forma, a construção do

empoderamento vem a ser um processo indispensável na formação feminina. Que deve estar conforme Léon (2001) atrelado ao gradual reconhecimento das próprias mulheres, bem como das estruturas de poder e dos grupos sociais aos quais pertencem. Motivando as mulheres e demais grupos excluídos a se mobilizarem em conjunto para que assim se possa “alterar as estruturas sociais existentes, isto é, para reconhecerem o imperativo da mudança e, quem sabe, abalar e, enfim, destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas”.

O empoderamento vem a ser um processo de emancipação social e de conscientização das mulheres sobre seu relevante papel para formação da sociedade. Ao contrário do que implica a visão patriarcal do empoderamento, onde a mulher necessita de uma ajuda externa e continua sendo vista como passiva. *Poder y Empoderamiento*, de 1997, de autoria da socióloga colombiana Magdalena León, vem a ser um dos principais trabalhos sobre a assertiva do empoderamento, dentro da discussão de gênero. Conforme a autora León (2001 apud REIS 2015)

En el campo de los estudios de género el empoderamiento es tal vez la herramienta analítica más importante que recoge diferentes preocupaciones en cuanto al impacto del desarrollo sobre las mujeres, y que compromete avances teóricos y metodológicos de diferentes disciplinas como la psicología, la antropología, la ciencia política, la sociología, la educación, el derecho y la economía. (LEÓN, 2001, p. 94).

No caso das mulheres agricultoras familiares, o desafio maior é desnaturalizar e quebrar a dominação masculina (SIQUEIRA, 2014, p.40) sendo que na agricultura familiar tem-se ainda na figura masculina o papel principal nas tomadas de decisões quanto a propriedade e a posse da terra. Mesmo que as mulheres gradativamente vão conquistando seu espaço no meio rural, buscando ser reconhecidas como trabalhadoras e terem acesso aos programas para o desenvolvimento da agricultura, sofrem com o machismo do campo, fortemente masculinizado.

[...] as mulheres têm uma consciência confusa de sua situação nas relações sociais de produção no espaço rural, na medida em que existe uma profunda interação entre os diferentes setores da sua vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão. Contudo, ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas

mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural (STROPASOLAS, 2006, p.152).

Garcia-Ramón afirma que, “(...) la geografía feminista no tiene que ser cultivada solo por mujeres o centrarse exclusivamente en ellas” (1998, p.8). Conforme esta autora, se homens e mulheres compartilham um mesmo tempo-espço, deve-se compreender a sociedade incluindo todos os sujeitos sociais, com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais oriundas, justamente, das desigualdades de gênero, cor, etnia, idade, entre outras.

Uma abordagem muito relevante sobre o conceito de empoderamento é discutido por Berth (2018) em seu livro intitulado *O que é Empoderamento?* Onde a autora argumenta de maneira bem objetiva a importância deste debate para o cotidiano das relações vivenciadas em sociedade. Traz o sentido de empoderar grupos minoritários a partir da perspectiva do feminismo negro. Sendo que esta perspectiva permite uma maior aproximação com a realidade, tornando-se um instrumento essencial para emancipação política e social, relacionado a conscientização e a transformação individual e coletiva. Conforme a autora

Essa perspectiva de empoderamento de mulheres negras é interessante, pois supera críticas feitas anteriormente ao conceito empoderamento. Cabe mencionar que nessa linha se entende que não é possível empoderar outra pessoa, já que empoderamento é um processo. Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo (BERTH, 2018, p. 1294).

Destaca-se também, que empoderar não é tirar poder de um para dar a outro, invertendo os polos de opressão, mas sim “uma postura de enfrentamento a opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2019, p. 23).

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e das suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política, e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, 2019, p. 21).

Portanto, o empoderamento sob essa perspectiva significa o comprometimento com a luta pela equidade. Não é a causa de um indivíduo de forma isolada, mas como ele promove o fortalecimento de outros com o objetivo de alcançar uma sociedade

mais justa para as mulheres. É perceber que uma conquista individual não pode estar descolada da análise política. E que o empoderamento não pode ser autocentrado, parte de uma visão liberal, ou somente transferência de poder. Vai além. Significa ter consciência dos problemas que nos afligem e criar mecanismos para combatê-los. Quando uma mulher se empodera, tem condições de empoderar outras (RIBEIRO, 2018). De acordo com Siqueira (2014, p.40) para o movimento feminista

[...] o empoderamento implica na alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a “posição” da mulher como submissa. Este conceito está diretamente relacionado à noção de interesses estratégicos de gênero e implica na mudança da posição das mulheres na sociedade. Para tal, o processo de empoderamento das mulheres deverá levar à igualdade entre homens e mulheres e a mudanças nas relações patriarcais, em especial, na família para que as mulheres empoderadas, de fato, mudem a dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, de modo que elas tenham autonomia de poder decidir sobre suas vidas, se sentirem e serem donas delas mesmas (SIQUEIRA, 2014, p.40).

O debate sobre a construção do empoderamento das mulheres rurais visa a emancipação dessas trabalhadoras. Onde passam a compreender o real significado do trabalho que exercem, que podem decidir sobre as escolhas do que produzir, como produzir e a destinação destes produtos. Entender que somente em uma sociedade onde os direitos das mulheres são assegurados, efetivados e fiscalizados que existirá equidade entre os gêneros, sendo a base dessa busca de igualdade as incessantes lutas de movimentos de mulheres e feministas dentro do meio rural.

Sobre a influência do feminismo para as lutas das mulheres rurais, algumas das agricultoras relataram entender a importância desse movimento para a construção do empoderamento das agricultoras, bem como para conquista e ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais a todas as mulheres.

Ajudou sim, porque ajudou a gente ter nossos direitos, que antes era a mulher só em casa e o homem podia sair, até mesmo de aposentadoria, antes eram só eles que podiam. Então ajudou muito para a gente poder ter direitos de muitas coisas. (ENTREVISTADA 06 - GRUPO UNIÃO E ESPERANÇA)

Contribuiu bastante, se as mulheres não lutassem pelo seu direito a gente não poderia fazer o que fazemos hoje, de sair, de votar, viajar, hoje podemos fazer tudo. Até no modo da gente se vestir, mudou muito, não podiam usar calça, só saia ou vestido. Até mesmo antigamente na igreja homens e mulheres sentavam separados. (ENTREVISTADA 08 - GRUPO CULTURA E LAZER)

Com certeza, hoje sabemos de várias mulheres que são donas de estabelecimentos, de fazendas, tem capacidade de ser o que quiser, tem até mais capacidade do que os homens. (ENTREVISTADA 11- SEMPRE EM FRENTE)

Desta forma, os movimentos sociais que ocorrem no campo a mulher vem a exercer funções fundamentais, não somente voltadas à reprodução da vida doméstica e produção econômica. Elas participam efetivamente das reuniões e tomadas de decisões, se articulam quanto mulher e cidadã, tornam-se líderes de cooperativas, associações e sindicatos, trabalhando conjuntamente com o grupo em prol do reconhecimento do movimento e para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Além disso participam dos conselhos municipais voltados para o planejamento de políticas públicas, voltadas também para a agricultura, trazendo o debate sobre os interesses das mulheres rurais. Espaços que anteriormente destinavam-se somente aos homens e aos seus interesses, atualmente, passam a ter a representatividade feminina, mesmo que ainda em menor quantidade. Esta atuação permite que as mulheres tenham maior envolvimento sobre os temas que concernem o cenário político local.

Apesar de todos os desafios e adversidades impostos, as trabalhadoras tendem a permanecer na luta, desafiando um sistema hegemonicamente patriarcal e capitalista, que acabam por explorá-las e reprimi-las, seguindo determinadas e confiantes em seus ideais. Surpreendem pelo seu conhecimento e capacidade, por sua ousadia em suas falas e palavras de ordem e principalmente pela busca incessante por sua liberdade e emancipação. Proporcionando uma mudança, apesar de difícil e lenta, necessária para a transformação das relações existentes dentro do âmbito dos movimentos sociais e populares aos quais pertencem, contribuindo para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Resistindo fortemente as imposições designadas ao trabalho produtivo e reprodutivo realizado na propriedade, as mulheres ainda hoje buscam espaço em esferas dominadas pelos homens. E é na construção do empoderamento que as mulheres efetivam sua emancipação econômica, social e política frente a uma sociedade que visa inferiorizá-la.

7. Considerações Finais

Ao abordar essa temática referente ao trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais é necessário compreender toda história de luta e resistência dos movimentos de mulheres nas mais distintas realidades, para analisar e refletir sobre as relações construídas entre os gêneros, principalmente no agrário brasileiro.

Trajetórias que tiveram forte contribuição do movimento feminista, iniciado em meados do século XIX, que ainda hoje precisa constantemente se reafirmar perante uma sociedade patriarcal apegada aos “bons costumes” conservadores e a ineficácia de governantes que facilitam a implementação de políticas públicas retrogradadas, a qual condiciona as mulheres as mais variadas formas de opressão e submissão, desvalorizando-as quanto trabalhadoras e indivíduos sociais.

Sim! Ainda precisamos debater, discutir, desconstruir para construir uma narrativa que contemple a todas. Pois em uma sociedade tão diversa quanto a nossa, com realidades tão distintas, agravadas pelo modelo econômico adotado, com uma péssima distribuição de renda e dificuldades de acesso aos serviços básicos necessários para sobrevivência, é extremamente relevante realizar esse debate, nas mais diversas vertentes do feminismo.

Ser mulher rural difere da realidade da mulher urbana ou periférica, ser mulher negra difere da realidade da mulher branca, ser mulher da elite dominante difere da realidade da mulher que vende sua força de trabalho, ser mulher LGBTQ+ difere da mulher heteronormativa. E é nesse sentido que o feminismo deve ser compreendido, em suas mais variadas vertentes e que venha a abranger os/as 99% de homens e mulheres. Onde deve haver uma recusa dos sacrifícios da maioria para proteger a liberdade da minoria, sendo entendido como uma teoria e um movimento para todo mundo.

Uma vez que, apesar de todos os avanços e conquistas quanto aos direitos femininos, ainda são elas que morrem pelo simples fato de serem mulheres. Sendo difundida nas mais variadas culturas e sociedades a ideia de poder e controle que os homens dispõem sobre seus corpos, sobre suas escolhas e liberdade. Resquícios de uma história construída por eles, restringindo as mulheres ao lar, ao casamento e aos filhos.

Dentro do mundo acadêmico foi preciso grandes esforços para que as mulheres tivessem acesso ao conhecimento, do mesmo modo, que o debate sobre gênero e

feminismo fossem abordados e tivessem reconhecimento. Na Geografia essas temáticas ganham visibilidade a partir das últimas décadas do século XX, com a possibilidade de realizar pesquisas sobre as relações estabelecidas entre os gêneros no meio rural, bem como sobre o trabalho desenvolvido pelas agricultoras.

Estes estudos contribuíram para denunciar e diagnosticar as desigualdades atreladas a divisão precária do trabalho, vinculada às questões sexuais entre homens e mulheres. Também permitiram compreender e visibilizar a construção da luta feminina na busca de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, na garantia de usufruírem dos mesmos direitos já disponibilizados para seus pais, companheiros e filhos. Além disso, enriquece o debate sobre o empoderamento das mulheres do campo, tornando-se uma forma de emancipação social e econômica, concretizando a luta de classe e gênero nas distintas ruralidades e territorialidades brasileiras.

Diga-se de passagem, que o debate sobre precariedade e desigualdade do mercado de trabalho em relação ao gênero pode ser vinculado, também, a luta de classes. Sendo extremamente urgente esse debate, o qual deve ultrapassar os espaços acadêmicos e chegar naqueles(as) que sustentam a base da pirâmide social, permitindo a classe trabalhadora tomar consciência de seu papel perante a sociedade e fortalecer essa luta.

Além disso, é notória há diferenciação entre mulheres nos aspectos sociais, econômicos e étnicos dentro de uma mesma sociedade. Lembrando que vivemos em um sistema capitalista financeiro, machista e patriarcalista, dominada pela figura do homem branco, heterossexual e burguês, sendo as mulheres inferiorizadas quanto suas características físicas, biológicas e intelectuais.

Ante tudo o que foi desenvolvido nesta pesquisa, é possível afirmar que apesar da invisibilidade, por muitos anos, dada às mulheres rurais na produção agrícola, sua presença é notória e essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar. Visto que, ao refletir sobre o papel da mulher e seu trabalho na agricultura familiar a partir da inserção do capital na agricultura, pôde-se compreender as distintas percepções das trabalhadoras quanto ao modelo político, econômico e social em que vivemos. Sempre enfatizando como as amarras sociais as condicionam em relação ao trabalho e a unidade de exploração familiar.

Trazendo nos diálogos construídos a partir das entrevistas, suas realidades quanto as frustrações, anseios, medos e alegrias sobre todos os anos dedicados ao trabalho agrícola. Evidenciado aqui nesta dissertação, a partir de suas falas, a

coragem de seguir, apesar de todas as dificuldades impostas pelo sistema, na lida da terra, de onde tiram seu sustento.

Se por um lado sabemos de todas as contradições vivenciadas no meio agrário brasileiro, com as desigualdades gritantes nas mais distintas territorialidades, quanto ao acesso à terra, a dependência as empresas do *agrobusiness*, a precariedade e insalubridade do trabalho realizado nas lavouras e a diferenciação dada aos membros do grupo familiar, por outro, temos (ou esperamos) a evolução do pensar e agir sobre as relações estabelecidas entre os gêneros no rural. Onde as mulheres, deixam de ser “fábricas” de reprodução e tendem a participar de forma mais ativa quanto aos interesses da propriedade.

A partir da apreensão de como as agricultoras familiares desenvolvem os trabalhos percebidos como “produtivos” e “reprodutivos”, tem-se na força dessas mulheres o movimento de ocupar territórios, plantar, colher e cultivar o desejo de possuir uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Elas não podem ser vistas como meras coadjuvantes do trabalho, pois estão presentes em todos os ambientes da lida do campo e em todos os âmbitos da sociedade, seguindo na luta pelo acesso à terra e na resistência pelo direito de serem reconhecidas pela sua força e trabalho.

Cabe salientar que o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas trabalhadoras rurais é construído diariamente. É a partir das lutas protagonizadas por estas mulheres, se fortalecendo em movimentos que visem a organização coletiva, que passam a se inserir na sociedade de forma mais significativa e atuante. Esta luta pelo direito de ser reconhecida como trabalhadoras possibilita a elas serem protagonistas de suas próprias vidas, enxergando novas possibilidades para o seu próprio desenvolvimento, tanto no meio social, como também, na esfera familiar e produtiva.

Dessa forma, a invisibilidade imposta culturalmente sobre elas aos poucos perde força (diga-se de passagem, que estes avanços ocorrem lentamente, mas é no ato de resistir, apesar de todos os fatores contrários, que as mulheres passam gradativamente a operar de forma mais significativa, mesmo que ainda encontram-se enormes dificuldades para se manterem na luta), ganhando voz e sendo ouvidas, circulando nos mais diversos setores das esferas política, econômica e social e sendo reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Ao se organizarem em associações e sindicatos, que visem dar visibilidade a trabalhadora rural, tende a fortalecer toda a luta e resistência dos movimentos feministas que emergiram no século XX. Sendo que este processo organizativo das trabalhadoras rurais de Paraíso do Sul, permitiu compreender como elas se organizam quanto coletivo, bem como, coordenam suas atividades dentro da Associação das trabalhadoras rurais a partir da organização dos grupos que a compõem.

Ao mesmo tempo em que desenvolvem atividades recreativas, de bem-estar, cultura e lazer, promovem debates sobre as problemáticas relacionadas as mulheres, como saúde, trabalho, maternidade, violência doméstica, assim como as distinções, ainda existentes, atreladas a homens e mulheres. As quais vem a contribuir para todas as esferas da vida, pois proporciona a construção individual e coletiva dessas mulheres, onde são compartilhados conhecimentos e informações relevantes para a inserção das mulheres em todos os âmbitos sociais e políticos, tanto no meio rural como no urbano, o que gera o reconhecimento e a valorização de todas as formas de trabalho desempenhadas pelas mulheres.

Desta forma, a Associação das Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul surge como uma entidade de representatividade das trabalhadoras rurais do município. Tornando-se uma ferramenta essencial de resistência e reconhecimento ao trabalho desempenhado por essas mulheres, dando visibilidade e voz a elas. Por isso que ao se articularem em grupos, localizados nas mais diversas localidades do município, permitem ir muito além do âmbito familiar e discutir pautas que sejam do interesse comum a elas, que viabilizem a autonomia e o entendimento de sua importância para o desenvolvimento da agricultura.

E por fim, buscou-se entender como ocorre o processo de empoderamento dessas mulheres, entendendo que é preciso transformar para emponderar. Sendo este um processo lento, mas extremamente necessário, o qual é entendido como um ato individual e coletivo, no sentido de compartilhar saberes e forças, para assim, eliminar as opressões e equalizar as existências em sociedade.

Desse modo, quanto associação e grupos de trabalhadoras rurais, buscam nos mais diversos cursos, oficinas, palestras e dias de campo nas unidades de exploração familiar, construir coletivamente ações que proporcionem a elas o entendimento da autonomia, tanto pessoal como financeira, até a compreensão do que vem a ser o empoderamento feminino. O qual torna-se essencial para o próprio desenvolvimento da agricultura familiar, pois onde há transformação, haverá equidade, haverá

compartilhamento de tomadas de decisões, haverá fortalecimento da produção agrícola, haverá o entendimento do respeito com a terra e com o ambiente a qual se está inserido(a), haverá a consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento rural familiar, com créditos e financiamentos igualitários para homens e mulheres e, com toda certeza, haverá mais mulheres ativas e atuantes.

É evidente que muito se avançou, mas muito ainda há de se alcançar em prol de garantir as mesmas oportunidades de direitos entre homens e mulheres. Principalmente no meio rural, onde ainda as diferenças biológicas entre os sexos, são estabelecidas para justificar a hierarquia atrelada ao trabalho realizado pelos membros que compõe o grupo familiar.

Pode se considerar que é a partir do fortalecimento da própria percepção feminina, de sua real importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, que se tem a principal ferramenta para diminuir as distâncias impostas entre os gêneros. Onde as agricultoras possam ter a certeza que seu trabalho é essencial para o fortalecimento da unidade de produção familiar, bem como o elo de ligação do grupo familiar.

Referências

ABICH, Juliana. **Mapeamento e análise do uso da terra no município de Paraíso do Sul- RS através de fotografias aéreas**. 2001. Monografia (Especialização em Interpretação de Imagens e Suborbitais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário**. São Paulo: Edusp, 2012.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, Edição Especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.../33804> Acesso em: 16 mar. 2019.

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história**. A história da mulher. Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

BANCO MUNDIAL, The International Bank for Reconstruction and Development. **Igualdade de gênero e desenvolvimento**: relatório sobre desenvolvimento mundial de 2012. 2011, Washington D.C. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/banco-mundial-lancarelatorio-%E2%80%9Cigualdadede-genero-e-desenvolvimento%E2%80%9D-no-dia-6-demarco-em-brasilia/>> Acesso em: 12 out.2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v.2. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTH, Joice. O que é empoderamento? **Coleção Feminismos Plurais**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. Empoderamento. **Coleção Feminismos Plurais**. RIBEIRO Djmila, (Coor). São Paulo: Pólen, 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquim. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Rio Grande do Sul: UFSM, 1996, p. 40-59.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan-abr. 2004.

BURCKHART, Thiago. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do Direito. **Revista do departamento ciências jurídicas e sociais da Unijuí**. Ano XXVI n.47, jan.-jun. p. 205-224, 2017. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/6619
Acesso em: 13 jan. 2020.

BUTTO, Andréa. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CAETANO, Geani Nene. **Dinâmicas demográficas do município de Santa Maria/RS**: o estudo acerca das relações de conjugalidade através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em território do agronegócio no Brasil- o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Adriana Lessa. **A condição do trabalho feminino no polo naval do Rio Grande/RS Rio Grande, RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, n.1, p.11-22, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>
Acesso em: 20 mar. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de; et.al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, EDUR, 2009.

CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE, 2017. Disponível em:
<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> Acesso em: 25 fev. 2020

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CISNE, Mirla. A relação orgânica entre gênero e patriarcado na sociedade capitalista: uma análise teórica-crítica. Consulta popular. Cadernos de debate. **Consulta popular e feminismo**, n.1, jun.2009.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminismo e do masculino. In: NEVES, M. et al. (Org.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.) **Mulheres, luta e resistência**: em defesa da vida. São Leopoldo: Cebi, 2009. p. 86-132.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDE, Noeli Valentina. Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento. **Revista da Faculdade de Educação**, ano X, n. 17, Jan./Jun. 2012.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005. Disponível em:
 <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

COSTA, Cassiane da; NARVAZ, Martha Giudice; CAMARGO, Kelly. Violência de gênero em áreas rurais: o caso de Santana do Livramento (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 2, p. 229-239, mai/ago 2018.

CUNHA, Alecsandra Santos da; DAVID, Cesar De. A importância da agricultura familiar: subsistência e invisibilidade. In: FIGUEIRÓ, Adriano Severo; FIGUEIREDO, Lauro César Figueiredo (Org.) **Fronteiras da Pesquisa em Geografia**. p. 06-34, Santa Maria: UFSM, 2012.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **DEE dados**. Disponível em:
deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/microrregio e Acesso em:17 nov. 2020.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre/RS: UFRGS ed. PGDR, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A inserção das mulheres nos mercados de

trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**: Boletim de março de 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

DESLANDES, Suely Ferreira. Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu-RS**: consequências na reorganização do setor agrário. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>

FERREIRA, Alessandra Costa; PORTO, Gil Carlos Silveira. A questão do gênero e do território: um estudo de caso a partir de mulheres presas em alfenas, MG. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 215-227, 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116> Acesso em jun. 2020.

FRIEDRICH, Gustavo do Nascimento. **Utilização de análise de agrupamento para a identificação e caracterização das propriedades fumageiras de Paraíso do Sul**. Monografia (Especialização em estatística e modelagem quantitativa) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **FEE dados**. 2020. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/coredes> Acesso em: jan. 2020.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória**: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

GARCIA-RAMON, María Dolores. **Género, espacio y sociedad: nuevas perspectivas en Geografía social/dossier de lecturas.** Barcelona: Departamento de Geografía, UAB, 1998.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOBBI, Wanderleia Aparecida; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf> Acesso em: 08 mar. 2019.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.**São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Jacuí Centro.** Porto Alegre, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares (Org.). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000.** Brasília: OIT, 2012.

HAESBAERT. Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a política pública no meio rural. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.9, n.8, Jan/ Jun de 2006.

HEVILÁSIO, FRANCISCO Freire Pereira. **Origem e evolução da agricultura.** 2009, p.1 – 14. Disponível em: http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=235 Acesso em: 23 abr. 2019.

HIRATA, Helena. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set. /dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan.2019.

LOVATTO, Patrícia Braga. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico: o princípio feminino como meio do caminho. In: COSTA, Cassiane da; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. (Org.) **Gênero e campesinato no Sul do Brasil: dominação masculina e transformação**. Curitiba: CRV,2018.

LOVATTO, Patrícia Braga; CRUZ, Patrícia Postali; MAUCH, Carlos Rogério; BEZERRA, Antônio Amaral. Gênero, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Uma Análise sobre o Papel da Mulher na Agricultura Familiar de Base Ecológica. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.15, n. 2, p.191-212, maio/ago, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p.107-125, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467> Acesso em: 28 fev. 2019.

MACKINNON, Catherine Alice. Feminismo, marxismo, método e o Estado: uma agenda para a teoria. **Direito e práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016.

MAIA, Cláudia; LOPES, Maria de Fátima. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2001.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, Douglas Vinicius Vaz. **A vida para além do roçado: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé- Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Lavras, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES,

Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. 1933. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder**: historias, ideias e indicadores. Rio de JANEIRO: FGV Editora, 2018.

MELO; Ligia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. Ouro Preto. **Resumos**. Minas Gerais: ABEP, 2002.

_____. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; PETRY, Analídia Rodolpho. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 -198, jan./jul. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antônio. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antônio; SANTOS, Laiany Rose Souza. (Org.). **Questão agraria e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MORAIS, Larissa Urquiza Perez de. Geografia do empoderamento de mulheres camponesas assentadas. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, **Anais**, 2017. Curitiba, Paraná, 2017.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MORIN, Edgar. A integração cultural. In: Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. **Neurose e Necrose**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

NANDI, ALINE. **Entre saberes e afazeres**: a dinâmica das atividades rurais das mulheres agricultoras familiares no contexto do desenvolvimento regional (Rolante/RS). Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional). Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; et al. (Orgs.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

_____. Introdução a economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (Org.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

OIT BRASIL. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final da década de 1980. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. Crise do capital, limites a igualdade substantiva e os desafios para as lutas feministas no Brasil. In: **Universidade e sociedade**. Mulheres em movimento nas lutas sociais e sindicais. ANDES-SN, ano XXVI, n.58, jun.2016.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratando de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomason Learning, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de empoderamento das mulheres**. ONU Brasil, 2016.

PARAÍSO DO SUL. **Livro escolar do município de Paraíso do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2019.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, p.183-210, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2016.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, 1987.

_____. O peso do trabalho leve. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2016.

PEDROSO, Adriana Martini Correa. **A formação de capital social no meio rural: uma análise da participação das mulheres em grupos de mulheres rurais no município de São Sepé/RS**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, 2017.

PHEIFER, Carla Hulda. **A emancipação política de Paraíso do Sul**. Trabalho de Graduação – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

PIRES, Silvana Maciel. **Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar de Santaluz na Bahia: experiências, transformações e desafios**. 2016. Disponível em: www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/4_3.pdf Acesso em: 15 mar. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRAETORIUS, Ina apud GÖSMANN, Elisabeth et al. Androcentrismo. In: **Dicionário de Teologia Feminista**. Tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996. p.21-22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO DO SUL. Disponível em: <http://www.paraisodosul.rs.gov.br/a-cidade/economia-local> Acesso em 25 set. 2019.

RABAY, Gloria Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. **Democracia, Direitos Humanos e Gênero**, v.12, n.1, p.81-94, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/download/776/677>> Acesso em: 26 abr. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et.al (Org.). **Estados, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

RAUBER, Cassiane da Costa. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: Análise a partir dos sistemas agrários**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 38, p.11-34, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/> Acesso em: 26 nov. 2018.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. In: RIBEIRO, Djamila (Org.). **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar: a participação da mulher nas atividades socioprodutivas na localidade de Trapeira - Canguçu/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

RUI, Simone Léia. Associação de mulheres agricultoras do estado de São Paulo/SP: uma análise sobre a participação das agricultoras rurais programa aquisição de alimentos (PAA). In: 13º Seminário Internacional Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero. 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, p.01-12,2017.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 23-77, 2005.

SANTOS, Joao Antônio Pires. **Jovens de Paraíso do Sul/RS: Porque permanecem no campo?** Monografia (Especialização Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). 2002.

SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Josefa de Lisboa. A condição da mulher na sociedade de classe: agroecologia e empoderamento feminino no assentamento 13 de maio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. et al. (Org.) **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SANTOS, Roselí Alves dos. Mulheres e Geografia: Reflexões Pertinentes? **Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 227-242, maio-ago, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHAFF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996.

SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2017/2018**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020.

SETTON, Maria da Graça. A Teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p.60-70, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf Acesso em: 03 mar. 2019.

- SHIVA, Vandana. Recursos. In: **Diccionario del desarrollo**. Una guía del conocimiento como poder. W. SACHS (editor), PRATEC, Peru, 1996.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio. O corpo como escala espacial. **Revista Desassossegos**, v. 4, p. 11-16, 2020.
- SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil**: o debate tradicional- 1500-1960. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-16, 2011.
- STRENZEL, Marlisa Marlene. **Análise crítico do orçamento público**: o caso do município de Paraíso do Sul. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2009.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2006.
- THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agraria**, Ensaios e Debates, v.25, p. 37-57, maio-dez 1995.
- _____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio. (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: ed. da UFPR, 1998.
- WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS
TRABALHADORAS RURAIS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE
TRABALHADORAS RURAIS DE PARAÍSO DO SUL/RS**

1- Idade:

até 30 anos 31 - 40 anos 41 - 50 anos 51 - 60 anos + de 60 anos

2- Estado civil:

solteira casada divorciada/separada viúva outros

3- Tem filhos?

não sim. Quantos? _____ moram em casa? não sim

4- Meio de transporte utilizado:

ônibus carro moto a pé outro: _____

5- Nível de instrução:

nunca estudou fundamental incompleto fundamental completo

ensino médio incompleto ensino médio completo

6- Fontes de informação:

tv jornal rádio outros

7- Inclusão digital: sabe usar o computador?

não sim, tem acesso à internet? não sim, de que forma? por computador por celular

8- Atividade econômica: possui renda própria?

não sim se possui renda própria, qual a sua faixa de renda mensal?

menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimos 2 a 3 salários mínimos

3 a 5 salários mínimos acima de 5 salários mínimos

Qual a origem da renda _____

Possui conta bancária? não sim

Realiza algum tipo de financiamento? não sim. Que tipo? _____

9- Quanto à ocupação, quais as atividades que você realiza na propriedade:

[] alimentar os animais

[] plantar hortas/lavouras

[] serviços domésticos de limpeza

[] cozinhar

[] outras atividades, quais? _____

10- Localização da propriedade/moradia:

APÊNDICE B – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS TRABALHADORAS RURAIS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORAS RURAIS DE PARAÍSO DO SUL/RS

Sobre a Associação e os Grupos de Trabalhadoras Rurais

- 1- A qual Grupo de Trabalhadoras Rurais é associada?
- 2- Como ocorreu sua aproximação e associação a este grupo?
- 3- Quantos anos é integrante?
- 4- Quais atividades desempenha no grupo à qual é associada?
- 5- Qual a importância de fazer parte de um grupo de trabalhadoras rurais?
- 6- Percebe mudança do antes e depois de se associar ao grupo?
- 7- Qual a contribuição da Associação de Trabalhadoras Rurais para a valorização do trabalho das agricultoras?
- 8- Quais as atividades promovidas pela Associação que você acha relevante para o trabalho das agricultoras?
- 9- Sente-se reconhecida e representada pela Associação de Trabalhadoras Rurais?
- 10- De acordo com sua experiência participativa no grupo, quais os benefícios ou vantagens que você vê na participação dessas mulheres no grupo?

Sobre o trabalho desenvolvido na unidade de produção familiar

- 1- Quais atividades produtivas são desenvolvidas pelo grupo familiar?
- 2- Quais atividades que você realiza na unidade produtiva?
- 3- Realiza atividades domésticas? Se sim, quais? E em média, quanto tempo leva para realiza-las?
- 4- Nas atividades domésticas, tem ajuda dos demais membros familiares?
- 5- Como enxerga o trabalho que você desempenha na unidade produtiva?
- 6- Para você qual seria o papel das mulheres na unidade de produção familiar?
- 7- Você acha que o trabalho realizado pelas mulheres é valorizado pela família?
- 8- Você acha que existe trabalho de mulher e trabalho de homem?

- 9 Qual a importância para você de se manter agricultora e trabalhar com a sua família?
- 10 Faz parte de algum programa voltado para a agricultura familiar? Se sim, qual?

Sobre o trabalho realizado na produção do tabaco e o impacto sobre a qualidade de vida das mulheres agricultoras

- 1- O que produziam antes do fumo?
- 2- Como é a interferência da fumicultura sobre sua saúde?
- 3- Como é a qualidade de vida e tempo de lazer no período de colheita de fumo?
- 4- Como se sentem em relação a dependência das empresas fumaceiras?
- 5- Como a mecanização da propriedade impactou sobre seu trabalho?

Sobre a percepção da autonomia e empoderamento das mulheres agricultoras rurais

- 1- Sobre as mulheres rurais do passado e do presente, você percebe diferenças?
- 2- Se há diferenças, quais os motivos que contribuíram para a mudança das mulheres rurais?
- 3- Qual sua percepção da condição de ser mulher?
- 4- Qual sua percepção sobre o trabalho que desempenha?
- 5- Você acha que a mulher está direcionada aos afazeres domésticos?
- 6- Quanto as decisões na propriedade, quem decide sobre a produção?
- 7- Para você o que é ter autonomia?
- 8- O que você entende por feminismo?
- 9- Acha que o feminismo contribui para a autonomia e empoderamento da mulher?
- 10- Qual a sua percepção quanto a divisão do trabalho entre homens e mulheres

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS AGRICULTORAS

Título da dissertação:

O TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAÍSO DO SUL/RS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS

Pesquisadora responsável: Denise Lenise Machado

Orientadora: Carmen Rejane Flores.

Instituição/ Departamento: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Local de coleta de dados: Município de Paraíso do Sul/RS

Prezada Senhora:

A pesquisadora responsável pela investigação, Denise Lenise Machado, aluna de Mestrado, do curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o número de matrícula 201860418, e orientadora Carmen Rejane Flores, professora da Universidade Federal de Santa Maria, sob o número de Siape 1514168, vem por meio deste documento convidar a senhora a responder as perguntas desta pesquisa de forma totalmente voluntária.

O estudo tem como objetivos conhecer o trabalho das mulheres rurais, integrantes da Associação de Trabalhadoras Rurais de Paraíso do Sul/RS, sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e valorizar o trabalho realizado pelas agricultoras.

Sua participação nesta pesquisa consistirá pela concessão desta entrevista respondendo às perguntas formuladas a partir do questionário. A entrevista será gravada, somente se autorizado pela senhora.

As informações fornecidas terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento.

Paraíso do Sul-RS, 2020.

Assinatura

Agricultora Entrevistada

Pesquisadora responsável